



INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS - IFG

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA - PROFEPT**

DIEGO INOCÊNCIO AMARAL DA SILVA

**FINANCIAMENTO PÚBLICO NO PLANEJAMENTO DOS INSTITUTOS
FEDERAIS: PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES QUANTO ÀS CONDIÇÕES
NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO NA EPT**

**Anápolis – GO
2025**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA (PROFEPT)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (IFG) – CAMPUS ANÁPOLIS

DIEGO INOCÊNCIO AMARAL DA SILVA

FINANCIAMENTO PÚBLICO NO PLANEJAMENTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS:
PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES QUANTO ÀS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS AO
DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
NA EPT

Dissertação apresentada à Banca de Examinadora de
Defesa de Mestrado, no âmbito do Programa de Pós-
Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
(ProfEPT), como requisito para obtenção do Título de
Mestre em Educação Profissional e Tecnológica no
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
de Goiás (IFG).

Dissertação Aprovada em 31/03/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wanderley Azevedo de Brito - ProfEPT/IFG
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Denilson Pereira da Silva - IFPI
Avaliador Externo

Prof. Dr. Timoteo Madaleno Vieira - ProfEPT/IFG
Avaliador Interno

Anápolis - GO
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586 Silva, Diego Inocência Amaral da
Financiamento público no planejamento dos Institutos Federais:
percepção dos servidores quanto às condições necessárias ao
desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na EPT /
Diego Inocência Amaral da Silva. - Anápolis, 2025.
216 f.; il.

Orientador: Dr. Wanderley Azevedo de Brito.
Dissertação (mestrado) – Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia de Goiás: Campus Anápolis, Programa de Pós-Graduação em
Educação Profissional e Tecnológica, 2025.

1. Financiamento público da educação. 2. Orçamento público. 3.
Educação profissional e tecnológica. 4. Institutos Federais. I. Título.

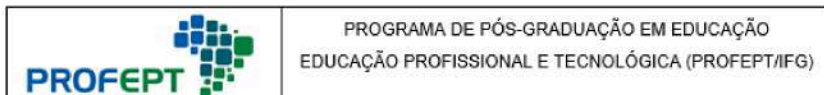
CDD 371.206

Catalogação na publicação:
Thalita Franco dos Santos Dutra – CRB 1/2186



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO E VALIDAÇÃO DE PRODUTO EDUCACIONAL
(Modalidade da Sessão: Webconferência)

No dia 31 (trinta e um) do mês março do ano de 2025, às 16 horas, no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) - Câmpus Anápolis, por meio de webconferência, deu-se a Defesa da Dissertação "**Financiamento Público no planejamento dos Institutos Federais: percepção dos servidores quanto às condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na EPT**" e a validação do Produto Educacional "Financiamento Público da ETP nos Institutos Federais: Relatório Técnico", de autoria de **Diego Inocêncio Amaral da Silva**, como requisito para a conclusão do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

Sob a presidência do Orientador e Presidente da Banca, **Prof. Dr. Wanderley Azevedo de Brito** - IFG/ProfEPT, a Banca Examinadora teve como Avaliador Interno, o **Prof. Dr. Timoteo Madaleno Vieira** - IFG/ProfEPT, e como Avaliador Externo, o **Prof. Dr. Denilson Pereira da Silva IFPI/Câmpus Teresina Central**.

Em sessão pública, após a apresentação da pesquisa e dos seus resultados, assim como a Defesa da Dissertação e do Produto Educacional pelo mestrando, os integrantes da Banca Examinadora fizeram as suas arguições, considerações e avaliações. Depois de se reunir em sala separada para avaliação e deliberação, a Banca Examinadora retornou à sala de Defesa pública para a proclamação do resultado. Assim, em conformidade com o Regulamento do ProfEPT e o Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Instituto Federal de Goiás (IFG), a Banca Examinadora manifestou-se pela **APROVAÇÃO** da Dissertação e do Produto Educacional de **Diego Inocêncio Amaral da Silva**.

Anápolis - GO, 31 de março de 2025.

Documento assinado eletronicamente por:

1. Prof. Dr. Wanderley Azevedo de Brito - IFG/ProfEPT
2. Prof. Dr. Timoteo Madaleno Vieira - IFG/ProfEPT
3. Prof. Dr. Denilson Pereira da Silva IFPI/Campus Teresina Central*
4. Diego Inocêncio Amaral da Silva - Discente/ProfEPT

*O presidente da Banca foi autorizado a fazer a transcrição da avaliação e assinar a Ata de Defesa da Dissertação em nome do Prof. Dr. Denilson Pereira da Silva IFPI/Campus Teresina Central.

Documento assinado eletronicamente por:

- Diego Inocencio Amaral da Silva, 20231060150108 - Discente, em 23/04/2025 16:02:32.
- Timoteo Madaleno Vieira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 23/04/2025 13:32:15.
- Wanderley Azevedo de Brito, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 23/04/2025 13:22:42.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 03/04/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 635732
Código de Autenticação: 9dc852d339



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO
NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☒ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☐ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: **Diego Inocêncio Amaral da Silva**

Matrícula: **20231060150108**

Título do Trabalho: **Financiamento Público no planejamento dos Institutos Federais: percepção dos servidores quanto às condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão na EPT**

Autorização - Marque uma das opções

1. (☒) Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. (☐) Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. (☐) Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- (☐) O documento está sujeito a registro de patente.
(☐) O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
(☐) Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Goiânia, 12 de abril de 2025.

DIEGO INOCÊNCIO
Diego Inocêncio Amaral da Silva
matrícula nº 20231060150108

RESUMO

A temática da presente pesquisa centra-se no financiamento público da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como política pública de Estado na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). O estudo tem por objetivo analisar a percepção dos servidores dos Institutos Federais quanto ao processo de financiamento público e sua (in)compatibilidade no planejamento das condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão/administração na EPT. Com abordagem quali-quantitativa, o estudo é do tipo exploratório e parte da revisão bibliográfica, com o objetivo de realizar uma análise do atual estágio do conhecimento a partir da identificação de pesquisas relacionadas ao tema, com recorte temporal entre os anos de 2019 a 2023. Como metodologia para coleta de dados, optou-se por um estudo da legislação e de documentos institucionais sobre financiamento público na EPT. Tais estratégias metodológicas foram complementadas por um questionário *online*, para levantar a percepção dos servidores da RFEPCT quanto ao processo de financiamento público na EPT. As bases teóricas estão fundamentadas nos estudos de Davies (2019), Silva (2023), Otranto (2010), Pereira (2009), Chiavenato (2008), Andrade (2002), Chiesorin Júnior (2001), Rota (2018), Oliveira *et. al.* (2022). Os resultados da pesquisa apontam para a pouca produção de estudos relacionados ao tema; o elevado custo-aluno-anual dos cursos técnicos integrados ao ensino médio em comparação com os cursos de graduação e pós graduação; a discrepância do orçamento entre as Universidades Federais e os Institutos Federais; a dependência de Emendas Parlamentares a fim de equilibrar as contas e/ou conseguir realizar obras e aquisição de equipamentos; o baixo orçamento destinado a Investimentos; críticas ao modelo de aplicação da Matriz CONIF e a necessidade de diversificação das fontes de financiamento. A pesquisa originou ainda o desenvolvimento de um produto educacional do tipo Relatório Técnico, no formato digital, com as principais discussões teóricas e os resultados do estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Financiamento Público da Educação, Orçamento Público, Educação Profissional e Tecnológica, Institutos Federais.

ABSTRACT

The theme of this research focuses on the public financing of Professional and Technological Education (PTE) as a public policy of the State in the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education (FNPSTE). The study aims to analyze the perception of the employees of the Federal Institutes regarding the public financing process and its (in)compatibility in the planning of the necessary conditions for the development of teaching, research, extension and management/administration activities in PTE. With a qualitative-quantitative approach, the study is of the exploratory type and starts from the bibliographic review, with the objective of carrying out an analysis of the current state of knowledge based on the identification of research related to the topic, with a time frame between the years 2019 to 2023. As a methodology for data collection, we chose to study the legislation and institutional documents on public financing in PTE. Such methodological strategies were complemented by an online questionnaire, to assess the perception of FNPSTE employees regarding the public financing process in PTE. The theoretical bases are based on the studies of Davies (2019), Silva (2023), Otranto (2010), Pereira (2009), Chiavenato (2008), Andrade (2002), Chiesorin Júnior (2001), Rota (2018), Oliveira et. al. (2022). The research results point to the low production of studies related to the topic; the high annual cost per student of technical courses integrated into high school compared to undergraduate and postgraduate courses; the discrepancy in the budget between Federal Universities and Federal Institutes; the dependence on Parliamentary Amendments in order to balance the accounts and/or be able to carry out works and acquire equipment; the low budget allocated to Investments; criticisms of the CONIF Matrix application model and the need to diversify funding sources. The research also originated the development of an educational product of the Technical Report type, in digital format, with the main theoretical discussions and the results of the study.

KEY-WORDS: Public Financing of Education, Public Budget, Professional and Technological Education, Federal Institutes.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número acumulado de estudos em relação aos anos.....	27
Gráfico 2 - Número de estudos publicados por ano	27
Gráfico 3 - Dotação orçamentária de 2022 por grupo de Unidades Orçamentárias..	39
Gráfico 4 - Matrículas no Ensino Superior: Institutos Federais e Universidades Federais em 2022	40
Gráfico 5 - Total de matrículas em 2022 nos Institutos Federais e nas Universidades Federais	41
Gráfico 6 - Dotação orçamentária em 2022 por GND	43
Gráfico 7 - Distribuição por GND no orçamento dos 33 IFs	44
Gráfico 8 - Distribuição por despesas discricionárias.....	45
Gráfico 9 - Respostas da Questão 1	76
Gráfico 10 - Respostas da Questão 2	77
Gráfico 11 - Respostas da Questão 3	78
Gráfico 12 - Respostas da Questão 4	79
Gráfico 13 - Respostas da Questão 5	80
Gráfico 14 - Respostas da Questão 6	81
Gráfico 15 - Respostas da Questão 7	82
Gráfico 16 - Respostas da Questão 8	84
Gráfico 17 - Respostas da Questão 9	85
Gráfico 18 - Respostas da Questão 10	86
Gráfico 19 - Respostas da Questão 11	89
Gráfico 20 - Respostas da Questão 12	90
Gráfico 21 - Respostas da Questão 13	91
Gráfico 22 - Respostas da Questão 14	92
Gráfico 23 - Respostas da Questão 15	93
Gráfico 24 - Respostas da Questão 16	94
Gráfico 25 - Respostas da Questão 17	95
Gráfico 26 - Respostas da Questão 18	96
Gráfico 27 - Respostas da Questão 19	97
Gráfico 28 - Respostas da Questão 20	99
Gráfico 29 - Respostas da Questão 21	100
Gráfico 30 - Respostas da Questão 22	101

Gráfico 31 - Respostas da Questão 23	102
Gráfico 32 - Respostas da Questão 1 da avaliação do PE	117
Gráfico 33 - Respostas da Questão 2 da avaliação do PE	118
Gráfico 34 - Respostas da Questão 3 da avaliação do PE	119
Gráfico 35 - Respostas da Questão 4 da avaliação do PE	120
Gráfico 36 - Respostas da Questão 5 da avaliação do PE	121
Gráfico 37 - Respostas da Questão 6 da avaliação do PE	122
Gráfico 38 - Respostas da Questão 7 da avaliação do PE	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro-síntese: planejamento da estrutura do produto educacional.....	22
Quadro 2 - Quadro-síntese: tabulação dos estudos selecionados	26
Quadro 3 - Quadro-síntese: resultados dos estudos analisados.....	28
Quadro 4 - Quadro-síntese: respostas dos servidores referente à questão 24.....	104
Quadro 5 - Quadro-síntese: respostas dos servidores referente à questão 25.....	106
Quadro 6 - Quadro-síntese: respostas dos servidores referente à questão 26.....	108
Quadro 7 - Quadro-síntese: respostas dos servidores referente à questão 27.....	109
Quadro 8 - Quadro-síntese: respostas dos servidores referente à questão 28.....	111
Quadro 9 - Quadro-síntese: perguntas do questionário de avaliação/validação do produto educacional.....	116
Quadro 10 - Quadro-síntese: recomendações apresentadas pelos especialistas/pesquisadores.....	124
Quadro 11 - Quadro-síntese: pareceres emitidos pelos especialistas/pesquisadores	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANA - Avaliação Nacional da Alfabetização
ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANEB - Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFETS - Centros Federais de Educação Tecnológica
CF - Constituição Federal
CI - Conceito Institucional
CNE - Conselho Nacional de Educação
CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CPC - Conceito Preliminar de Cursos
EAs - Escolas de Aprendizes Artífices
EaD - Educação à Distância
EBSERH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EC - Emenda Constitucional
ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
FIC - Formação Inicial e Continuada
FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FORPLAN - Fórum de Planejamento e Administração
FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco
GND - Grupo de Natureza de Despesa
HCPA - Hospital de Clínicas de Porto Alegre
IAML - Índice de Atendimento ao Marco Legal Equalizado
IBC - Instituto Benjamin Constant
IDD - Indicador de Diferença entre os Desempenhos

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IEA - Índice de Eficiência Acadêmica Equalizado
IFG - Instituto Federal de Goiás
IFs - Institutos Federais
IGC - Índice Geral de Cursos
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação
PE - Produto Educacional
PNE - Plano Nacional de Educação
PNP - Plataforma Nilo Peçanha
PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação
PPA - Plano Plurianual
ProfEPT - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
RAG - Relatório Anual de Gestão
RAPP - Relação Aluno-Professor Presencial Equalizada
RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RIP - Regime de Internato Pleno
SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SETEC/MEC - Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - PERCURSO METODOLÓGICO	18
1.1. Percurso Metodológico da Pesquisa.....	18
1.2. Percurso Metodológico do Produto Educacional.....	21
CAPÍTULO 2 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E CONTEXTO ACADÊMICO, LEGAL E INSTITUCIONAL	25
2.1. Apreciação dos estudos relacionados ao tema.....	25
2.2. Apreciação da legislação	33
2.3. Apreciação dos documentos institucionais: Relatório de Gestão do MEC e dos Institutos Federais.....	38
CAPÍTULO 3 - REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA: REALIDADE DE FUNCIONAMENTO	49
3.1. Os Institutos Federais e a EPT	49
3.1.1. Caracterização da EPT	49
3.1.2. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica como parte integrante da EPT	51
3.1.3. Os Institutos Federais e sua natureza, finalidades e objetivos	54
3.1.4. Modelos de Instituições de Ensino Superior	56
3.2. Administração Pública e o Financiamento da EPT	58
3.2.1. Administração Pública	58
3.2.2. Orçamento Público	60
3.2.3. Financiamento Público da Educação.....	63
3.2.4. Financiamento Público para o desenvolvimento das práticas educativas em EPT nos Institutos Federais.....	66
3.3. Accountability na Administração Pública.....	70
CAPÍTULO 4 - DADOS DA PESQUISA E ANÁLISE DA REALIDADE.....	75
CAPÍTULO 5 - PRODUTO EDUCACIONAL.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS.....	132
APÊNDICE - Produto Educacional - Financiamento Público da EPT nos Institutos Federais: Relatório Técnico.....	145

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem sido, na última década, objeto de intensas discussões, principalmente a partir da publicação da Lei 11.892/2008, que estabelece a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Dentre os principais motivos para tais debates, encontra-se a necessidade de se investir nessa modalidade de ensino para o desenvolvimento socioeconômico do país e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida da população.

Nesse sentido, é importante destacar que o financiamento público da EPT é um tema de grande relevância, pois se trata da principal fonte de recursos para a oferta desse tipo de educação. É necessário, contudo, analisar a percepção dos servidores dos Institutos Federais quanto à (in)suficiência de recursos destinados a essa área e como estão sendo aplicados no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, como prevê a Lei 11.892/2008 (Brasil, 2008).

A educação básica, especificamente a EPT, tem enfrentado grandes desafios para se consolidar como uma política pública de Estado, principalmente no que se refere ao financiamento público. Muitas vezes, as instituições de ensino enfrentam dificuldades financeiras para manter suas atividades e oferecer uma formação de qualidade.

Diante desse contexto, a presente pesquisa se propõe a realizar uma análise do financiamento público da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, verificando como esses recursos têm sido distribuídos e aplicados pelo governo federal. O estudo busca compreender quais são as principais políticas públicas voltadas para a EPT e como elas têm impactado no financiamento dessa modalidade de ensino.

Percebe-se que as adversidades orçamentárias enfrentadas pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são uma realidade cruel e vivenciada diariamente. O Instituto Federal de Goiás, por exemplo, em seu RAG 2022 (Relatório Anual de Gestão - 2022), cujo objetivo é ser um instrumento de prestação de contas à sociedade em geral, apresenta dentre os desafios expressivos postos à instituição, os sucessivos cortes e bloqueios orçamentários como uma das principais causas que impactam diretamente no desenvolvimento das atividades cotidianas do Instituto. O RAG 2022 defende, ainda, a recomposição do orçamento do IFG em ação conjunta

com as demais instituições da RFEPECT; bem como, o respeito à autonomia administrativa, financeira e didático-pedagógica do IFG, como assegura a Lei nº 11.892/2008 (IFG, 2022, p.5).

Este estudo, por estar dentro do escopo da Linha de Pesquisa de Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, busca compreender as práticas educativas e de gestão relacionadas ao financiamento público e que impactam diretamente o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas instituições vinculadas à EPT.

Por meio da investigação das percepções dos servidores sobre as condições de financiamento previstas para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, esta pesquisa pretende contribuir para o aprimoramento das práticas educativas de gestão. Espera-se que práticas aprimoradas impactem positivamente na formulação de políticas públicas mais eficazes na área da Educação Profissional e Tecnológica, além de fornecer *insights* sobre os desafios enfrentados pelas instituições da EPT no que se refere ao financiamento público.

A justificativa para a realização desta pesquisa reside na importância do tema para a compreensão dos principais desafios orçamentários enfrentados pela RFEPECT. É importante verificar se os investimentos feitos pelos governos têm sido capazes de assegurar a qualidade da EPT, uma vez que esta é uma política pública essencial para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Nessa proposta, o objetivo principal da pesquisa visa a analisar a percepção dos servidores dos Institutos Federais quanto ao processo de financiamento público e sua (in)compatibilidade com o planejamento das condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão/administração na EPT.

Alinhado a esse objetivo principal, procura-se também: a) identificar a natureza, as finalidades e os objetivos dos Institutos Federais; b) conhecer e analisar o processo de financiamento público da Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais; c) analisar as atribuições dos Institutos Federais e as suas condições de financiamento público, em comparação com as universidades, a partir dos níveis e modalidades de atuação dessas instituições e na tríade de atividades de ensino, pesquisa e extensão; d) identificar e analisar o orçamento público recebido pelos Institutos Federais do governo federal no ano de 2022; e) desenvolver um

produto educacional, do tipo Relatório Técnico, no formato digital, com as principais discussões teóricas e os resultados da pesquisa.

Diante dessa perspectiva, esta pesquisa tem como questão central a seguinte indagação: **Qual é a percepção dos servidores dos Institutos Federais quanto ao processo de financiamento público e sua (in)compatibilidade no planejamento das condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão/administração na EPT?**

A fim de responder tal indagação e cumprir os objetivos deste estudo, esta dissertação foi organizada em seis capítulos, apresentando o percurso metodológico; a revisão bibliográfica e o contexto acadêmico, legal e institucional; a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: realidade de funcionamento; os dados da pesquisa e análise da realidade; o produto educacional e as Considerações Finais.

O primeiro capítulo, intitulado **percurso metodológico**, dedica-se a apresentar as decisões metodológicas empregadas desde a escolha da abordagem de pesquisa até a definição dos métodos de coleta e análise de dados adotadas, assim como as ferramentas e técnicas utilizadas para embasar a investigação. Está dividido em duas partes distintas, onde a primeira aplica-se a pesquisa e a segunda ao Produto Educacional.

Traçado o caminho a ser percorrido, no segundo capítulo, denominado **revisão bibliográfica e o contexto acadêmico, legal e institucional**, exploram-se os estudos relacionados ao tema, examina-se a legislação vigente e analisam-se os documentos institucionais relevantes ao estudo, proporcionando um panorama detalhado e abrangente do contexto em que a pesquisa está inserida.

A fundamentação teórica é apresentada no terceiro capítulo, cujo título é a **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: realidade de funcionamento**. Nessa seção aborda-se as principais teorias e conceitos relacionados ao tema investigado, fornecendo subsídios teóricos sólidos para embasar as discussões nos capítulos subsequentes. Sua estrutura foi construída de forma a expor desde a caracterização dos Institutos Federais e da própria EPT, passando pelos principais conceitos sobre Administração Pública e desencadeando em como ocorre o financiamento dos Institutos Federais e as formas de responsabilização.

O quarto capítulo, dedica-se a apresentar e analisar os **Dados da Pesquisa e análise da realidade**, detalhando o processo de coleta das informações. O levantamento foi conduzido por meio de um questionário *online*, utilizando a plataforma *Google Forms*, e contou com a participação de servidores dos 33 (trinta e três) Institutos Federais envolvidos na pesquisa. O questionário foi elaborado de forma a abranger uma variedade de aspectos relevantes para a investigação, incluindo questões sobre a percepção, experiências e opiniões dos servidores em relação ao financiamento público da EPT.

A partir dos resultados obtidos, são apresentados e discutidos os dados quantitativos e qualitativos obtidos por meio do questionário aplicado aos servidores dos Institutos Federais. São destacadas as principais conclusões e interpretações derivadas da análise dos dados, relacionando-as aos objetivos da pesquisa e às discussões teóricas apresentadas nos capítulos anteriores.

O quinto capítulo tem como foco a descrição da fundamentação para o desenvolvimento do **Produto Educacional** (PE). Este capítulo se baseia no referencial teórico, na investigação e na análise dos dados da pesquisa para desenvolver um Relatório Técnico em formato digital, contendo as principais discussões teóricas e os resultados obtidos. O objetivo é compartilhar o conhecimento adquirido ao longo da pesquisa. Além de apresentar a fundamentação e a justificativa para o desenvolvimento deste Relatório Técnico, nessa seção também são detalhados os critérios de aplicação e avaliação do PE.

As **Considerações Finais** deste trabalho sintetizam os principais resultados obtidos, destacando suas implicações teóricas e práticas. Nesta seção, são retomados os objetivos da pesquisa e discutido o quanto foram alcançados. Além disso, são abordadas as contribuições do estudo para o campo acadêmico e para a prática profissional. Possíveis limitações do estudo também são reconhecidas, oferecendo sugestões para futuras pesquisas.

Finalmente, são apresentadas reflexões sobre a relevância e a originalidade do trabalho realizado, ressaltando seu impacto e contribuições para a área de estudo. Essas considerações finais encerram a dissertação, proporcionando uma síntese significativa e conclusiva do trabalho realizado.

CAPÍTULO 1 - PERCURSO METODOLÓGICO

O capítulo em questão aborda o percurso metodológico empregado para se alcançar os objetivos do presente estudo, nos quais são apresentadas as estratégias de coleta e análise de dados, bem como as ferramentas e técnicas empregadas para verificação da validade e da confiabilidade dos resultados da pesquisa. O objetivo é fornecer uma compreensão clara e abrangente do caminho metodológico percorrido, fundamentando a investigação e possibilitando a replicação por outros pesquisadores interessados no tema.

1.1. Percurso Metodológico da Pesquisa

A abordagem dessa pesquisa é quali-quantitativa e do tipo exploratória. Tendo em vista o enfoque descritivo da pesquisa, em relação às técnicas padronizadas de coleta de dados, inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica, seguida de um estudo dos principais aparatos legais e dos documentos institucionais relacionados ao tema e por fim, foi aplicado um questionário *online*.

A pesquisa tem como foco a descrição da complexidade de um problema de pesquisa e a análise da interação de variáveis. De acordo com Richardson (1999), tal abordagem tem como objetivos descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, classificar processos dinâmicos, entre outros objetivos. Dessa forma, a análise quali-quantitativa pode permitir a compreensão da complexidade do processo de financiamento público da EPT, destacando as suas contradições e os seus desafios.

A abordagem quali-quantitativa está fundamentada no pressuposto de que um fato não pode ser compreendido apenas por meio de critérios de quantificação, nem entendido somente pelo significado dos eventos. Os estudos qualitativos exigem, a imersão do pesquisador no campo de estudo e, apesar da descrição dos dados ser uma das principais caracterizações, ela não garante que a realidade seja captada tal como ela é na sua totalidade (Lüdke e André, 1986). A pesquisa quantitativa, por sua vez, “procura quantificar os dados e aplicar alguma forma de análise estatística” (Malhotra 2001, p. 155).

Com o objetivo de ocupar-se tanto do processo, quanto com os resultados e o produto, a pesquisa quali-quantitativa tende a apreender as diversas perspectivas

dos sujeitos e dos fenômenos em sua complexidade (Bogdan e Biklen, 1994). A partir do *corpus* teórico que fundamenta a pesquisa, as metodologias de natureza quali-quantitativa possibilitam, portanto, um esforço do pesquisador para lançar luzes sobre fenômeno estudado.

Conforme esclarecem Richardson (1999) e Gil (2009), a pesquisa descritiva é aquela em que o pesquisador registra, analisa, classifica e interpreta fatos sem realizar interferências e, portanto, pretende descrever um evento. No contexto específico da análise dos processos de financiamento público na Rede Federal, a pesquisa descritiva se mostra especialmente adequada.

Como aponta Silva e Menezes (2001), essa abordagem se revela eficaz para identificar e analisar os diversos fatores e elementos que possuem influência sobre a situação estudada, descrevendo as características de um determinado fenômeno. No caso da presente pesquisa, a abordagem descritiva visa a estabelecer relações entre as variáveis envolvidas em um conjunto de instituições da RFEPCT.

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e o questionário online. Conforme Gil (2008), a revisão bibliográfica é uma técnica metodológica que envolve a análise de estudos previamente conduzidos sobre um tema específico. Nesse sentido, a revisão bibliográfica buscou coletar informações dos Institutos Federais por meio de materiais publicados como livros, teses, dissertações e artigos científicos, objetivando analisar seu processo de financiamento.

Outro recurso metodológico utilizado foi a pesquisa documental, visando levantar dados a partir de fontes que não foram devidamente tratadas ou analisadas, como documentos oficiais, leis, regulamentos, relatórios de pesquisa, entre outros registros que podem contribuir para o desenvolvimento da pesquisa.

Segundo Lüdke e André (1986), a análise de documentos pode desempenhar uma função fundamental no respaldo das análises da pesquisa, possibilitando a complementação de informações obtidas por meio de outras técnicas de coleta de dados ou revelando novos aspectos relacionados a um tema ou problema.

Além da revisão bibliográfica e da pesquisa documental, foi realizado ainda um questionário *online*, elaborado com perguntas abertas e fechadas, utilizando-se a plataforma *Google Forms*, visando identificar a percepção dos servidores quanto ao financiamento dos Institutos Federais e às condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na EPT.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 201), o “[...] questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. O questionário apresenta-se, portanto, como um instrumento essencial de coleta de dados na pesquisa científica.

Para realização da pesquisa foi enviado ofício aos 38 (trinta e oito) Institutos Federais presentes no território nacional, dos quais 33 (trinta e três) concederam o Termo de Anuência de Instituição Coparticipante para viabilizar a participação de seus servidores no estudo. A ampla aceitação por parte das instituições reforça a relevância do tema investigado e evidencia o interesse dos gestores e servidores em contribuir com reflexões sobre o modelo de financiamento público da Educação Profissional e Tecnológica.

Destaca-se a seguir as instituições participantes em ordem alfabética: IF Amapá, IF Amazonas, IF Bahia, IF Brasília, IF Catarinense, IF Ceará, IF Espírito Santo, IF Farroupilha, IF Fluminense, IF Goiano, IF Goiás, IF Maranhão, IF Mato Grosso, IF Mato Grosso do Sul, IF Norte de Minas, IF Pará, IF Paraíba, IF Paraná, IF Pernambuco, IF Piauí, IF Rio de Janeiro, IF Rio Grande do Norte, IF Rio Grande do Sul, IF Roraima, IF Santa Catarina, IF São Paulo, IF Sergipe, IF Sertão Pernambucano, IF Sudeste de Minas Gerais, IF Sul de Minas, IF Sul-Rio-Grandense, IF Tocantins e IF Triângulo Mineiro.

Quanto ao *lôcus* da pesquisa, devido a limitação de tempo e recursos financeiros para executar o questionário com todos os servidores, ativos e inativos, de cada Instituto Federal coparticipante da pesquisa, bem como a dificuldade de acesso e conexão via *internet* aos diversos *campi* de cada instituição, foi estabelecida uma amostragem por conveniência.

A amostra pretendia alcançar a participação de um gestor e um técnico administrativo, lotados nas pró-reitorias de administração, de cada um dos 33 (trinta e três) Institutos Federais que concederam o termo de anuência para a realização da pesquisa em suas dependências. Tal precedência se deu pelo fato destes servidores desempenharem suas funções diretamente na aplicação dos recursos públicos recebidos por estas instituições.

Cinquenta e seis (56) servidores responderam efetivamente ao questionário *online*, sendo trinta e um gestores e vinte e cinco técnicos administrativos, tornando-se assim, uma amostragem não probabilística por conveniência. Este resultado deve-

se principalmente ao fato de o período de coleta das respostas ter coincidido com a greve dos servidores dos Institutos Federais, ocorrida entre os meses de março à junho de 2024.

Mesmo não tendo atingido o número de participantes inicialmente pretendido, considera-se satisfatória a amostra em função da representatividade dos servidores que responderam à pesquisa. O perfil dos participantes e a diversidade de unidades da Rede Federal contempladas garantem uma visão abrangente sobre a percepção dos profissionais em relação ao financiamento público da EPT. Além disso, os dados obtidos permitem uma análise consistente das principais dificuldades enfrentadas pelas instituições, contribuindo para reflexões e recomendações sobre possíveis melhorias no modelo de financiamento vigente.

1.2. Percurso Metodológico do Produto Educacional

Nos programas de mestrados profissionais na Área de Ensino, de acordo com as diretrizes da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), é obrigatório o desenvolvimento de um Produto Educacional (PE) que esteja diretamente ligado ao problema de pesquisa. O PE é considerado uma parte essencial do curso e integra a dissertação, que inclui a descrição e análise das pesquisas realizadas (Leite, 2018).

Dentro desse grupo de programas de pós-graduação está incluído o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), que oferece o Curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Esse curso é oferecido pela Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), presente em todos os estados do Brasil, incluindo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, Campus Anápolis.

O Produto Educacional é conceituado por Rizzatti *et. al.* (2020, p. 4) como “o resultado tangível oriundo de um processo gerado a partir de uma atividade de pesquisa”. Sua elaboração deve, portanto, se desenvolver objetivando responder a uma pergunta/problema proveniente do campo de prática profissional, podendo se constituir em um artefato real ou virtual, ou ainda, em um processo, que deve ser aplicado com o público alvo da investigação.

A fim de cumprir tal requisito, bem como o quinto objetivo específico deste estudo, foi construído, a partir dos resultados da pesquisa, um produto educacional,

do tipo Relatório Técnico, no formato digital. A Norma Brasileira NBR 10719:2015 estabelece que, relatório técnico e/ou científico é o “documento que descreve formalmente o progresso ou resultado de pesquisa científica e/ou técnica” (ABNT, 2015, p. 3).

A seguir será apresentado um quadro simples da proposta do produto educacional:

Quadro 1 - Quadro-síntese: planejamento da estrutura do produto educacional

Nome do(a) Mestrando(a): Diego Inocêncio Amaral da Silva			
Orientador (a): Dr. Wanderley Azevedo de Brito			
Linha de Pesquisa no ProfEPT: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)			
01	Tema da Pesquisa de Mestrado	Financiamento Público no planejamento dos Institutos Federais: percepção dos servidores quanto às condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na EPT	
02	Pergunta-problema da pesquisa	Qual é a percepção dos servidores dos Institutos Federais quanto ao processo de financiamento público e sua (in)compatibilidade no planejamento das condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão/administração na EPT?	
03	Espaço da Pesquisa: educação formal ou não-formal	Espaço formal	
04	Nível e modalidade de Ensino	Todos os ofertados pela Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT)	
05	Tipo ou categoria do Produto Educacional	Relatório Técnico	
06	Modalidade do Produto Educacional	Relatório de pesquisa	
07	Título provisório do Produto Educacional	Financiamento Público da EPT nos Institutos Federais: Relatório Técnico	
08	Identifique somente os itens e espaços relacionados ao seu Produto, Tecnologia, ou Processo Educacional:	a. Instituição? Qual?	33 Institutos Federais que concederam o Termo de Anuência
		b. Instância da instituição? Qual?	Reitorias
		c. Campus ou Campi? Escola? Qual ou quais?	não se aplica
		d. Espaço(s) administrativo(s): Qual ou quais?	Pró-Reitorias de Administração
		e. Setor da instituição: Qual?	não se aplica
		f. Curso(s): Qual(quais)?	não se aplica
		g. Nível de Ensino?	Nível Básico e Superior
		h. modalidade de educação: Qual?	Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, Ensino de Jovens

			e Adultos (EJA), Educação a Distância (EaD), Licenciatura, Bacharelado, Tecnólogo, <i>Stricto Sensu</i> e <i>Lato Sensu</i>
		i. laboratório(s): Qual(quais)?	não se aplica
		j. espaço(s) relacionado(s) ao ensino: Qual(quais)?	não se aplica
		k. espaço(s) relacionado(s) à pesquisa: Qual(quais)?	não se aplica
		l. espaço(s) relacionado(s) à extensão: Qual(quais)?	não se aplica
		m. espaço de educação não formal: Qual?	não se aplica
		n. espaço virtual de educação? Qual	não se aplica
		o. outro espaço educacional: Qual?	não se aplica
09	Metodologia do Produto Educacional	a. recorte espacial e temporal (local e período de realização da pesquisa do PE)	Recorte espacial: IFs Recorte temporal: 2019-2023
		b. universo e a amostragem da pesquisa	Universo: Servidores dos Institutos Federais Amostragem: 31 Gestores e 25 Técnicos Administrativos
		c. equipamentos e materiais que pretende utilizar para a realização da pesquisa	Computador, <i>Internet</i> e Formulário do <i>Google Forms</i>
		d. instrumentos que pretende utilizar para a coleta de dados	Revisão bibliográfica, pesquisa documental e questionário <i>online</i>
10	Estratégias e recursos metodológicos para o desenvolvimento do Produto Educacional	Serão consideradas as análises dos dados da pesquisa, contidos na dissertação	
11	Quem serão os sujeitos ou os especialistas que participarão da validação do Produto Educacional?	Especialistas/pesquisadores da RFEPC	
12	Estratégia metodológica e instrumentos de validação do Produto Educacional	Avaliadores <i>ad hoc</i> por meio de um questionário <i>online</i>	

Fonte: Brito (2023)

Para a construção do referido Produto Educacional, foram consideradas as análises dos dados da pesquisa, contidos na dissertação. O Relatório Técnico foi ainda aplicado com especialistas/pesquisadores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPC).

Em relação à avaliação/validação do Produto Educacional, de acordo com Rizzatti *et al.*, (2020, p. 6 e 7) esse processo deve ser realizado em duas instâncias distintas: “A primeira instância deve ocorrer durante a aplicação do PE, [...] a segunda

instância de validação é obrigatória para todos e será feita pela banca de defesa de dissertação ou tese”.

Dessa forma, a avaliação/validação do Produto Educacional foi realizada, em um primeiro momento, pelos especialistas/pesquisadores da RFEPCT no qual o PE foi aplicado. Para isso, foi proposto aos avaliadores *ad hoc* um questionário *online*, com o objetivo de avaliar a qualidade do produto educacional e a sua aplicabilidade e replicabilidade na Rede.

Em um segundo momento, a avaliação/validação do PE foi realizada pelos integrantes da comissão examinadora da banca de defesa da Dissertação e do Produto Educacional, como estabelece o regulamento do ProfEPT.

CAPÍTULO 2 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E CONTEXTO ACADÊMICO, LEGAL E INSTITUCIONAL

Este capítulo visa a fornecer uma compreensão abrangente do contexto acadêmico, legal e institucional que molda o financiamento público dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Ele se propõe a explorar os estudos relacionados ao tema, examinar a legislação vigente e analisar documentos institucionais relevantes. A análise desses três pilares fornece uma base sólida para possibilitar o entendimento dos desafios e as perspectivas do objeto deste estudo.

2.1. Apreciação dos estudos relacionados ao tema

De acordo com Gil (2008), a revisão bibliográfica é um recurso metodológico que se utiliza do levantamento de pesquisas já realizadas sobre um determinado tema. Para alcançar este objetivo, o pesquisador deve realizar um levantamento de teses, dissertações, artigos científicos e demais publicações que versam sobre a temática estudada.

Seguindo essa premissa, foi realizada a revisão bibliográfica objetivando analisar o processo de financiamento público dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, identificando assim o estágio atual do conhecimento sobre este assunto e proporcionando uma visão abrangente do cenário financeiro/orçamentário de tais instituições.

Para a pesquisa dos estudos, foram empregadas bases de dados que englobam artigos, teses e dissertações contendo grande volume e diversidade de publicações. Para a busca de artigos foi utilizado o Portal de Periódicos da CAPES e para coleta de teses e dissertações o Catálogo de Teses da CAPES e o Portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

Quanto ao recorte temporal, foi delimitado como filtro de busca estudos dos últimos cinco anos, ou seja, de 2019 a 2023. Ao determinar as palavras-chaves que trouxessem resultados mais específicos para a pesquisa chegou-se a seguinte configuração: "Financiamento Público da Educação" OR "Financiamento Educacional" OR "Financiamento da Educação" OR "Financiamento dos Institutos Federais" OR "Financiamento da Educação Profissional".

Em relação aos critérios de inclusão e exclusão das pesquisas na revisão bibliográfica, executou-se a seguinte sistemática: inicialmente, foram analisados os títulos das pesquisas para verificar a presença dos termos em questão. Na ausência desses termos nos títulos, procedeu-se à avaliação das palavras-chave, e, por último, foram considerados os resumos. Assim, foram excluídos os estudos que não apresentaram os termos mencionados em nenhuma das partes analisadas.

Realizada a pesquisa nos bancos de dados escolhidos para a revisão bibliográfica, utilizando-se os descritores e o recorte temporal, mencionados anteriormente, a busca retornou em 122 artigos e 191 dissertações, dos quais, aplicados os critérios de inclusão e exclusão, resultou-se em nove artigos e sete dissertações elegíveis para este estudo.

Posteriormente à aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, procedeu-se à leitura dos estudos selecionados, categorizando-os conforme modelo do Quadro 2, apresentado a seguir:

Quadro 2 - Quadro-síntese: tabulação dos estudos selecionados

Título	Autores	Ano	Tipo	Base	Objetivo	Resultados

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

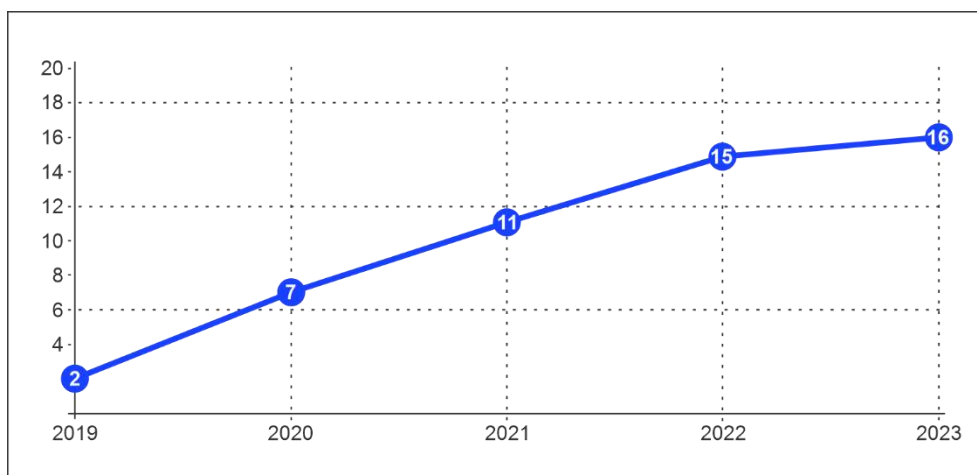
Os dados obtidos dos estudos foram incorporados nas colunas descritas no Quadro 2, de acordo com os seguintes parâmetros:

- **Título:** o título do estudo foi transcrito na íntegra.
- **Autores:** os autores que participaram do estudo foram identificados.
- **Ano:** o ano em que o estudo foi publicado foi descrito.
- **Tipo:** o tipo de estudo foi especificado, sendo artigo, tese ou dissertação.
- **Base:** a base na qual o estudo foi localizado foi expressa.
- **Objetivo:** o objetivo do estudo foi apresentado, conforme descrito pelos autores.
- **Resultados:** os principais resultados de cada pesquisa foram expostos.

Diante dos estudos selecionados foi possível identificar a distribuição das publicações sobre o financiamento dos Institutos Federais, no período pesquisado,

conforme pode ser verificado no Gráfico 1. Observando-se a curva, percebe-se que, ao longo do período investigado, a produção apresenta uma reta ascendente, com uma tendência de estagnação do ano 2022 para o ano 2023.

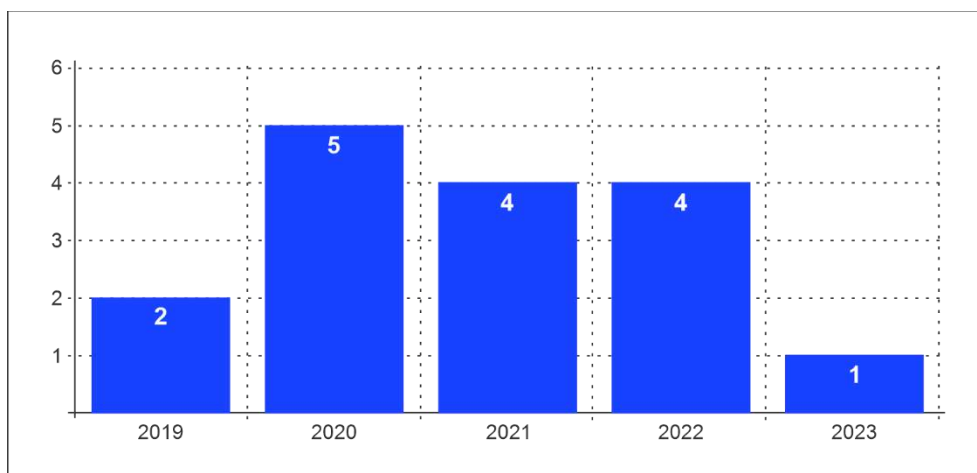
Gráfico 1 - Número acumulado de estudos em relação aos anos



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Uma observação do Gráfico 2 indica que as publicações foram distribuídas de forma desigual ao longo do tempo, na qual o primeiro ano analisado conta com duas publicações, apresentando o pico de publicações no ano de 2020, uma leve queda nos dois próximos anos e apenas uma publicação no ano de 2023. Considerando o período como um todo, percebe-se a baixa produção de estudos sobre o financiamento dos Institutos Federais, o que sugere uma lacuna significativa no conhecimento acadêmico sobre esse tema específico.

Gráfico 2 - Número de estudos publicados por ano



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O Quadro 3 apresenta os principais resultados encontrados pelos estudos considerados na revisão bibliográfica:

Quadro 3 - Quadro-síntese: resultados dos estudos analisados

	Autores Dissertação ou Artigo	Resultados
01	Silva, Oliveira e Ferreira (2021) <i>Artigo</i>	O estudo evidenciou que a relação entre o público e o privado no financiamento da educação profissional ocorre através da transferência de recursos públicos para instituições do setor privado, a partir da criação de programas e políticas que fomentam um mercado e formação em que o governo passa, para o setor privado, o dever do Estado de garantir a formação prometida na Constituição Federal de 1988, sinalizando o descaso do poder público com a garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade enquanto direito, em detrimento aos interesses do capital.
02	Pereira (2019) <i>Artigo</i>	Os dados levantados indicaram uma mudança de perspectiva de atuação do Fundo Público a partir de 2003, ampliando substancialmente o gasto público na modalidade.
03	Oliveira e Ferreira (2020b) <i>Artigo</i>	Evidenciou-se a carência de pesquisas em ambos os campos, sendo encontrados 71 estudos em educação e trabalho, e apenas 10 no campo do financiamento da educação profissional.
04	Machado e Ferreira (2019) <i>Artigo</i>	Os dados revelaram a relação entre os movimentos das matrículas e os investimentos de recursos do governo na EPT, evidenciando a dependência das instituições de ensino das redes públicas e privadas de EPT no Brasil em relação às políticas públicas para a modalidade, coordenadas e financiadas pelo Ministério da Educação.
05	Oliveira e Ferreira (2020a) <i>Artigo</i>	Apurou-se que a educação obteve recursos de diversas fontes durante o seu curso no período colonial do Brasil, indo desde as doações até a criação de impostos específicos para o seu financiamento.
06	Oliveira e Ferreira (2022) <i>Artigo</i>	Ainda que não tenham sido observadas, durante o intervalo analisado, maiores relações entre a promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016 e a queda no volume de recursos destinados à Assistência Estudantil no IFRN, é evidente a ameaça que tal EC representa ao financiamento da educação.
07	Dutra e Brisolla (2020) <i>Artigo</i>	Com a redução do orçamento, os estudos apontam uma grave crise orçamentária para a rede federal de ensino e a inviabilidade de execução do PNE (2014-2024). O cenário que se forma indica o sucateamento do ensino público, pois o congelamento dos recursos implicará a falta de materiais e equipamentos, sobrecarga de trabalho, desmotivação do corpo docente, salas abarrotadas, queda na qualidade do ensino e, principalmente, ampliação da desigualdade social.
08	Lima e Maciel (2022) <i>Artigo</i>	Identificou-se uma lógica em relação às medidas que operam na perspectiva do esgarçamento curricular da educação profissional e do ensino médio ofertado na RFEPCT e que se articulam em um duplo movimento de esvaziamento do financiamento da educação e de sua mercantilização, para fazer a formação para mercado e o mercado da educação.
09	Rolin (2021) <i>Artigo</i>	Os resultados mostram que a forma de oferta com o maior custo-aluno foi a dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e, a menor, a do curso de pós-graduação Lato Sensu; o nível de ensino com o maior valor foi o dos cursos técnicos e, o menor, o dos cursos de pós-graduação; o Eixo

		Tecnológico com o maior valor foi a Produção Industrial e, o menor, o Turismo, Hospitalidade e Lazer.
10	Oliveira (2022) <i>Dissertação</i>	Com a industrialização, a Educação Profissional tornou-se tema de interesse nacional, sendo pensadas novas políticas de financiamento. A Constituição Federal de 1934 obrigou a União e Municípios a aplicar o mínimo de 10%, e os Estados e Distrito Federal o mínimo de 20% das rendas provenientes de impostos na manutenção e desenvolvimento dos sistemas educativos, estabelecendo a vinculação constitucional como um novo paradigma de financiamento da educação.
11	Oliveira (2020) <i>Dissertação</i>	Quanto à execução orçamentária do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), percebe-se que acompanha o mesmo movimento dos institutos federais do Brasil e CEFETs: a despesa total cresce, devido ao aumento das despesas obrigatórias, e há o decréscimo das despesas discricionárias a partir de 2016, o qual é decorrente da retomada da política neoliberal.
12	Ribeiro (2020) <i>Dissertação</i>	Foi possível identificar determinadas limitações relativas à forma como a gestão por competências pode resultar em uma compartimentalização excessiva do conhecimento e estabelecer uma concepção que permitisse um diálogo mais abrangente e integral acerca do objeto da produção didática, qual seja: os Termos de Execução Descentralizada.
13	Silva (2022) <i>Dissertação</i>	O dinheiro que paga por políticas sociais é o mesmo dinheiro que paga a dívida pública, e nessa disputa desigual de interesses, temos um lado perdedor: O povo brasileiro, na forma de uma sociedade sem políticas sociais satisfatórias.
14	Araújo (2021) <i>Dissertação</i>	O investimento na graduação vem sendo reduzido, influenciado pelo baixo crescimento dos investimentos totais do IFPB no triênio 2017 a 2019, potencializado pelos contingenciamentos e pelas limitações impostas pela Emenda Constitucional nº 95.
15	Almeida (2023) <i>Dissertação</i>	Durante o período analisado, o IFPB passou de 9 para 21 campi e houve uma expansão do orçamento. No entanto, as políticas de austeridade e a Emenda Constitucional nº 95/2016 resultaram em reduções orçamentárias significativas, bloqueios e contingenciamentos.
16	Gonçalves (2021) <i>Dissertação</i>	No período de elaboração da pesquisa não houve orçamento participativo no IFPB Campus João Pessoa, por outro lado ficou evidenciado que existe abertura da gestão para participação da comunidade no processo de elaboração orçamentária do campus.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Ao analisar os conteúdos dos estudos apresentados observa-se uma variedade de assuntos relacionados ao tema. Silva, Oliveira e Ferreira (2021), por exemplo, dedicaram-se a investigar a relação entre o setor público e o privado no financiamento da educação profissional à luz de teóricos e de algumas legislações. Dentre os apontamentos elencados pelos autores destaca-se que:

Este estudo revelou que existe uma forte tendência mercadológica por trás do financiamento da educação profissional, onde o setor privado se beneficia da transferência de recursos públicos para a execução de políticas públicas, por meio de programas voltados para essa modalidade de ensino (Silva, Oliveira e Ferreira, 2021, p. 13).

Esse estudo ressalta, portanto, a complexidade das dinâmicas envolvidas no financiamento educacional. Destaca a importância de compreender os diferentes atores e interesses envolvidos nesse processo, a fim de fornecer subsídios para a luta por uma formação humana e integral dos indivíduos.

A historicização do financiamento da Educação Profissional no Brasil foi outro assunto recorrente nos estudos analisados. Oliveira (2022) investigou as Políticas de Financiamento da Educação Profissional no Brasil, do período Colonial à Segunda República. Enquanto Oliveira e Ferreira (2020a) inventariaram as medidas adotadas para o financiamento da educação no Brasil Colônia. Pereira (2019), por sua vez, analisou o financiamento das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) entre os anos de 1996 e 2016.

Oliveira e Ferreira (2020a), ao salientar a relevância de se inventariar as políticas de financiamento da Educação Profissional, destacam que:

A importância de compreender como se deu o financiamento das políticas educacionais ao longo do tempo, bem como a relação entre essas políticas e os interesses políticos, econômicos, e sobretudo, educacionais, estabelece o estudo do financiamento da educação como um campo de grande relevância (Oliveira e Ferreira, 2020a, p.110).

Seguindo esse sentido, Oliveira e Ferreira (2020b) dedicaram-se a analisar e quantificar a produção do conhecimento em Educação e Trabalho e Financiamento da Educação Profissional, em Programas de Pós-Graduação, evidenciando a carência de pesquisas em ambos os campos, principalmente no que diz respeito ao financiamento da educação profissional. Dessa forma, reforçam que:

Em se tratando especificamente do financiamento da educação profissional, a insuficiência de estudos torna-se ainda mais acentuada, uma vez que foram encontrados apenas 10 estudos sobre a temática. Assim, é possível dizer que, ainda que a pesquisa ocorra no âmbito dos Programas de Pós-Graduação, ela acontece em um baixo volume (Oliveira e Ferreira, 2020b, p. 17).

Machado e Ferreira (2019) por sua vez buscaram apresentar dados de matrículas de alunos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil e as relações existentes entre as matrículas observadas e as políticas públicas de gestão e financiamento. Os dados apontaram para a dependência das instituições de ensino das redes públicas e privadas de EPT no Brasil em relação às políticas públicas para a modalidade coordenadas e financiadas pelo Ministério da Educação.

Em suas considerações finais Machado e Ferreira (2019) salientam que:

As informações/dados produzidos pelo INEP permitiram compreender a tendência apontada quanto à oferta de EPT, por mais de uma década, e revelaram a profunda dependência não só das redes pública de ensino da educação profissional, mas especialmente das redes privadas, com destaque para o Sistema S, de recursos do governo federal para os programas de formação técnico-profissional dos trabalhadores (Machado e Ferreira, 2019, p.109).

Essa dependência da EPT de recursos provenientes do governo federal fica ainda mais explícita pelo fato de que quase metade dos estudos analisados apresentarem como assunto principal os impactos do contexto da política de austeridade, de controle e redução dos gastos públicos, principalmente aqueles ocasionados pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que implementou o teto para os gastos públicos federais, instituindo um novo regime fiscal que vigorará pelo período de 20 (vinte) anos, vigorando, portanto, até 2036.

Discorreram sobre esse assunto os autores Oliveira e Ferreira (2022); Dutra e Brisolla (2020); Lima e Maciel (2022); Oliveira (2020); Silva (2022); Araújo (2021); Almeida (2023), que discutiram o quanto a redução dos recursos tem sido prejudicial para o crescimento e muitas vezes para o próprio funcionamento dos Institutos Federais. Almeida (2023) resume bem a discussão ao declarar que:

A série de contingenciamentos, cortes e bloqueios orçamentários impostos pelo governo federal nos últimos anos tem obrigado as Instituições Federais a fazerem escolhas difíceis no que se refere aos pagamentos das despesas correntes. Além disso, provoca atrasos e até cancelamentos de bolsas, de editais (ensino, pesquisa e extensão) e, precipuamente, nos auxílios da assistência estudantil para o atendimento à comunidade acadêmica (Almeida, 2023, p. 102).

Seguindo os demais assuntos abordados pelos estudos, Rolin (2021) desenvolveu uma metodologia de cálculo do custo-aluno-anual da educação profissional e tecnológica, no campus Curitiba, do Instituto Federal do Paraná, no ano de 2017. Os resultados demonstraram que a forma de oferta com o maior custo-aluno foram a dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e, a menor, a do curso de pós-graduação Lato Sensu. Justificando o trabalho, Rolin (2021) salienta que:

O tema custo-aluno é importante para o enfrentamento dos desafios da educação no contexto atual, uma vez que considera a redução dos limites orçamentários e financeiros praticados recentemente pelo governo federal, por meio de cortes e contingenciamentos de receitas, associado à divulgação dos valores gastos para a formação de um estudante na administração pública federal no Brasil (Rolin, 2021, p. 2).

Ribeiro (2020), por sua vez, apresentou uma proposta de material didático sobre o financiamento da Educação Profissional e Tecnológica, em especial sobre o instrumento de transferência de recursos orçamentários e financeiros denominado como Termo de Execução Descentralizada, buscando assim valorizar o conhecimento dos servidores e melhorar os aspectos de gestão. Assim, Ribeiro (2020) estabeleceu esse objetivo:

Com intuito de estimular o debate sobre as formas de financiamento, motivava-se uma discussão mais ampla em um projeto de formação profissional que se preocupe em ter a resposta ao problema apresentado, mas contribua para uma análise mais crítica e abrangente, concebendo que o debate é o elemento que permite sistematizar o conhecimento (Ribeiro, 2020, p. 17).

Por fim, o último estudo analisado realizou um diagnóstico acerca do Orçamento Participativo no Instituto Federal da Paraíba (IFPB) Campus João Pessoa, desenvolvido por Gonçalves (2021) e constatou que, durante o período de elaboração da pesquisa, não foi implementado o orçamento participativo no IFPB Campus João Pessoa, apesar da gestão demonstrar disposição para envolver a comunidade no processo de elaboração do orçamento do campus. Ao defender a utilização do orçamento participativo Gonçalves (2021) destacou como objetivo:

[...] incluir a participação da comunidade acadêmica na definição das prioridades orçamentárias com o intuito de demonstrar, de forma transparente, a real situação da Instituição e, com isso, assegurar, no que for possível, as demandas da Comunidade (Gonçalves, 2021, p.16).

Examinados os estudos, bem como a diversidade de assuntos relacionados ao tema, identificou-se uma lacuna a respeito da percepção dos servidores dos Institutos Federais quanto às condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão na EPT, o que reforça a relevância desta pesquisa.

É importante destacar o estudo realizado por Rolin (2021), que evidencia o elevado custo-aluno nos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Em se tratando de financiamento público da educação, há uma contradição entre o que a Lei 11.892/2008 prevê para a RFEPT e os recursos do orçamento repassados pelo governo federal à essas instituições, uma vez que elas são obrigadas a ofertar 50% das suas vagas para os cursos da educação profissional técnica de nível médio (Brasil, 2008).

Essa contradição entre o que a Lei 11.892/2008 estabelece e os recursos efetivamente repassados pelo governo federal para a RFEPECT impacta diretamente a sustentabilidade financeira dos Institutos Federais. O custo-aluno significativamente elevado dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, em comparação com os demais níveis e modalidades de ensino, exigem um volume maior de investimentos a fim de assegurar a qualidade da oferta.

No entanto, os repasses orçamentários nem sempre acompanham essa realidade, criando desafios para a gestão dos Institutos Federais, que precisam equilibrar a ampliação da oferta com a manutenção da qualidade educacional. A obrigatoriedade de destinar 50% das vagas para cursos técnicos de nível médio torna esse descompasso ainda mais evidente, especialmente diante das limitações orçamentárias enfrentadas nos últimos anos.

Esse cenário reforça a necessidade de revisão dos critérios de financiamento e da estruturação de políticas públicas mais adequadas, possibilitando que os recursos destinados à RFEPECT sejam compatíveis com suas demandas e compromissos institucionais.

A partir da revisão bibliográfica evidenciou-se que também há outra importante lacuna nesses estudos, pois eles não desvelam claramente a contradição quanto ao que está previsto na Lei 11.892/2008 em termos de finalidades e objetivos estabelecidos para as instituições da RFEPECT, além da correspondente e necessária criação de condições orçamentárias compatíveis para viabilizar o pleno funcionamento das atividades fim dessas instituições.

2.2. Apreciação da legislação

A análise da legislação desempenha um papel fundamental ao se investigar o processo de financiamento público dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Esta abordagem crítica e sistemática visa examinar leis, regulamentos e políticas governamentais relevantes para o tema em estudo, destacando nuances legais, lacunas ou inconsistências que possam impactar a eficácia das políticas públicas ou os direitos dos cidadãos.

De acordo com Lüdke e André (1986) a análise da legislação pode representar uma técnica valiosa para abordar dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja revelando aspectos

inéditos de um tema ou problema. Os documentos analisados podem incluir desde leis, regulamentos e normas, até pareceres, cartas e memorandos, por exemplo.

Seguindo esse ponto de partida, foi realizado o levantamento dos principais aportes legais sobre o financiamento dos Institutos Federais, abrangendo desde as normativas específicas até as leis gerais que regem o orçamento público destinado à educação. A análise detalhada dessas leis, decretos e portarias possibilitam estender a compreensão das bases normativas que regem a distribuição e aplicação dos recursos destinados a essas instituições de ensino.

A Carta Magna da República estabelece a educação como um direito social, conforme os artigos 6º e 205 e seguintes da Constituição, bem como a prioridade absoluta de proteção às crianças e aos adolescentes, em reconhecimento à sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, de acordo com o artigo 227. A fim de promover a efetiva aplicação dos recursos públicos destinados à realização desses direitos fundamentais, a Constituição prevê uma proteção especial desses valores indispensáveis ao desenvolvimento da educação.

O texto constitucional determina que:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. [...] A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, art. 6º e 205).

Em relação a distribuição de recursos, propriamente dita, para o atendimento desse direito estabelecido, a carta constitucional prevê que:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (Brasil, 1988, art. 212).

A inclusão de um percentual mínimo a ser investido na educação na Constituição visa a desempenhar um papel crucial no desenvolvimento socioeconômico e na promoção da igualdade de oportunidades, reconhecendo a educação como um pilar fundamental para o progresso. Assim, ao instituir um patamar mínimo de investimento, a Constituição tem por objetivo proteger a educação de flutuações políticas e econômicas de governantes, representantes e servidores dos

três poderes da República, estabelecendo um compromisso contínuo com o fortalecimento do sistema educacional a longo prazo.

Seguindo a análise do ordenamento jurídico brasileiro em relação ao financiamento da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, regulamenta que os recursos serão provenientes de diversas fontes, quais sejam:

Serão recursos públicos destinados à educação os originários de: I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; II - receita de transferências constitucionais e outras transferências; III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais; IV - receita de incentivos fiscais; V - outros recursos previstos em lei (Brasil, 1996, art. 68).

Corroborando com o texto Constitucional, a LDB determina também um percentual mínimo de recursos a ser destinado à execução das atividades de manutenção e desenvolvimento do ensino público, a saber:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público (Brasil, 1996, art. 69).

A LDB estabelece ainda, como dever do Estado com educação escolar pública, garantir:

padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados (Brasil, 1996, Art. 4º).

Outro instrumento analisado foi o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece diretrizes, metas e estratégias para o desenvolvimento do sistema educacional do país ao longo do decênio 2014-2024. Esse plano aborda dentre os diversos aspectos da educação, a pretensão de elevar os recursos destinados ao ensino público, definindo em sua Meta 20:

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio (Brasil, 2014, Meta 20).

Especificamente em relação aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia destas instituições são definidos pelo Decreto nº 7.313, de 22 de setembro de 2010, que determina que:

Na elaboração da proposta de projeto de lei orçamentária da União, a ser submetida ao Presidente da República e encaminhada ao Congresso Nacional, o órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal deverá contemplar a autorização para a abertura de créditos suplementares, pelo Poder Executivo, em favor dos institutos federais. [...] Na elaboração das propostas orçamentárias anuais dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, o Ministério da Educação deverá observar a matriz de distribuição, para a alocação de recursos destinados a despesas classificadas como Outras Despesas Correntes e de Capital (Brasil, 2010, art. 2º e 4º).

Por fim, o último dispositivo legal examinado refere-se à Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, também conhecida como Lei Orçamentária Anual (LOA), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022. Dentre as determinações de despesa, em relação às unidades orçamentárias integrantes do Ministério da Educação, a LOA 2022 especifica que:

Às unidades orçamentárias integrantes do Ministério da Educação, nos grupos de natureza de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, até cinquenta por cento do valor total das dotações consignadas a esses grupos, no âmbito de cada unidade orçamentária, por meio da utilização de recursos provenientes da anulação dessas despesas, até cinquenta por cento do valor total das dotações consignadas nesta Lei aos referidos grupos de natureza de despesa, hipótese em que o remanejamento ocorrerá no âmbito da mesma unidade orçamentária (Brasil, 2022).

Em termos de acompanhamento e avaliação da aplicação dos recursos públicos destinados às instituições públicas de educação, inclusive a qualidade na aplicação desses recursos, a Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995 estabeleceu o Conselho Nacional de Educação (CNE) como órgão consultivo do Ministério da Educação (MEC). O conselho atua na formulação e acompanhamento da política nacional de educação.

Dentre as atribuições do CNE cabe-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira. Essas atribuições ocorrem, inclusive, pela emissão de pareceres e

resoluções sobre temas relacionados à aplicação dos recursos públicos na educação (Brasil, 1995, art. 6º e 7º).

De acordo com MEC (2024a), outro importante instrumento para o acompanhamento e avaliação da aplicação dos recursos públicos destinados às instituições públicas de educação é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). O SAEB é composto pelas avaliações de desempenho escolar, do Ensino Fundamental e Médio: Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) também conhecido como Prova Brasil, a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Ainda segundo o MEC (2024b), em relação ao Ensino Superior este acompanhamento é realizado por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O SINAES tem em seu escopo as seguintes avaliações: o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o Conceito Preliminar de Cursos (CPC), o Índice Geral de Cursos (IGC), o Indicador de Diferença entre os Desempenhos (IDD) e o Conceito Institucional (CI).

Tais instrumentos fornecem dados essenciais sobre o desempenho dos alunos e das instituições de ensino, auxiliando na identificação de desafios e na formulação de políticas educacionais mais eficazes. A análise desses dados permite o desenvolvimento de estratégias direcionadas para melhorar o ensino e aprendizagem, bem como para promover a qualidade e a equidade no sistema educacional.

Realizada a análise da legislação que regulamenta o financiamento público da educação brasileira percebe-se que estes aparatos normativos são abrangentes e fundamentais para a alocação de recursos adequados para o desenvolvimento do sistema educacional do país. Apesar de sua abrangência e importância, ainda há desafios e questões a serem enfrentados para assegurar uma distribuição mais equitativa e eficiente dos recursos, contribuindo assim, para a melhoria da qualidade e da equidade no sistema educacional.

2.3. Apreciação dos documentos institucionais: Relatório de Gestão do MEC e dos Institutos Federais

Outro recurso metodológico utilizado para o levantamento da realidade do financiamento público para o desenvolvimento do conjunto de atividades desenvolvidas pelos Institutos Federais foi a pesquisa documental. Com base nessa perspectiva, foi possível levantar dados a partir de fontes que não foram devidamente tratadas ou analisadas. Isso contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa e apontamentos da realidade, fornecendo informações sobre o orçamento destinado aos institutos, os valores repassados pelos órgãos governamentais e os critérios utilizados na distribuição dos recursos.

De acordo com Lüdke e André (1986) a análise de documentos pode desempenhar um papel crucial no embasamento da argumentação do pesquisador, permitindo-lhe complementar as informações extraídas de outras técnicas de coleta de dados ou desvelar novos aspectos de um tema ou problema. Isso pode ser capaz de estabelecer uma nova perspectiva, sem filtro, sobre o campo e seus processos, (Flick, 2009). Esta torna-se, assim, uma ferramenta essencial para a fundamentação da pesquisa, tanto para ratificar a validade das descobertas quanto para estimular o questionamento e a inovação científica.

Seguindo esse pressuposto, a pesquisa dos documentos institucionais fundamentou-se nos relatórios de gestão apresentados tanto pelo Ministério da Educação (MEC), quanto pelos 33 (trinta e três) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que concederam o termo de anuência para realização do estudo em suas dependências. Os relatórios analisados são de 2023, referentes ao exercício financeiro de 2022.

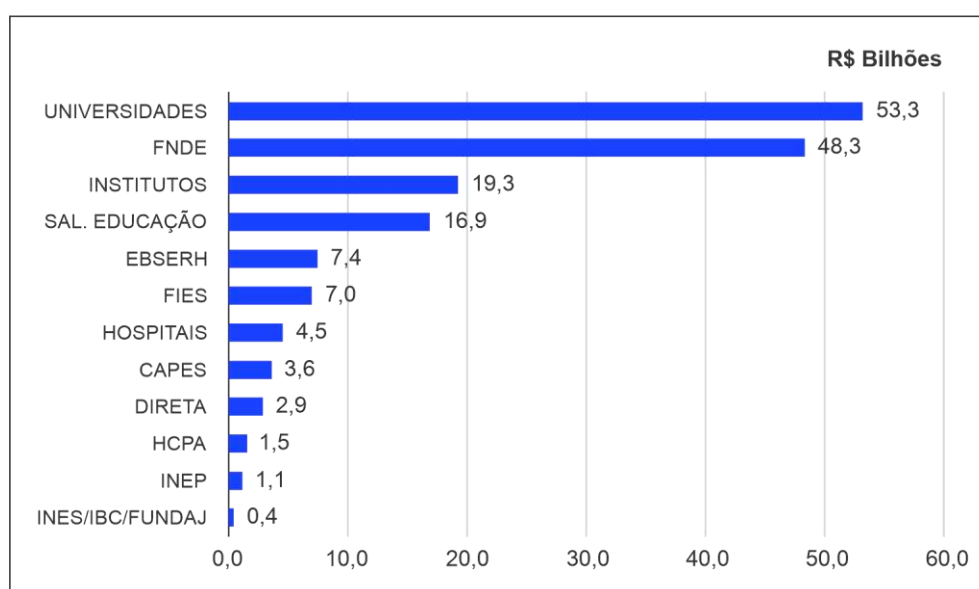
De acordo com MEC (2023c), 48% do orçamento do Ministério é destinado à Rede Federal de Ensino, a qual é composta por 149 instituições. A rede inclui Universidades, Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Colégio Pedro II, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Instituto Benjamin Constant (IBC), Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) e os Hospitais Universitários Federais.

Ainda segundo o MEC (2023c), Órgãos da Administração Direta, como secretarias e Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Administração Indireta,

como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), INEP, CAPES e EBSEH, compõem a parcela restante do orçamento. O FNDE também tem a responsabilidade de executar os orçamentos do FIES e do Salário Educação.

A Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, Lei Orçamentária Anual de 2022 (LOA 2022) e modificações realizadas até o encerramento do exercício, atribuiu um montante de R\$ 166,2 bilhões em dotações orçamentárias para as unidades do Ministério da Educação (MEC). Essa distribuição pode ser visualizada no Gráfico 3 a seguir:

Gráfico 3 - Dotação orçamentária de 2022 por grupo de Unidades Orçamentárias

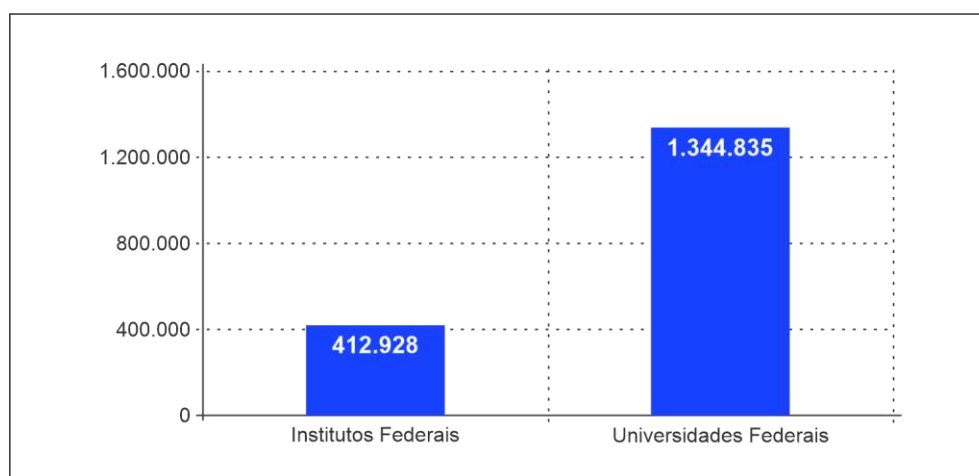


Fonte: MEC (2023c, p. 178).

Como pode ser observado no Gráfico 3, o total de recursos destinados aos Institutos Federais foi de R\$ 19,3 bilhões, correspondendo à 11,61% de todo o orçamento do MEC em 2022. As Universidades Federais, que detêm o maior percentual dos recursos da pasta, receberam um montante de R\$ 53,3 bilhões no mesmo período, ensejando em 32,07%.

Ao comparar essas informações com os registros de matrículas no Ensino Superior em 2022, extraídos da Plataforma Nilo Peçanha e do Censo da Educação Superior 2022, é notável uma aparente consistência na alocação dos recursos. Como ilustrado no Gráfico 4, observa-se que o número de estudantes matriculados no Ensino Superior nas Universidades Federais é três vezes maior do que o dos Institutos Federais.

Gráfico 4 - Matrículas no Ensino Superior: Institutos Federais e Universidades Federais em 2022



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

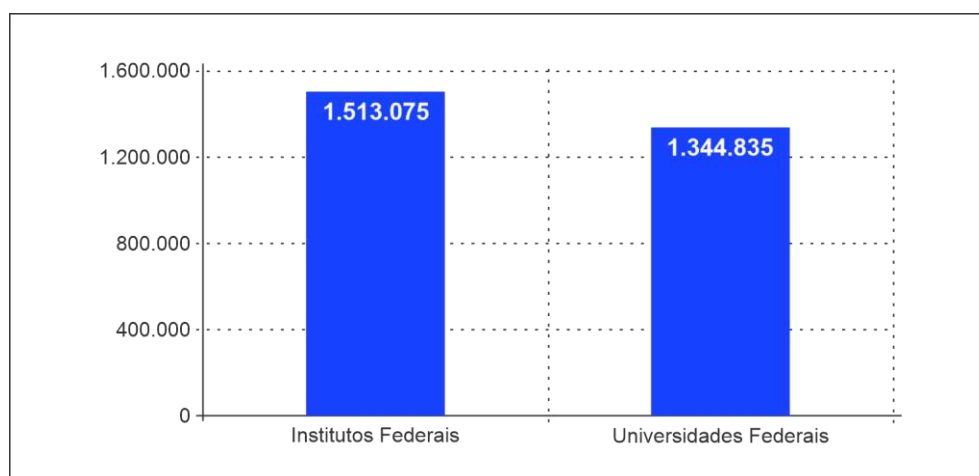
Com relação às diferenças do número de matrículas, é importante elucidar que, de acordo com Cunha (2010), as primeiras universidades brasileiras foram criadas entre 1909 e 1912, a saber: Universidade de Manaus (1909); Universidade de São Paulo (1911); Universidade do Paraná (1912). Alguns anos mais tarde foram criadas a Universidade do Rio de Janeiro (1920), a Universidade de Minas Gerais (1927) e a Universidade do Rio Grande do Sul em 1934 (Cunha, 2010).

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), por sua vez, entrou em funcionamento somente a partir de 2008, com uma nova institucionalidade e com a ampliação do número de unidades.

Esses dois modelos de instituições, as Universidades e as unidades da RFEPCT surgiram em distintos momentos e contextos da história. As diferenças quanto aos níveis de atuação trazem reflexos quanto ao número de alunos matriculados, seja em termos totais, seja em número de matrículas no ensino superior.

É importante salientar ainda que enquanto as Universidades Federais atuam apenas no Ensino Superior, os Institutos Federais ofertam cursos e desenvolvem atividades em todos os níveis e modalidades educacionais. Quando se considera o número total de alunos matriculados, incluindo os da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) a relação se inverte, como pode ser observado no Gráfico 5, onde o número total de matrículas dos Institutos supera o das Universidades Federais.

Gráfico 5 - Total de matrículas em 2022 nos Institutos Federais e nas Universidades Federais



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Esses dados evidenciam a defasagem dos recursos destinados à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), uma vez que seu orçamento corresponde a apenas 36,21% do destinado às Universidades Federais, apesar de atender uma quantidade maior de estudantes.

Quando se leva em consideração o Custo-Aluno da Educação Profissional e Tecnológica, percebe-se que os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio apresentam um gasto muito maior em comparação com os cursos de graduação e especialização *lato e stricto sensu*, como demonstrado por Rolin (2021).

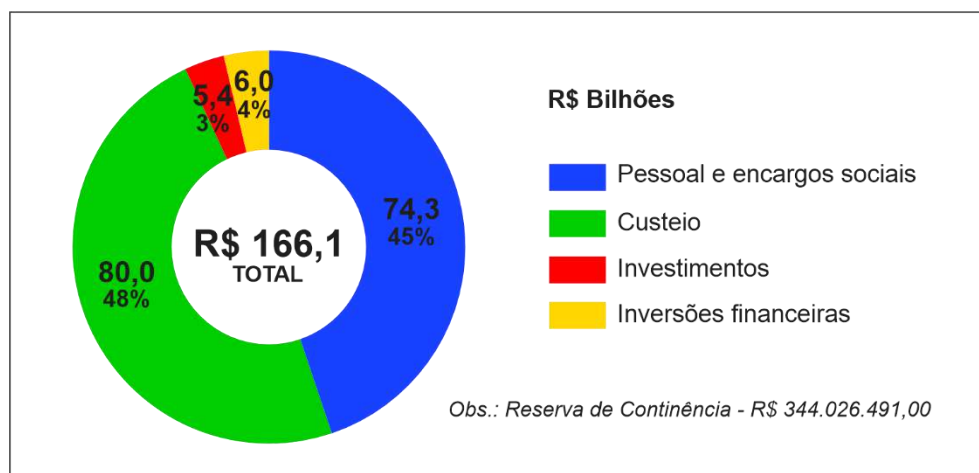
A Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais, determina em seu artigo 8º que estas instituições são obrigadas a ofertar no mínimo de 50% (cinquenta por cento) das suas vagas para cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Isso acaba acarretando em um Custo-Aluno muito maior para os Institutos Federais do que para as Universidades.

Não obstante, o orçamento das universidades ser maior que o dos institutos, mesmo estes atendendo mais estudantes do que àquelas, o elevado Custo-Aluno reforça ainda mais a discrepância na distribuição de recursos. Isso pode acabar inviabilizando o crescimento, o desenvolvimento de suas atividades e a própria expansão da rede. Essa disparidade evidencia a necessidade de revisão e ajuste na alocação de recursos para sustentar uma distribuição mais equitativa e eficiente, considerando o papel crucial desempenhado pelas instituições federais de educação profissional, científica e tecnológica.

Outro indicador apresentado pelo MEC (2023c) refere-se ao detalhamento do orçamento por Grupo de Natureza de Despesa (GND), que é um agrupador de elementos de despesa com características semelhantes em relação ao tipo de gasto. Segundo o Manual Técnico do Orçamento (Brasil, 2015) os grandes blocos de despesas são formados por seis grupos, de acordo com a natureza das despesas, a saber:

- 1 - Pessoal e Encargos Sociais: Despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar 101, de 2000.
- 2 - Juros e Encargos da Dívida: Despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.
- 3 - Outras Despesas Correntes: Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.
- 4 - Investimentos: Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
- 5 - Inversões Financeiras: Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.
- 6 - Amortização da Dívida: Despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária (Brasil, 2015, p. 63).

Como pode ser observado no Gráfico 6 a maior parte do orçamento do Ministério da Educação é alocada para despesas de Custeio, representando 48% do total do orçamento. Em seguida, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que correspondem a 45%, acompanhadas por Inversões Financeiras com 4%, Investimentos com 3%, e apenas 0,2% reservados para Contingências.

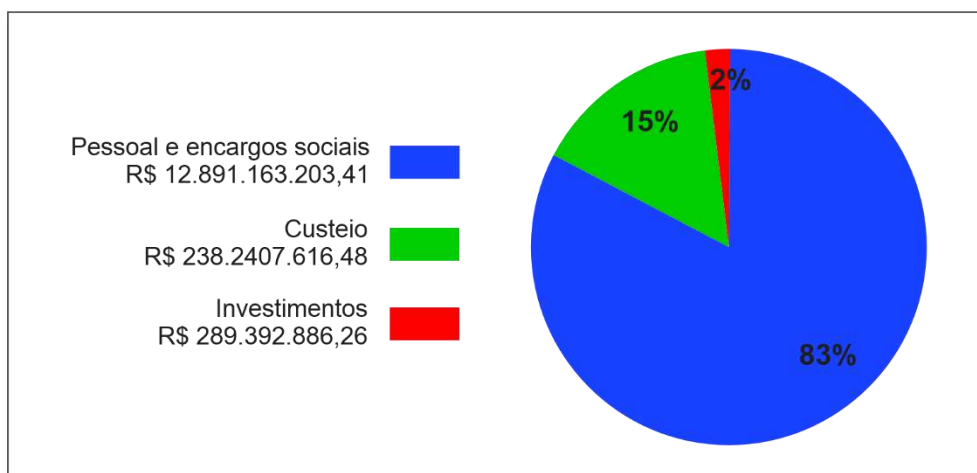
Gráfico 6 - Dotação orçamentária em 2022 por GND

Fonte: MEC (2023c, p. 179).

Como percebe-se no Gráfico 6, somente 3% do orçamento é destinado a Investimentos, o que pode acarretar em dificuldades em fornecer materiais didáticos adequados, infraestrutura precária das escolas e falta de programas educacionais eficazes. É importante esclarecer ainda que as inversões financeiras englobam a Concessão de Financiamento Estudantil e a Integralização de Cotas em Fundos de Garantia do FIES.

Dando continuidade à análise dos documentos institucionais, passou-se a examinar os relatórios de gestão de cada um dos 33 (trinta e três) Institutos Federais, objetos deste estudo. Os dados são referentes ao exercício financeiro de 2022, disponibilizados em meados de 2023. Foi realizada a tabulação dos dados em planilha, categorizando as informações do orçamento por Grupo de Natureza de Despesa (GND), destacando-se as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Custeio e Investimentos.

Somados os dados dos 33 Institutos Federais chegou-se ao Gráfico 7 que dispõe sobre a distribuição por GND no orçamento. Constatou-se que a maior fatia do orçamento é destinada às despesas com Pessoal e Encargos Sociais, representando 83% do total. Outros 15% são alocados em despesas de Custeio, que são aquelas destinadas à manutenção e funcionamento dos órgãos e apenas 2% é aplicado em Investimentos.

Gráfico 7 - Distribuição por GND no orçamento dos 33 IFs

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Vale ressaltar que esta divisão é determinada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que embora não estabeleça diretamente percentuais fixos para cada uma dessas categorias de gastos, ela define parâmetros e critérios que devem ser observados na alocação dos recursos. A LDO, por exemplo, pode estabelecer limites para o crescimento das despesas com pessoal em relação à receita corrente líquida, visando promover a sustentabilidade fiscal.

Além da LDO, a Lei Orçamentária Anual (LOA) também especifica a alocação dos recursos para cada área, incluindo a educação. Nesse documento, são detalhadas as dotações orçamentárias para pessoal, custeio e investimentos nas instituições de ensino, conforme as prioridades estabelecidas pelo governo.

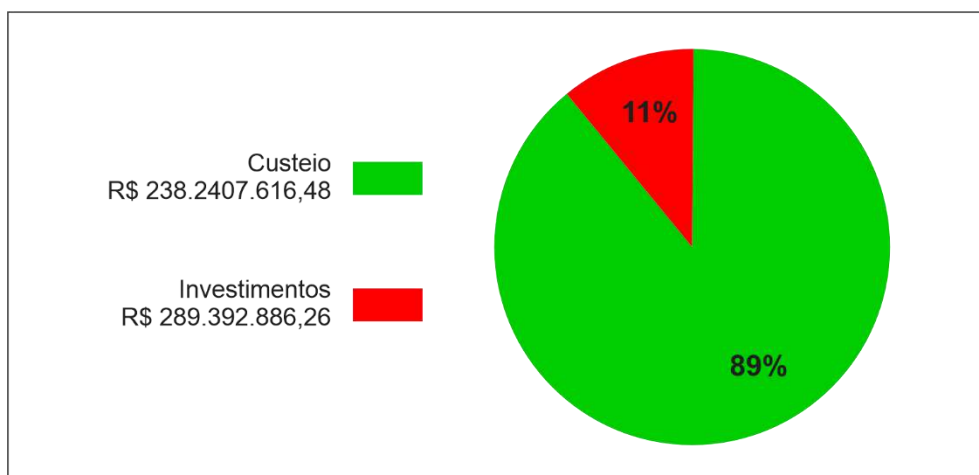
É importante destacar ainda que a definição dos percentuais exatos para cada categoria de gastos pode variar de acordo com as políticas e prioridades do governo em cada exercício financeiro. O Poder Executivo é que estabelece as diretrizes para a elaboração e execução do Orçamento da União, incluindo a destinação de recursos para a educação, sendo posteriormente remetido ao congresso para aprovação.

Quando se compara o Gráfico 7 com o Gráfico 6, percebe-se que, percentualmente, o gasto com Pessoal e Encargos Sociais, nos Institutos Federais, ocupa uma parcela significativa do orçamento, espremendo ainda mais o valor gasto com Investimentos. Isso pode acarretar em dificuldades no desenvolvimento das ações institucionais.

Ao se considerar apenas as despesas discricionárias, que são aquelas que não são obrigatórias, como recursos para Custeio e Investimentos, como pode ser

observado no Gráfico 8, os valores destinados ao Custeio dos Institutos Federais correspondem a 89%, enquanto somente 11% é aplicado em Investimento nestas instituições.

Gráfico 8 - Distribuição por despesas discricionárias



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Além dos recursos estabelecidos pela LOA, outra importante fonte de receita para os Institutos Federais são as Emendas Parlamentares. Através delas, os Deputados Federais e Senadores têm a prerrogativa de apresentar emendas, individuais ou de bancadas, destinando recursos para a realização de obras, projetos ou programas em suas bases eleitorais.

Analisando os dados disponibilizados pela Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que apresenta estatísticas oficiais da RFEPCT, constata-se que no ano de 2022 foram concedidos R\$ 56.445.510,00 via Emenda Individual e R\$ 114.952.955,00 via Emenda de Bancada, totalizando R\$ 171.398.465,00 em Emendas Parlamentares (PNP, 2022).

Esse número denota a insuficiência dos recursos financeiros destinados à RFEPCT, para suprir as condições necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. Essa insuficiência acaba obrigando seus gestores a procurar por recursos de Emendas Parlamentares, a fim de equilibrar as contas e/ou conseguir realizar obras e aquisição de equipamentos.

As Emendas Parlamentares, embora representem uma fonte adicional de recursos, não conseguem suprir plenamente as demandas complexas e multifacetadas dos Institutos Federais. Elas possuem um caráter pontual, destinando-

se a projetos específicos como obras ou aquisições de equipamentos, mas não cobrem despesas recorrentes como manutenção de infraestrutura, custeio de atividades acadêmicas ou pagamento de pessoal, o que restringe sua capacidade de solucionar problemas estruturais e de longo prazo.

Além disso, as emendas frequentemente refletem os interesses políticos dos parlamentares, que nem sempre estão alinhados com as necessidades reais das instituições. Por exemplo, um parlamentar pode priorizar a construção de um novo prédio, enquanto a instituição necessita, urgentemente, de recursos para modernizar laboratórios ou capacitar docentes. Blanchet e Lubke (2020) asseveram a importância de considerar que as emendas parlamentares estejam alinhadas às reais e prioritárias necessidades da sociedade:

Os membros do poder legislativo devem compatibilizar o direcionamento de suas emendas com o planejamento da atividade do Estado, como forma de potencializar as políticas públicas existentes, empreendendo esforços para a aprovação de um orçamento que reflita as reais necessidades das unidades federadas e não levem simplesmente à mera satisfação de interesses político-eleitorais (Blanchet e Lubke, 2020, p. 107).

Outro desafio é a incerteza e irregularidade no repasse dos recursos, que sofrem atrasos e nem sempre são liberados integralmente, dificultando o planejamento de longo prazo e deixando as instituições reféns de ciclos políticos e orçamentários curtos. Essa instabilidade prejudica a execução de projetos estratégicos, a manutenção da infraestrutura e a autonomia financeira e administrativa das instituições, dificultando a execução de suas atividades acadêmicas e comprometendo a inovação.

A dependência das Emendas Parlamentares pode comprometer a autonomia dos Institutos Federais, se manifestando na subordinação a interesses políticos, onde as instituições podem ser forçadas a atender demandas alinhadas aos parlamentares, nem sempre condizentes com suas prioridades acadêmicas e institucionais, distorcendo o planejamento estratégico e a alocação de recursos.

Além disso, a necessidade de negociar com parlamentares para obter recursos pode fragilizar a gestão democrática, concentrando poder em poucos gestores e reduzindo a participação coletiva da comunidade acadêmica nas decisões, minando a transparência e os princípios democráticos. Pacheco (2010), revela a necessidade de que a autonomia institucional seja preservada e exercida democraticamente:

A autonomia deve ser exercida nos limites de um projeto de nação esculpido democraticamente pela população. E à sociedade devem estar submetidos os interesses específicos de qualquer representação por mais legítimos que sejam (Pacheco, 2010, p. 26).

Infere-se ainda, que a obtenção de recursos via Emendas Parlamentares está profundamente ligada à dinâmica política entre gestores da RFEPT e parlamentares, gerando implicações significativas para essas instituições. A capacidade de uma instituição acessar esses recursos depende, em grande parte, da habilidade de seus gestores em estabelecer relações de poder e influência com parlamentares, o que pode criar desigualdades entre os IFs, beneficiando aqueles com gestores mais articulados politicamente ou localizados em regiões com maior representação política.

A dependência de emendas torna as instituições vulneráveis a mudanças no cenário político, como alternância de partidos no poder ou redistribuição de bancadas no Congresso, podendo comprometer o financiamento em caso de realinhamentos políticos. Como argumenta Sousa (2023), essa dependência aumenta o risco de clientelismo e politicagem, onde os recursos podem ser destinados em troca de apoio político ou benefícios pessoais, desvirtuando o caráter público e educativo das instituições e subordinando-as a interesses particulares.

Por isso, o processo de escolha de alocação das programações orçamentárias oriundas de emendas parlamentares está bastante relacionado a critérios eleitorais dado que, por meio delas, os políticos conseguem satisfazer as demandas de seus eleitores e apoiadores (Sousa, 2023, p. 26)

A distribuição de recursos via Emendas Parlamentares também é marcada por desigualdades entre os Institutos Federais, gerando disparidades no desenvolvimento institucional. Parlamentares com maior influência política ou que representam regiões de maior peso eleitoral tendem a direcionar mais recursos para suas bases, resultando na concentração de verbas em alguns IFs, enquanto outros, localizados em áreas menos representadas, ficam em desvantagem.

Essa discrepância acentua as desigualdades no desenvolvimento institucional, permitindo que algumas instituições modernizem suas infraestruturas e expandam suas atividades, enquanto outras permanecem estagnadas, comprometendo a equidade e a qualidade da Educação Profissional e Tecnológica em nível nacional. Silva (2023), demonstra essa realidade:

Os dados obtidos ainda sugerem que as emendas parlamentares orçamentárias não contribuem para a correção das desigualdades regionais, uma vez que as regiões com os piores indicadores educacionais não são priorizadas nas emendas. (Silva, 2023, p. 21)

A ausência de políticas públicas permanentes para sustentar financeiramente o funcionamento da RFEPCT fragiliza o funcionamento das instituições que integram essa rede.

A dependência crescente das emendas parlamentares para financiamento aponta para uma vulnerabilidade das instituições educacionais e de pesquisa. Tal dependência torna o planejamento e a sustentabilidade financeira das instituições incertos, impactando negativamente a geração de conhecimento no país (Inácio, 2023, p. 7).

Para superar os problemas advindos da dependência por Emendas Parlamentares, é necessário repensar o modelo de financiamento da EPT, estabelecendo fontes de recursos mais estáveis, previsíveis e alinhadas com as necessidades reais das instituições, de modo a fortalecer sua autonomia e capacidade de cumprir sua missão educativa e social.

A análise dos relatórios de gestão, tanto do MEC, quanto dos 33 Institutos Federais objetos deste estudo, bem como os dados da PNP, evidencia a necessidade de acréscimo ao percentual de Investimentos, uma vez que pode impactar diretamente no desenvolvimento da infraestrutura, de pesquisa e de inovação. Sendo esses setores cruciais para o desenvolvimento educacional e tecnológico do país, tal defasagem demanda uma revisão urgente das políticas de alocação de recursos e um redirecionamento estratégico com vistas à excelência e à competitividade dessas instituições no cenário nacional.

CAPÍTULO 3 - REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA: REALIDADE DE FUNCIONAMENTO

Este capítulo dedica-se à análise das principais teorias, conceitos e pesquisas relevantes sobre o tema investigado, servindo como alicerce teórico fundamental para compreender e contextualizar o problema de pesquisa, fornecendo uma base sólida para a análise dos dados e discussão dos resultados. A estrutura desta seção apresenta três partes distintas: inicialmente realiza-se uma contextualização dos Institutos Federais e da própria EPT. Em um segundo momento, estudam-se os principais conceitos sobre Administração Pública e o Financiamento dos Institutos Federais. Por fim disserta-se sobre os conceitos a respeito de responsabilização e prestação de contas.

3.1. Os Institutos Federais e a EPT

3.1.1. Caracterização da EPT

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que tem como objetivo principal a preparação de jovens e adultos para o exercício pleno da cidadania e para a qualificação profissional. No que diz respeito à Educação Profissional Técnica de Nível Médio a referida lei destaca que:

A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional (Brasil, 1996, art. 36-A).

A LDB define ainda que “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (Brasil, 1996, art. 39). Tal modalidade de educação “será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (Brasil, 1996, art. 40).

A EPT, portanto, engloba cursos de qualificação profissional, formação técnica, graduação em tecnologia e pós-graduação. Além disso, prevê a integração

com os diversos níveis e tipos de educação, bem como as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Moraes *et. al.* (2020), corroboram com esta visão destacando que a educação profissional e tecnológica abriga:

Um amplo espectro de cursos que vai desde a qualificação profissional de trabalhadores, passando pelos cursos técnicos, até chegar às formações superiores de graduação e pós-graduação, nas quais se incluem os mestrados e doutorados profissionais (Moraes *et. al.*, 2020).

Nos últimos anos, a EPT tem ganhado notoriedade, com a ampliação da oferta de vagas para essa modalidade educacional. A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no ano de 2008, fomentou ainda mais a expansão da EPT no Brasil. Com a proposta de oferecer cursos técnicos integrados ao ensino médio, essas instituições possibilitam aos estudantes uma formação completa, aliando conhecimentos teóricos à prática profissional.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, estabeleceu metas específicas para o incremento da oferta da educação profissional no país. Em sua Meta 10, por exemplo, determinou a oferta de “[...] no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional” (Brasil, 2014, Meta 10).

Outro objetivo definido pelo PNE 2014-2024, consiste em “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público” (Brasil, 2014, Meta 11). Isso demonstra o protagonismo e a relevância que a EPT tem assumido, tornando-se uma política pública fundamental na transformação social e habilitação profissional dos estudantes brasileiros.

Atualmente, a EPT conta com diferentes redes (federal, estadual, municipal e privada) ofertantes desta modalidade de ensino. Apresenta, portanto, “diversas instituições formadoras em todo o País, universidades, escolas técnicas, entidades empresariais, organizações sindicais de trabalhadores, organizações não governamentais, Sistema S, etc.” (Moraes *et. al.*, 2020).

Para fins da presente pesquisa estabeleceu-se como foco de estudo a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, especificamente os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos quais discorre-se mais a seguir.

3.1.2. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica como parte integrante da EPT

A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) remete ao ano de 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, aprovou o Decreto nº 7.566 para a criação das Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs). Estas escolas tiveram como função social a formação de jovens e adultos em situação de desfavorecimento social (desvalidos), provenientes da ordem escravista abolida em 1888. Suprindo assim, “[...] a necessidade de prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência” (MEC, 2010).

A redação do Decreto nº 7.566 definiu como propósito das EAAs “[...] habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, [bem como] fazê-lo adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime” (Brasil, 1909, p. 1).

Essas escolas, ofereciam formação profissional em ofícios tradicionais como carpintaria e alfaiataria, por exemplo, tendo como principal objetivo a prevenção da mendicância, da “vadiagem” e de outras condutas socialmente reprováveis da época. Segundo o MEC (2010) “na origem dessas instituições, fica claramente identificado o atributo a essas escolas de importante instrumento de governo no exercício de política de caráter moral-assistencialista”.

De acordo com MEC (2010) “[...] no período de 1930 a 1945 que a economia brasileira altera definitivamente o seu eixo, deslocando-se da atividade agroexportadora para a industrial”. Nesse ínterim, em 1937, algumas EAAs foram transformadas em liceus industriais. Esses novos estabelecimentos de ensino tinham como objetivo principal formar mão de obra especializada para atender à demanda das indústrias em expansão.

Com o aumento da demanda por mão de obra qualificada em diversas áreas, no ano de 1942, os liceus deram lugar às primeiras escolas técnicas federais. Segundo Otranto (2010, p. 2), “a partir de 1942, surgiram as Escolas Industriais e Técnicas no lugar dos Liceus, com o objetivo de oferecer formação profissional em nível equivalente ao do secundário”.

As escolas técnicas se multiplicaram pelo país nas décadas seguintes, como aponta Otranto (2010, p. 2), “no ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas passaram à categoria de autarquias e foram denominadas Escolas Técnicas

Federais”. Essa mudança acarretou em maior autonomia institucional e flexibilidade a essas instituições.

Em 1978, instituiu-se o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, possibilitando a transformação das antigas Escolas Técnicas em CEFETs, bem como a integração das Escolas Agrotécnicas Federais ao sistema. Com esta possibilidade, “três delas se transformaram em Centros Federais de Educação Tecnológica, surgindo os CEFETs do Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais; posteriormente acrescidos de outras escolas que também foram alçadas à categoria de CEFETs” (Otranto, 2010, p. 2).

Apesar dessas importantes transformações na oferta de educação profissional, o número de escolas técnicas no Brasil cresceu lentamente ao longo do século XX. Até o ano de 2002, apenas 140 escolas técnicas estavam em funcionamento em todo o país, um número ainda bastante limitado diante do tamanho da população brasileira e da demanda por esse tipo de educação (MEC, 2023a).

Frente ao desafio de aumentar o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em todo o país, o governo federal, lançou em 2005 um projeto visando aprimorar a distribuição espacial e ampliar a abrangência destas instituições de ensino:

O Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), criou no final de 2005, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. O objetivo foi ampliar a presença destas instituições em todo o território nacional (MEC, 2023 b).

No ano de 2005, foi lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, com a construção de 64 novas unidades no país. Esta primeira fase priorizou a construção de escolas em estados desprovidos dessas instituições, como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, bem como as áreas periféricas de grandes centros urbanos e municípios do interior (MEC, 2023 b).

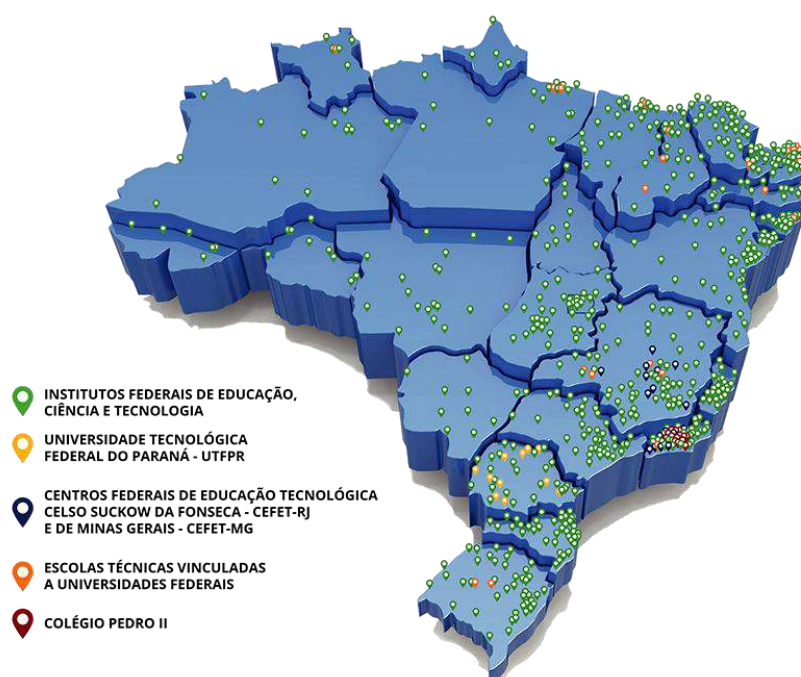
Em 2007 foi lançada a segunda etapa do Plano de Expansão, objetivando entregar à população mais 150 unidades e alcançar um total de 354 unidades em toda a rede até o final de 2010 (MEC, 2023 b). O ano de 2008 constituiu um marco temporal, com a promulgação da Lei nº 11.892/2008, que estabeleceu um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Durante o período de 2011 a 2014, a terceira etapa do Plano de Expansão resultou na criação de 208 novas unidades, além da integração de 14 unidades do Colégio Pedro II, por meio do artigo 5º da Lei nº 12.677/12, totalizando 578 unidades no País (MEC, 2023 b).

Mais recentemente, em 2016, foi instituído, através da portaria/MEC nº 378/2016, um acréscimo de 61 novas unidades e cinco Polos de Inovação, totalizando 644 unidades em operação em todo o território nacional (MEC, 2023 b). O último dado disponibilizado no portal do MEC remete à 2019, quando a RFEPCT contava com 661 unidades, sendo estas vinculadas a 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II (MEC, 2023 a).

Estas instituições são compostas por *campi* que funcionam como unidades de ensino descentralizadas, trazendo a presença da Rede Federal por todo o país, possibilitando a oferta de educação profissional e tecnológica e o desenvolvimento de inovações tecnológicas alinhadas com a vocação local (MEC, 2023 a).

Figura 1 - Mapa das unidades que compõem a RFEPCT - 2023



Fonte: MEC (2023 a)

A partir dessa historicização, percebe-se que nas últimas décadas a Educação Profissional e Tecnológica ganhou protagonismo, como uma política

pública fundamental para o progresso do país. Vem promovendo o acesso à educação técnica, a capacitação de trabalhadores e a formação de pesquisadores, contribuindo para o crescimento econômico, redução de desigualdades regionais e sociais e para a inovação tecnológica.

3.1.3. Os Institutos Federais e sua natureza, finalidades e objetivos

Como verificou-se anteriormente, os Institutos Federais constituem parte significativa da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT). Segundo Otranto (2010), os Institutos desempenham um papel fundamental na promoção e realização de pesquisas aplicadas, na estimulação da produção cultural, no fomento ao empreendedorismo e ao cooperativismo, além de facilitar a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais.

A Lei 11.892/2008, que estabelece a criação da RFEPECT, definiu em seu art. 2º que os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (Brasil, 2008).

A referida lei determina ainda, que os Institutos Federais são equiparados às universidades federais e, no âmbito de sua atuação, exercendo o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais e com autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior (Brasil, 2008).

Quanto a sua finalidade e características o artigo 6º, da Lei 11.892/2008, define que os Institutos Federais ofertam educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, tendo como ênfase o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (Brasil, 2008).

Destaca ainda o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas, com vista a atender às demandas sociais e peculiaridades regionais e ressalta a promoção da integração e a verticalização da educação básica

à educação profissional e à educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão (Brasil, 2008).

Os Institutos Federais têm como orientação da oferta formativa o benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de sua atuação (Brasil, 2008).

Constitui-se ainda, em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral e de ciências aplicadas em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica. Qualifica-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino (Brasil, 2008).

Desenvolve programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica. Estimula e realiza a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. Finalmente promove a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (Brasil, 2008).

No que tange aos objetivos dos Institutos Federais, a referida lei estabelece em seu artigo 7º a ministração de educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos (Brasil, 2008).

Outro objetivo é a ministração de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica. Objetiva ainda, a realização de pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade (Brasil, 2008).

Desenvolve também atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos (Brasil, 2008).

Promove a estimulação e apoio aos processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional. Por fim, a ministração em nível de

educação superior dos cursos superiores de tecnologia; cursos de licenciatura; cursos de bacharelado e engenharia; cursos de pós-graduação *lato sensu* e cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado (Brasil, 2008).

Uma vez que a Lei 11.892/2008 equipara os Institutos Federais às Universidades Federais, faz-se importante destacar que estes se diferenciam daquelas por apresentarem características de instituições híbridas. Segundo Escott (2012), a proposta político-pedagógica dos Institutos é oferecer educação básica, principalmente em cursos integrados de ensino médio e educação profissional, além de ensino técnico em áreas como engenharias, graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado. Também oferecem programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, com foco na formação inicial e continuada de trabalhadores, em áreas em que a ciência e a tecnologia são fundamentais.

Verifica-se que as ações que os Institutos Federais realizam estão intimamente atreladas à conexão com a sociedade na luta contra a desigualdade social, por meio da capacitação de indivíduos críticos que possam contribuir com o progresso da comunidade em que vivem. Se propõem a ofertar uma educação voltada para a formação integral dos estudantes, contemplando não apenas aspectos acadêmicos, mas também o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a promoção da cidadania ativa.

3.1.4. Modelos de Instituições de Ensino Superior

Ao longo do tempo diversas instituições se dedicaram à oferta do Ensino Superior e receberam várias denominações, como institutos, academias, colégios, faculdades e universidades, encontrando nessa última a forma mais comum e tradicional de designá-las. Pantoja (2010, p. 325) conceitua Universidade como “o estabelecimento ou conjunto de unidades educativas dedicadas ao ensino superior e, em alguns casos, à investigação, onde são conferidos graus acadêmicos e títulos profissionais”.

A Universidade, enquanto instituição, tem sua gênese na Europa medieval, mais precisamente nos séculos XI e XII. Ela emergiu em resposta às condições sociais e culturais da sociedade europeia, que com a crescente urbanização, enxergava na academia uma forma de homogeneizar e civilizar as várias populações do continente. Apesar dessa origem, é crucial destacar a existência de entidades educativas

precedentes que tiveram papéis preponderantes no mundo antigo. Alguns exemplos disso são as Escolas Bramânicas, na Índia; o Sistema Mandarim, na China; a Escola de Alexandria, no Egito; e as influências educacionais das culturas grega, romana e árabe (Pantoja, 2010 e Bernheim, 2003).

A partir de sua concepção, a Universidade organizou-se por meio de diversos modelos, com características próprias e que refletem as diferentes abordagens adotadas nas respectivas regiões de desenvolvimento. Dentre os quais destacam-se os três principais: o Modelo Alemão, ou Humboldtiano; o Modelo Francês, ou Napoleônico; e o modelo Americano, ou *College*.

O primeiro modelo, Alemão ou Humboldtiano, fundou a concepção moderna de universidade. Teve seu início com a organização da Universidade de Berlim em 1808 e é baseado nos princípios do filósofo alemão Wilhelm von Humboldt. Neste modelo, as universidades são concebidas como instituições voltadas para a pesquisa e a formação de intelectuais. Pereira (2009) destaca os princípios essenciais postulados por Humboldt a respeito da universidade:

A formação através da pesquisa; a unidade entre o ensino e pesquisa; a interdisciplinaridade; a autonomia e a liberdade da administração da instituição e da ciência que ela produz; a relação integrada, porém autônoma, entre Estado e Universidade; a complementaridade do ensino fundamental e médio com o universitário (Pereira, 2009, p.31).

O segundo modelo, Francês ou Napoleônico, foi desenvolvido na França a partir de 1806, quando Napoleão reorganizou todo o sistema de ensino superior francês, chamando-o de Universidade Imperial. Esse modelo é conhecido por sua ênfase em uma estrutura hierárquica e disciplinada. Foi projetado com o objetivo de atender às necessidades do Estado em formar profissionais especializados e burocratas eficientes.

De acordo com Pereira (2009, p. 32) “Nesta concepção, a universidade é tida principalmente como uma instituição instrumental de formação profissional e de formação política”. Dessa forma, são organizações dedicadas exclusivamente à transmissão de informações, marcadas pela ênfase utilitarista e profissionalizante.

O terceiro modelo, Americano ou *college*, é mais flexível e orientado para o mercado de trabalho. Ele se desenvolveu nos Estados Unidos no final do século XIX e se caracteriza pela descentralização e diversificação do sistema de ensino superior. Bernheim (2003, p. 37), destaca como aspecto mais notável da contribuição da

educação norte-americana para a estruturação das universidades a “introdução do departamento como unidade acadêmica básica, substituindo a cátedra isolada e unipessoal”; além da “flexibilidade crescente dos currículos e a introdução do sistema de pré-requisitos e créditos”. Nesse modelo a ênfase é colocada na aplicação prática do conhecimento por meio dos serviços de extensão, na pesquisa de ponta e na interação com a comunidade local e o setor produtivo.

Ao analisar a realidade do ensino superior brasileiro é possível observar que, tanto as universidades, quanto os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que também atuam nessa modalidade de ensino, apresentam características de um modelo híbrido, como asseveram Souza *et al* (2013):

Assim, a convivência com as concepções do modelo humboldtiano, do napoleônico e do americano indicam que a universidade pública brasileira apresenta um modelo híbrido. Não é possível identificar assim, uma concepção pura, ou própria de um modelo brasileiro (Souza et al, 2013, p. 232).

Percebe-se, portanto, que os modelos Humboldtiano, Napoleônico e Americano de universidades oferecem diferentes abordagens para o ensino superior, cada um com suas vantagens e desvantagens. Cada modelo reflete as características culturais, históricas e filosóficas das regiões em que se desenvolveram. Atualmente, muitas universidades em todo o mundo combinam elementos desses sistemas para criar um ambiente intelectual estimulante para a produção e disseminação do conhecimento.

3.2. Administração Pública e o Financiamento da EPT

3.2.1. Administração Pública

Para a melhor compreensão do tema proposto, seguindo o método científico de delimitar o problema, partimos do sentido mais amplo inicial do tópico para uma definição precisa e específica do estudo. Nesse sentido, faz-se necessário estabelecer as bases para o entendimento de administração pública, conceituando e elencando seus principais fundamentos, a fim de contextualizar e determinar o ponto de partida do estudo.

A administração pública, segundo Bresser-Pereira e Grau (2006), Denhardt (2012) e Chiavenato (2008), é uma área da ciência da Administração que engloba todas as estruturas administrativas utilizadas por nações, estados e municípios para gerir o interesse coletivo e fornecer à população uma diversidade de serviços públicos com o objetivo de aprimorar a qualidade de vida de forma geral. Andrade (2002) corrobora com este conceito, descrevendo a administração pública como o aparelhamento preordenado do Estado, com o propósito de fornecer serviços públicos ou de utilidade pública, com o objetivo de atender às necessidades da sociedade.

Segundo Lustosa da Costa (2018, p. 36):

A administração pública brasileira é um organismo complexo, multifacetado e polimorfo. É o Estado em ação, manifestando-se por meio de seus poderes coercitivos em inúmeros domínios. Como instituição (estrutura), burocracia (corpo de funcionários) e processo (ação gerencial), contempla um vasto conjunto de órgãos e atividades que se ocupam dos mais variados aspectos da vida social. Não pode, portanto, ser examinada como um todo monolítico, com atuação simétrica e uniforme.

Na história da administração pública é possível identificar três diferentes perspectivas que constituem a complexidade do fenômeno da relação entre administração e Estado, bem como de suas conexões com as diversas dimensões da atividade humana. A primeira perspectiva é baseada no modelo patrimonialista, em que a máquina do Estado atuava como extensão do poder soberano, onde seus servidores possuem *status* de realeza (Buarque de Holanda, 2006).

A segunda perspectiva é baseada no modelo burocrático, pautado pelos princípios weberianos, desenvolvendo a profissionalização, a ideia de carreira, de hierarquia funcional, de normas rígidas e da impessoalidade, tendo como objetivo extinguir o nepotismo e a corrupção (Faoro, 2001).

A última perspectiva é o modelo gerencial, que surgiu a partir da segunda metade do século XX, para enfrentar a crise do Estado, tendo em vista, a necessidade de diminuir custos e elevar a qualidade dos serviços, tornando a administração pública mais eficiente (Chiavenato, 2008).

Vale destacar que a visão evolucionista da administração pública brasileira é simplificadora e equivocada desse processo. As três perspectivas da administração pública brasileira não constituem tipos ideais e tampouco podem ser consideradas como etapas históricas que se apresentam de forma linear.

Trata-se, portanto, de um processo histórico complexo em que a administração pública passa por um *continuum* de práticas de convivência entre velhas e novas formas de gestão. Envolve sobreposições e frequentes adaptações às necessidades da sociedade, da economia e da política a cada época.

Agora a concepção de administração pública sofre influências da dinâmica do mundo atual marcado por mudanças econômicas, tecnológicas e socioculturais. Desse modo, a administração pública tem:

Suas configurações organizacionais e funcionais impactadas por multifacetados riscos advindos de modo inexorável das próprias relações sociais, marcadas que estão por hipercomplexidades econômicas, políticas, culturais e mesmo institucionais. Tais fenômenos apresentam desafios imensos, de um lado, políticas públicas são geradas para atender a tantas demandas conseqüências desses cenários; por outra via, são os mecanismos de controle, a transparência, a prestação de contas e a responsabilização dos administradores públicos – e mesmo privados –, haja vista os perigos oriundos de todos esses processos, muito especialmente os abusos de poder, os desvios de finalidade e a corrupção, tão recorrentes nos dias atuais (Leal, 2020, p. 149).

Nesse contexto, cresce no campo da administração pública a atenção quanto à busca por conformidade e integridade no acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos servidores e pelos sistemas da administração pública. Como exemplo pode-se mencionar o Decreto Nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que “dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (Brasil, 2017).

Tal movimento visa a constituir espaços para qualificar a governança das instituições públicas, elevar a integridade de gestão por meio do mapeamento dos riscos, redução das vulnerabilidades de processos e sistemas, desenvolver mecanismos anticorrupção e ampliar a ênfase na transparência da gestão pública, por meio de mecanismos de acompanhamento a serviço da sociedade.

3.2.2. Orçamento Público

Delimitando um pouco mais o objeto da pesquisa, torna-se essencial obter um entendimento abrangente dos conceitos e elementos fundamentais relacionados ao orçamento público. O orçamento é uma das principais ferramentas utilizadas pela administração pública, para planejar e executar ações, visando atender às necessidades da sociedade. Sua análise permite avaliar a evolução das políticas

públicas, a distribuição de recursos, a prestação de serviços à sociedade e o impacto das decisões orçamentárias no desenvolvimento e bem-estar da população.

De acordo com Lima e Castro (2000), o orçamento público é um processo de planejamento elaborado pela administração pública com o propósito de atender aos planos e programas de trabalho do governo em um determinado período. Esse processo envolve a demonstração das receitas a serem obtidas e das despesas a serem realizadas, com o objetivo de melhorar os serviços prestados à sociedade.

Por sua vez, Angélico (1995) descreve o orçamento público como um planejamento que engloba a alocação de recursos em programas de custeio, investimentos, transferências e inversões ao longo de um período financeiro específico. Isso implica na previsão e gestão dos recursos necessários para custear as operações do governo, projetos financeiros de desenvolvimento, transferências de recursos para entidades e realizar investimentos em setores-chave da economia.

Especificamente em relação ao Orçamento Público Brasileiro, este é regulado por três marcos legais fundamentais. Em primeiro lugar, a Constituição Federal que estabelece, na segunda seção do capítulo II, do Título IV (Da Tributação e do Orçamento), os princípios e normas que orientam a elaboração do orçamento. Em seguida, temos a Lei Complementar 101, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Por fim, a Lei n. 4.320/64, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para o controle dos orçamentos dos entes federativos, bem como para as despesas, receitas e elaboração orçamentária (Chiesorin Júnior, 2001, p. 73).

Segundo Rota (2018), a Constituição Federal, por sua vez, estabeleceu um sistema orçamentário formado por três leis: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Cada uma dessas leis apresenta conteúdos e finalidades específicas e devem ser empregadas nos três entes federativos (União, Estados e Distrito Federal e Municípios).

O PPA é o primeiro instrumento de planejamento do sistema orçamentário brasileiro. Trata-se de um plano quadrienal onde se estabelece “de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada” (Brasil, 1988, art. 165, § 1º).

Neste contexto, o PPA estabelece as prioridades em relação às despesas de capital, que englobam os gastos geralmente destinados ao aumento da oferta de bens e serviços públicos. Essas despesas incluem investimentos em máquinas,

equipamentos, construções, entre outros. Por outro lado, temos as despesas correntes, que estão relacionadas à manutenção do funcionamento regular do Estado, envolvendo gastos com pessoal, material de consumo e despesas administrativas, entre outros (Chiesorin Júnior, 2001, p. 74).

O segundo instrumento do sistema orçamentário brasileiro, a LDO, é uma lei anual que determina as metas e prioridades da administração pública federal e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Dispõe sobre as alterações na legislação tributária, estabelecendo a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento e as diretrizes de política fiscal e respectivas metas (Brasil, 1988, art. 165, § 2º).

Rota (2018) destaca ainda a Lei de Responsabilidade Fiscal atribuiu à LDO a responsabilidade de estabelecer o equilíbrio entre receitas e despesas, os critérios e procedimentos para limitação de empenho, as diretrizes referentes ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários. Além disso, deve definir as condições e requisitos para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

O terceiro marco legal do sistema orçamentário brasileiro, a LOA, também é uma lei anual, mas com caráter executivo. Trata-se do próprio orçamento público, isto é, a legislação que detalha as receitas previstas e autoriza as despesas públicas para o exercício financeiro correspondente (Rota, 2018, p. 26).

A LOA compreende os orçamentos fiscais dos três Poderes da União, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, incluindo fundações estabelecidas e mantidas pelo Poder Público, o orçamento de investimento das empresas nas quais a União possui, de forma direta ou indireta, a maioria do capital votante, e o orçamento da seguridade social. Engloba, portanto, todas as entidades e órgãos a ela vinculados, tanto da administração direta quanto indireta, além dos fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (Chiesorin Júnior, 2001, p. 75).

É imprescindível, ressalta Rota (2018), que esteja detalhada na LOA a discriminação de todas as receitas e despesas, uma vez que nenhum programa ou projeto pode ser iniciado sem a inclusão na LOA, e nenhuma despesa pode ser efetuada sem os correspondentes créditos orçamentários. Destaca assim, a política econômica financeira e o plano de ação do governo, evidenciando a função do

orçamento público como ferramenta de direção governamental e intervenção do Estado na economia.

O entendimento dessas definições ressalta a importância do orçamento público como uma ferramenta de gestão fundamental para a administração pública. O orçamento possibilita o direcionamento dos recursos financeiros disponíveis, visando a execução de políticas e programas institucionais, com o propósito de promover melhorias nos serviços públicos e alcançar os objetivos almejados para o bem-estar da sociedade.

3.2.3. Financiamento Público da Educação

Estabelecido o universo do orçamento público, é necessário realizar um recorte específico para explorar o tema do financiamento público da educação, buscando-se compreender o contexto histórico e as vinculações legais que nortearam a alocação de recursos nessa área. Isso é necessário, porque refletem o compromisso do Estado com a educação, possibilitando verificar os impactos desses investimentos na qualidade e no acesso à educação. As políticas educacionais podem ser aprimoradas por meio de um financiamento público adequado e eficiente.

A primeira menção constitucional ao direito do cidadão brasileiro à educação em escola pública surgiu na Carta Magna de 1824, que apesar de possibilitar o acesso ao ensino não havia qualquer indicação sobre como o Estado financiaria a manutenção e a expansão de sua rede educacional. Dessa forma, o Governo Federal transferiu a responsabilidade financeira para os estados da Federação, utilizando assim, os recursos provenientes de impostos estaduais como a primeira fonte de financiamento para a área da educação (Andrade, 2002).

Entre os anos de 1834 e 1934, houve um aumento na disponibilização de vagas de ensino público no Brasil. Essa expansão não acompanhou o crescimento populacional, resultando em um desequilíbrio entre a oferta e a demanda, especialmente na educação básica. A União priorizava o ensino superior, que era financiado por recursos provenientes do principal imposto do país, oriundo do café (Andrade, 2002).

Em 1889, com a proclamação da República, estados e municípios começaram a assumir os custos das escolas primárias, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, além das escolas secundárias nos centros urbanos. Esse processo intensificou as

desigualdades regionais da educação, pois como o financiamento era proveniente de impostos estaduais, principalmente os impostos comerciais, as regiões mais desenvolvidas tiveram mais condições de manter e expandir suas redes de ensino (Andrade, 2002).

A Constituição Federal (CF) de 1934 foi a pioneira em estabelecer a obrigação dos governos de destinar um percentual mínimo de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, estipulando que a União (Governo Federal) e os Municípios deveriam alocar 10%, enquanto os Estados deveriam destinar 20%. Em 1937, a Constituição, denominada "Estado Novo", eliminou essa vinculação.

Apenas na Constituição seguinte, promulgada em 1946, essa obrigação foi restaurada, retomando-se os percentuais estabelecidos na CF de 1934, com exceção dos Municípios, cujo mínimo passou para 20%. Essa exigência constitucional foi alterada apenas em 1961, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei n. 4.024, de 1961). Com isso, elevou-se o percentual mínimo da União de 10% para 12%. O regime militar instalado em 1964 voltaria a suprimir essa obrigatoriedade, por meio da CF de 1967 (Davies, 2019).

Apesar de a Emenda Constitucional (EC) nº 1 de 1969 ter restabelecido a vinculação de 20% da receita tributária para o ensino primário nos Municípios, as demais instâncias de governo permaneceram sem um percentual mínimo a ser aplicado em educação. Esta vinculação só voltou a acontecer em 1983, por meio da EC nº 24, também conhecida como Emenda Calmon. Essa emenda fixou o percentual mínimo de 13% para a União e de 25% para os Estados, Distrito Federal e Municípios. Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 manteve os percentuais para os Estados, Distrito Federal e Municípios, mas aumentou o da União de 13% para 18% (Davies, 2019).

Na Constituição Federal de 1988, a educação é definida como direito social e no Art. 206 estabelece a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, como um princípio. Essa carta magna estabelece os mecanismos de financiamento da educação pública, pois determina as despesas compulsórias que devem ser realizadas pelos governos nas três esferas de poder (Federal, estadual e municipal). Ao mesmo tempo, prevê a vinculação desse financiamento à estrutura tributária, define as obrigações dos entes federativos e as formas de prestação de contas (Brasil, 1988).

A vinculação constitucional de impostos é um aspecto importante da discussão sobre financiamento da educação pública no Brasil (Davies, 2000). Muitas vezes, entretanto, políticos, governantes e burocratas acabam se utilizando de brechas legais e artifícios contábeis para burlar a obrigatoriedade da vinculação constitucional de impostos no planejamento e na distribuição dos recursos públicos voltados para a educação.

Quando se discute financiamento público da educação, há que se considerar a enorme desigualdade de recursos legalmente disponíveis em cada esfera de governo e entre governos de uma mesma esfera (municípios e estados) e de suas responsabilidades, mesmo com redistribuição tributária promovida pela atual Constituição Federal de 1988. Tais desigualdades também se manifestam entre regiões, entre dependência administrativa (federal, estadual e municipal) e entre localização rural ou urbana (Davies, 2004). Considerando a importância do direito à educação previsto na Constituição:

As políticas de financiamento têm capilaridade sobre múltiplas dimensões: valorização dos/as profissionais da educação; construção e manutenção de prédios escolares; provimento de materiais didáticos; programas suplementares – transporte escolar, merenda escolar, livro didático – em todas as etapas e modalidades da educação básica, entre outras (Dourado; Marques e Silva, 2021, p. 666).

É importante ressaltar que alguns dos obstáculos relacionados ao uso dos recursos públicos destinados ao financiamento da educação, segundo Davies (2004), podem ocorrer a partir de descumprimento da vinculação, práticas generalizadas de corrupção, sonegação fiscal, clientelismo ou peso da burocracia.

No âmbito das condições para a constituição, a manutenção e o funcionamento das instituições de educação no Brasil, as políticas educacionais vigentes são definidoras das formas de financiamento público para o desenvolvimento das atividades da educação, em seus diferentes níveis e modalidades, com vistas ao desenvolvimento da sociedade brasileira.

O financiamento da educação contribui para a formação social, cultural e tecnológica do Brasil, para a diminuição das disparidades socioeconômicas, para geração de oportunidades de trabalho e para a melhoria das condições de vida para todos os cidadãos. Investir na educação não apenas melhora os níveis culturais e tecnológicos da sociedade, como também fortalece o seu potencial de desenvolvimento socioeconômico.

3.2.4. Financiamento Público para o desenvolvimento das práticas educativas em EPT nos Institutos Federais

Traçadas as perspectivas legais e históricas do financiamento público da educação, faz-se necessário o desdobramento a respeito da alocação de recursos para atendimento das atribuições dos Institutos Federais no desenvolvimento das práticas educativas em EPT.

Os Institutos Federais têm sido fundamentais no desenvolvimento socioeconômico do país, uma vez que contribuem para diminuir as disparidades científicas e tecnológicas entre as diferentes regiões, além de colaborarem na distribuição de riquezas e na melhoria da qualidade de vida da população. Sendo assim, o entendimento de como funciona seu sistema de financiamento é extremamente relevante, corroborando na luta por mais recursos financeiros para a manutenção e expansão das suas atividades, potencializando os benefícios gerados por essas instituições para o desenvolvimento do país.

Segundo Duarte (2012), a questão do financiamento das instituições federais de ensino no Brasil é de suma importância, uma vez que impacta não apenas o setor da educação, mas também as esferas econômica, política e social, especialmente em um contexto atual em que os recursos públicos destinados à educação são insuficientes e escassos.

As receitas para o orçamento das Universidades Federais e dos Institutos Federais são provenientes de diversas fontes. Isso inclui recursos do Tesouro Nacional, recursos arrecadados internamente, conhecidos como Recursos Próprios, recursos provenientes de emendas parlamentares, bem como recursos obtidos através de contratos e convênios firmados com órgãos públicos e empresas privadas (Nuintin, 2016).

As verbas provenientes do Governo Federal, que são destinadas para cobrir as despesas operacionais, de pesquisa, de extensão e de gestão, bem como para investimentos, são distribuídas entre as universidades federais conforme os critérios estabelecidos por um modelo matemático chamado de Matriz ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior). Enquanto que os Institutos Federais são regidos pela Matriz CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica).

Segundo o Decreto nº 7.313/2010, que dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais, a principal finalidade das matrizes de distribuição de recursos é dividir o orçamento alocado para um conjunto específico de instituições, os Institutos Federais (Brasil, 2010). O § 2º, do Art. 4º, do referido decreto recomenda que ao elaborar a matriz de distribuição, seja levado em consideração, entre outros, os seguintes critérios:

- I - o número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes em todos os níveis e modalidades de ensino em cada período;
- II - a relação entre o número de alunos e o número de docentes nos diferentes níveis e modalidades de ensino ofertado;
- III - as diferentes áreas de conhecimento e eixos tecnológicos dos cursos ofertados;
- IV - o apoio às instituições públicas de ensino, em ações e programas de melhoria da educação básica, especialmente na oferta do ensino de ciências, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- V - a existência de programas institucionalizados de extensão e certificação, com indicadores de monitoramento;
- VI - a produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional e internacionalmente;
- VII - a existência de núcleos de inovação tecnológica;
- VIII - o número de registro e comercialização de patentes;
- IX - os resultados das avaliações realizadas por sistemas nacionais de avaliação da educação em todos os níveis e modalidades de ensino, capazes de aferir a qualidade de ensino ofertado;
- X - adesão a sistemas de informação e programas de interesse coletivo instituídos pelo Ministério da Educação; e
- XI - a existência de programas de mestrado e doutorados, especialmente os profissionais, e seus respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (Brasil, 2010, art. 4º, § 2º).

No contexto do processo de criação e de expansão da RFEPCT, com a previsão de atuação dos Institutos Federais, com oferta de cursos técnicos de nível médio e cursos superiores, além de atuação no tripé, ensino, pesquisa e extensão, é fundamental que o governo federal possa planejar e sustentar o correspondente financiamento público, para criação das condições necessárias para manter e desenvolver as suas atividades do tripé ensino, pesquisa e extensão (Lima Filho, 2010).

É nesse contexto que se destaca a Matriz CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) planejada para reger o funcionamento dos Institutos Federais.

Considerando-se a escassez de recursos e o modelo de financiamento incremental adotado pelo governo, na qual o orçamento de um determinado ano é

baseado no valor do ano anterior, o modelo empregado para distribuição desse orçamento desempenha um papel crucial na capacidade de crescimento do desempenho institucional de cada uma das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

O desenvolvimento da Matriz CONIF ocorre por meio do seu Fórum de Planejamento e Administração (FORPLAN) e da Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), que tem como objetivo distribuir os recursos disponíveis da SETEC/MEC para a RFEPCT. Esses recursos são destinados às despesas classificadas como Outras Despesas Correntes e Investimentos, sendo utilizados critérios e parâmetros específicos (Oliveira *et. al.*, 2022).

A Matriz CONIF analisa um registro contínuo de despesas a partir de 2015, que são atualizadas de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além de levar em consideração parâmetros definidos pelas unidades que compõem a RFEPCT. Esses parâmetros são obtidos através da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e também por meio das informações fornecidas pelas próprias instituições, que incluem dados sobre seus *campi* e cursos (Oliveira *et. al.*, 2022).

Para a composição da Matriz CONIF, são consideradas fundamentalmente as matrículas dos estudantes dos cursos de nível básico, médio, técnico, graduação, *lato sensu*, *stricto sensu*, cursos de formação inicial e continuada (FIC) e cursos de educação à distância (EaD) por campus de cada Instituição da RFEPCT. Não são contabilizadas as matrículas de alunos vinculados a programas que recebem financiamento específico ou de cursos pagos (Oliveira *et. al.*, 2022).

Assim, a Matriz CONIF é estabelecida da seguinte forma:

O cálculo da Matriz de Distribuição Orçamentária da Rede Federal de EPCT utiliza o conjunto de dados acadêmicos que são informados pelas instituições por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - Sistec e consolidados na Plataforma Nilo Peçanha - PNP. A matriz orçamentária de um dado ano é sempre elaborada com dados da PNP do ano anterior. Com base no valor proposto anualmente pelo Ministério da Economia - ME ao Ministério da Educação - MEC, a distribuição orçamentária será calculada entre as instituições da Rede Federal de EPCT por meio da Matriz de Distribuição Orçamentária da Rede Federal de EPCT (CONIF, 2022).

A Matriz Orçamentária do CONIF é composta por quatro blocos, sendo eles: Funcionamento; Reitoria/Direção-geral; Qualidade e Eficiência; Assistência Estudantil. Destaca-se que nos blocos de "Funcionamento" e "Assistência Estudantil",

a distribuição orçamentária ocorre no nível das Unidades Acadêmicas. Enquanto nos blocos "Reitoria" e "Qualidade e Eficiência", a distribuição orçamentária se dá no nível das Instituições (CONIF, 2022).

Em relação ao bloco de Funcionamento é levado em consideração o cálculo da matrícula total, constituído por quatro etapas: Equalização, Ponderação, Bonificação e Finalização das Matrículas Base. A etapa de Equalização busca equiparar todos os ciclos ofertados, de acordo com suas respectivas cargas horárias. Na etapa de Ponderação são aplicados os pesos atribuídos a cada curso sobre as matrículas equalizadas. Na etapa Bonificação acrescenta-se uma bonificação para cursos da área de agropecuária devido à necessidade de manutenção em condições de fazenda. Por fim, na etapa Finalização as Matrículas Ponderadas são somadas ao Bônus dos Cursos de Agropecuária (CONIF, 2022).

Quanto ao bloco Qualidade e Eficiência, este é composto por três indicadores: o Índice de Eficiência Acadêmica Equalizado (IEA) que utiliza a média da eficiência da RFEPCT, disponível na Plataforma Nilo Peçanha, com exceção das Escolas Técnicas Vinculadas e os Cursos de Qualificação Profissional; a Relação Aluno-Professor Presencial Equalizada (RAPP) que utiliza a meta legal = 20, estabelecida pela Lei nº 13.005/2014; o Índice de Atendimento ao Marco Legal Equalizado (IAML) composto pela média ponderada dos percentuais legais previstos no art. 8º da Lei nº 11.892/2008 (CONIF, 2022).

Sobre o bloco de Assistência Estudantil os valores são calculados levando em consideração o Valor da Assistência Presencial; o Valor da Assistência RIP (Regime de Internato Pleno); e o Valor da Assistência EAD (Educação a Distância). Todos esses valores são definidos a partir do valor do ano anterior, atualizado pelo IPCA e pelo percentual de variação de matrículas em relação ao ano anterior (CONIF, 2022).

Percebe-se, portanto, que é de extrema relevância compreender as diversas complexidades envolvidas na formação da matriz CONIF, considerando-se o número de matrículas, os cursos em si e o seu peso, a carga horária do curso e fatores como o eixo tecnológico de atuação e as características específicas de cada campus. Cada uma dessas nuances têm um impacto direto no orçamento das unidades que integram a RFEPCT.

3.3. Accountability na Administração Pública

Ao discorrer sobre a aplicação de recursos públicos, seja para o atendimento das atribuições dos Institutos Federais, ou quaisquer outros agentes que disponham da utilização de financiamento estatal, faz-se necessário discutir o uso de práticas de *accountability*.

O termo *accountability* não possui uma tradução precisa para o português, mas está associado à ideia de prestação de contas ou de responsabilização pelas decisões e ações realizadas. *Accountability* é um conceito de gestão que pode ser aplicado tanto na administração do setor público quanto privado.

Segundo Pinho e Sacramento (2009), quando se discute sobre o conceito *accountability*, a ideia implicitamente nele contida é a qualidade de responsabilização pelos atos praticados e a exigente prontidão para a prestação de contas segundo os parâmetros da lei, ou a disposição de aceitar responsabilidade ou de prestar contas de suas ações, seja no âmbito público ou no privado.

Os seus principais objetivos visam a possibilitar uma cultura de transparência, responsabilidade, integridade e capacidade de resposta, no funcionamento dos processos e na realização de serviços de organizações e instituições públicas ou privadas.

Na administração pública, *accountability* constitui-se de um conjunto de práticas de gestão que podem ser aplicadas para verificação de transparência, supervisão e responsabilidade no funcionamento de suas operações e serviços, em observância aos princípios éticos das organizações ou instituições.

Para San Martin (2008) *accountability* significa ser responsável e sensível aos atos e resultados que se relacionam com a missão da organização, ou seja, a obrigação e a responsabilidade para dar transparência aos atos da administração. Tais atos visam a minimizar os riscos de corrupção e, ao mesmo tempo, de possibilitar melhorias no desempenho administrativo e na prestação dos serviços, que geram responsabilidade e confiança pública.

No caso da administração pública, as práticas de *accountability* possibilitam que os cidadãos, os contribuintes, financiadores e pagadores de impostos tenham condições de acompanhar a aplicação dos recursos públicos. Nessa perspectiva, Barreda (2011) assinala que:

O controle da ação do governo e dos políticos (*accountability*) constitui um dos critérios mais proeminentes de qualidade democrática, particularmente na América Latina. Problemas como a corrupção, o abuso de autoridade ou a ineficiência administrativa, presentes na maioria dos países da região, são em grande parte o resultado da falta de mecanismos de responsabilização adequados (Barreda, 2011, p. 16).

A transparência na prestação de contas e a responsabilidade pelas ações realizadas no contexto organizacional ou institucional, desde a gestão de pessoas, até a administração geral da organização ou instituição, constituem objetivos das práticas de *accountability* na administração pública. Nesse sentido, assevera Pinho e Sacramento (2009, p. 1350), “o controle da atividade estatal deve ser visto como um dos eixos que dão sustentação ao regime democrático”.

Se historicamente a *accountability* se encontrava basicamente orientada para a fiscalização da probidade administrativa e do possível abuso de poder dos governantes, mais recentemente ela tem que dar conta também da responsabilização em relação ao desempenho, bem como do que tange às demandas de participação e controle social sobre os governantes (CLAD, 2006 p. 63).

No campo específico do financiamento público, a verificação da *accountability* visa a observar a transparência, a integridade e a responsabilidade na aplicação de recursos públicos e na prestação de contas, em observância à legalidade dos atos da administração pública e ao atendimento dos objetivos das políticas públicas, por meio da comprovação de seus resultados para a sociedade.

Na administração pública, as práticas de *accountability* de acompanhamento do financiamento de recursos públicos devem levar em conta as instâncias ou fontes que fazem a distribuição dos recursos públicos primários, bem como as organizações ou instituições que fazem a sua aplicação.

No caso das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), os Ministérios de Planejamento, da Fazenda, da Administração Pública e da Educação, assim como a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), constituem as *instâncias ou fontes de financiamento e distribuição* dos recursos públicos. As instituições da RFEPECT, por sua vez, constituem as *instâncias de aplicação* e avaliação dos recursos públicos oriundos dos Ministérios e das Secretarias do Governo Federal.

Assim, as práticas de *accountability* podem ser observadas nas *instâncias ou fontes de distribuição* e, ao mesmo tempo, nas *instâncias de aplicação* dos recursos públicos.

Observar e acompanhar a distribuição e a aplicação dos recursos públicos requer a adoção de mecanismos que possibilitem a avaliação da *accountability*. Estudos do Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) evidenciam o caráter multidimensional da *accountability* e identificam cinco formas de avaliação da administração pública:

- a) pelos controles clássicos;
- b) pelo controle parlamentar;
- c) pela introdução lógica dos resultados;
- d) pela competição administrada; e
- e) pelo controle social (CLAD, 2006, p. 17).

Conforme o CLAD (2006), os controles procedimentais clássicos, historicamente, representam a medida inicial de responsabilização. Nessa perspectiva, destaca-se o papel do Poder Judiciário em assegurar os direitos dos cidadãos em relação aos governantes, buscando o cumprimento das normas burocráticas por meio da atuação dos tribunais de contas e/ou auditorias financeiras.

Em relação ao controle parlamentar, o CLAD (2006) destaca que este é um mecanismo de responsabilização no qual o Parlamento supervisiona o Poder Executivo, avaliando tanto a legalidade de seus atos, quanto ao cumprimento das promessas de campanha. Além disso, esse controle abrange também as novas demandas que surgem na sociedade no período pós-eleitoral. Uma de suas principais características é a abordagem no conceito liberal de limitações do poder.

O CLAD (2006) discorre ainda, que a responsabilização baseada na introdução da lógica dos resultados ocorre, essencialmente, por meio da avaliação posterior do desempenho das políticas públicas. Esse processo visa melhorar a eficácia e a efetividade das ações governamentais, promovendo uma gestão flexível e orientada por metas, com o objetivo de melhorar o desempenho das iniciativas do governo.

A responsabilização por meio da competição administrada, segundo o CLAD (2006), fundamenta-se na ideia de que o monopólio na oferta de serviços públicos é ineficaz e inadequado para atender às demandas dos cidadãos. A alternativa sugerida consiste em ampliar o número de provedores, substituindo o monopólio por uma

diversidade de agentes e implementando uma concorrência administrada entre eles. Esse mecanismo busca, simultaneamente, melhorar a qualidade das políticas públicas e fortalecer a capacidade de governo em prestar contas à população sobre os serviços oferecidos.

Por fim, o CLAD (2006) apresenta a responsabilização pelo controle social, que ocorre quando os cidadãos monitoram os governantes não apenas durante as eleições, mas também ao longo de todo o mandato de seus representantes. Esse processo é viabilizado pela disseminação de informações e pela participação ativa da sociedade.

Barreda (2011), corrobora destacando que nesse contexto, o controle político é realizado por meio de iniciativas de diversos grupos da sociedade civil ou até mesmo de indivíduos, com o objetivo de expor falhas governamentais, inserir novos temas na agenda pública ou promover a atuação de órgãos de controle horizontal.

O CLAD (2006), destaca ainda, que as formas de participação cidadã podem se manifestar em todos os tipos de responsabilização. Isso inclui a atuação em Conselhos de Auditorias Externas Independentes, a participação em audiências públicas no Parlamento, a contribuição para a definição de critérios que orientam o controle dos resultados das políticas públicas e a fiscalização da concorrência conduzida por organismos públicos não estatais.

A responsabilização pelo controle social possibilita aos cidadãos assumirem um papel de protagonismo nas políticas públicas, representando um mecanismo essencial para fortalecer e promover a continuidade da *accountability* dentro do sistema político. Entretanto, como salienta o CLAD (2006), este controle só se torna viável quando existem mecanismos que garantam a transparência das informações governamentais e dos canais que permitam à população apresentar reclamações diretamente ao governo.

Mais que um simples *feedback* dos usuários dos serviços públicos, Bresser-Pereira e Grau (2006), salientam que os controles sociais desempenham um papel crucial na administração pública gerencial, pois equilibram a diminuição do controle legal sobre os procedimentos e complementam o monitoramento dos resultados, fortalecendo a transparência e a responsabilização.

As práticas de *accountability* desempenham, portanto, um papel essencial ao promover a transparência, a eficiência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Em especial, nas instituições da RFEPC, que enfrentam constantemente

desafios orçamentários e crescentes demandas sociais, a adoção da *accountability* pode fortalecer a confiança da sociedade ao demonstrar o compromisso com o uso ético e estratégico dos recursos públicos.

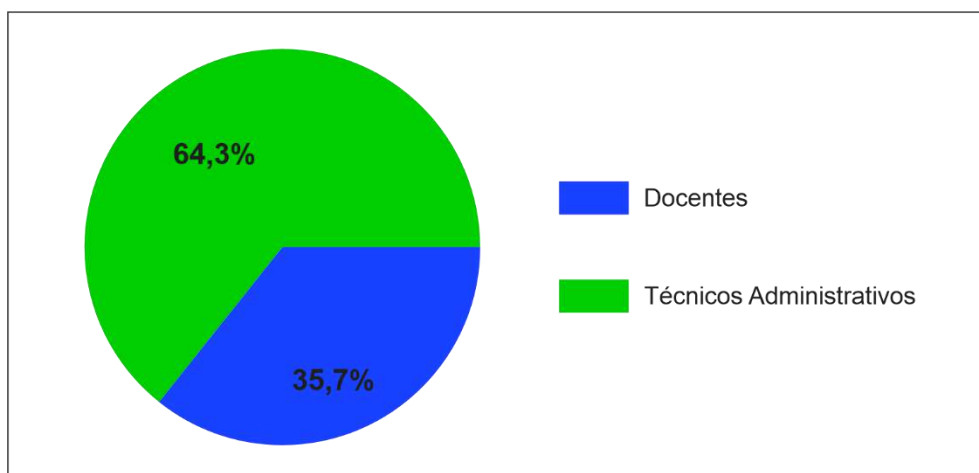
CAPÍTULO 4 - DADOS DA PESQUISA E ANÁLISE DA REALIDADE

Este capítulo delinea o processo de coleta dos dados que fundamentam a investigação realizada. Para o levantamento das informações, foi realizado um questionário *online*, via plataforma *Google Forms*, enviado para o e-mail institucional de servidores dos 33 (trinta e três) Institutos Federais participantes da pesquisa, com o objetivo de desvelar a percepção destes servidores quanto ao processo de financiamento público e sua (in)compatibilidade no planejamento das condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão/administração na EPT.

A meta era obter respostas de pelo menos um gestor e um técnico administrativo de cada uma das instituições investigadas, totalizando assim 66 (sessenta e seis) respondentes. Findado o prazo estipulado, foram coletadas respostas de 56 (cinquenta e seis) participantes da pesquisa, sendo 31 (trinta e um) gestores e 25 (vinte e cinco) técnicos administrativos.

O questionário foi composto por perguntas abertas e fechadas, de forma a extrair uma variedade de informações e dados relevantes para a pesquisa. As perguntas abertas permitiram aos participantes expressar suas opiniões, experiências e percepções de maneira livre e detalhada, enriquecendo a compreensão do fenômeno em estudo e qualificando os dados da pesquisa. Já as perguntas fechadas forneceram dados quantitativos que possibilitam uma análise estatística mais precisa, a identificação de tendências e padrões, além da qualificação desses dados a partir do referencial teórico da pesquisa.

A seguir, são apresentadas as perguntas fechadas do questionário, juntamente com a extração das respostas, a partir da síntese dos dados no formato de gráficos:

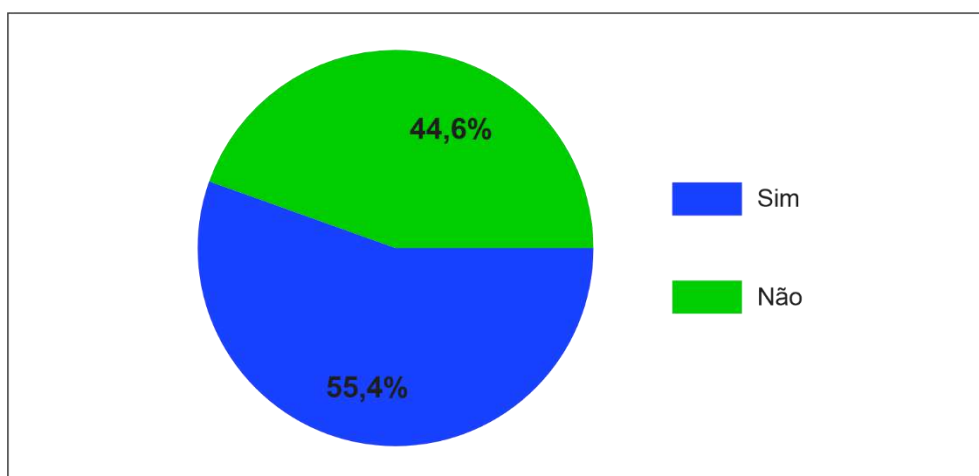
Questão 1: Qual é o seu cargo no Instituto Federal?**Gráfico 9 - Respostas da Questão 1**

Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

Os dados indicam que 35,7% dos participantes da pesquisa pertencem ao segmento docente, enquanto 64,3% são constituídos por técnico-administrativos. Esses percentuais traduzem uma predominância de técnicos-administrativos, refletindo a natureza diversificada das atividades desenvolvidas por esses servidores, que abrangem desde a gestão administrativa até o suporte às atividades acadêmicas.

A maior representatividade do segmento técnico-administrativo pode ser atribuída, em parte, à especificidade das pró-reitorias de administração, que demandam conhecimentos especializados em áreas como orçamento, legislação e gestão. Tais pró-reitorias desempenham funções críticas que vão além do suporte básico e envolvem a administração financeira, o cumprimento de normas legais e a gestão dos recursos institucionais.

Além disso, a composição desse quadro de servidores indica a relevância do papel dos técnicos-administrativos na implementação de políticas institucionais e no desenvolvimento das atividades meio, com sustentação para a execução das atividades docentes. A análise desses dados sugere uma dinâmica institucional na qual os técnicos-administrativos desempenham um papel crucial, colaborando diretamente para a viabilização dos processos educacionais e administrativos.

Questão 2: Você ocupa função de gestão?**Gráfico 10 - Respostas da Questão 2**

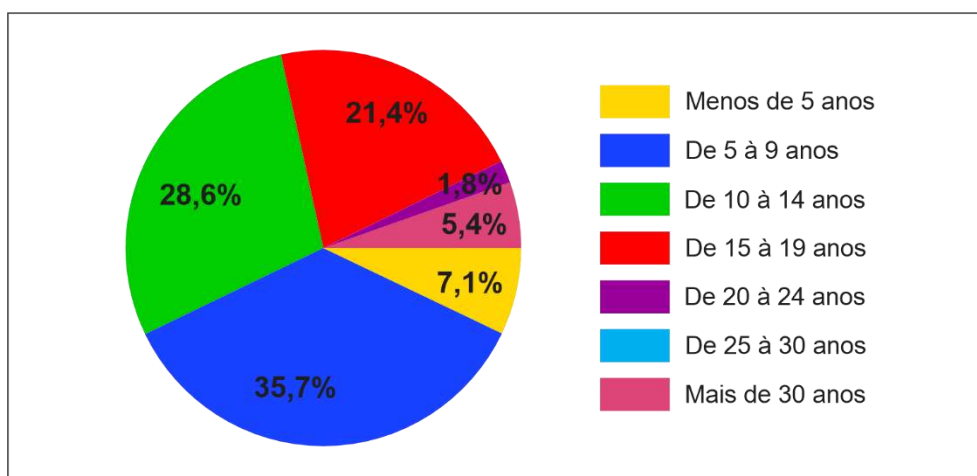
Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

Como pode ser observado no Gráfico 10, dos participantes da pesquisa, 55,4% ocupam função de gestão, enquanto 44,6% não possuem tal atribuição. Esta predominância de gestores entre os participantes sugere uma forte representatividade de servidores diretamente envolvidos nos processos decisórios e na implementação de políticas institucionais.

O maior percentual de servidores em funções de gestão reflete o comprometimento e a complexidade administrativa das instituições da Rede Federal, onde a boa coordenação de atividades e recursos é crucial para o seu funcionamento. Tais dados reforçam a importância das funções de gestão na sustentação e no desenvolvimento das atividades educacionais e administrativas, evidenciando a necessidade de lideranças capacitadas para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades no contexto da educação profissional, científica e tecnológica.

Questão 3: Há quanto tempo você trabalha no Instituto Federal?

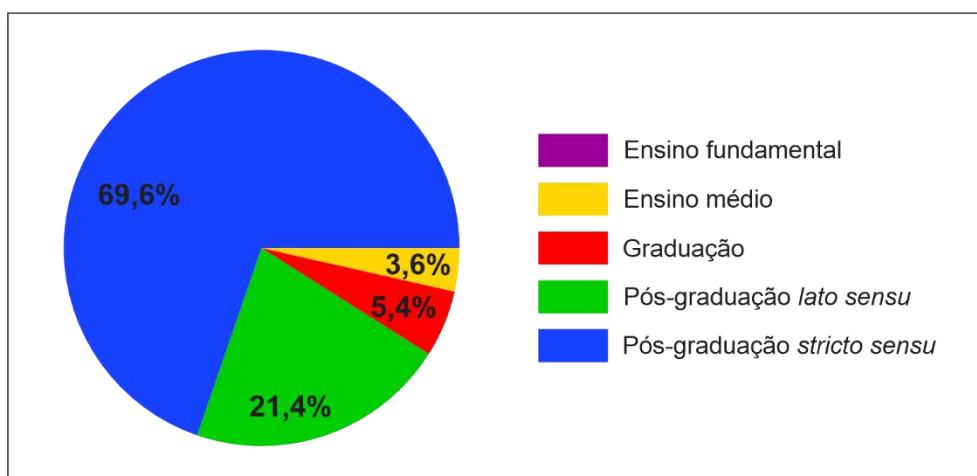
Gráfico 11 - Respostas da Questão 3



Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

Em relação à quantidade de anos de trabalho nos Institutos Federais, percebe-se, por meio do Gráfico 11, que 85,7% dos participantes da pesquisa atuam entre cinco a 19 (dezenove) anos nessas instituições. Este dado revela uma força de trabalho predominantemente experiente, indicando que a maioria dos servidores possui um conhecimento aprofundado das políticas e processos institucionais. Essa experiência pode contribuir significativamente para a continuidade e a consolidação das políticas e das atividades administrativas que sustentam as práticas pedagógicas.

A presença de servidores com tantos anos de serviço também sugere um ambiente de trabalho que possibilita o desenvolvimento profissional e a retenção de talentos. Esses são aspectos fundamentais para a qualidade da educação oferecida pelos Institutos Federais. A análise deste dado sublinha a importância quanto ao desenvolvimento de políticas de formação continuada e para a valorização profissional, estimulando a especialização e a atualização de conhecimentos. Além disso, destaca a importância do compartilhamento de experiências dos servidores, alinhadas com as demandas contemporâneas da educação profissional, científica e tecnológica.

Questão 4: Qual é o seu grau de formação acadêmica?**Gráfico 12 - Respostas da Questão 4**

Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

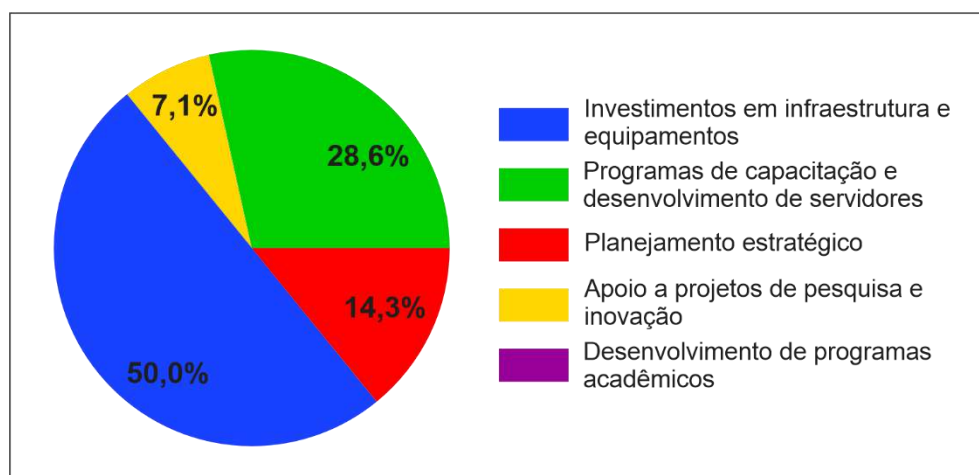
Ao responder sobre o grau de formação acadêmica, mais de 90% dos participantes declararam possuir pós-graduação, sendo 69,6% *stricto sensu* e 21,4% *lato sensu*. Este dado evidencia um alto nível de qualificação dos servidores dos Institutos Federais, o que reflete o compromisso dessas instituições com a excelência acadêmica e profissional.

A predominância de titulação em nível de *stricto sensu*, como mestrados e doutorados, em parte, poderia ser atribuída ao grande número de docentes respondentes da pesquisa. Entretanto, quando considerados apenas os participantes que se identificaram como técnicos-administrativos, 86,1% declararam possuir pós-graduação, com 50% em *stricto sensu* e 36,1% em *lato sensu*.

A presença significativa de pós-graduados indica uma forte base de profissionais de alto nível na administração pública, o que pode viabilizar o desenvolvimento de atividades educacionais, científicas e administrativas de alta qualidade. Essa elevada qualificação contribui, portanto, para a produção de conhecimentos e para o desenvolvimento institucional.

Questão 5: A partir da sua experiência na administração pública, qual decisão de gestão e administração é mais afetada pelo valor do orçamento em sua instituição?

Gráfico 13 - Respostas da Questão 5



Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

Quando perguntados sobre qual decisão de gestão e administração é mais afetada pelo valor do orçamento em sua instituição, 50% dos participantes destacaram os investimentos em infraestrutura e equipamentos como o maior impacto, seguido de 28,6% que elencaram os programas de capacitação e desenvolvimento de servidores. Apenas 14,3% consideraram o planejamento estratégico como atividade institucional muito penalizada pelo valor do orçamento.

Esses dados indicam que, na percepção dos servidores, a construção, a ampliação, a manutenção da infraestrutura, a atualização das instalações e dos equipamentos são as áreas e atividades mais precarizadas na alocação orçamentária dos institutos. A redução da alocação orçamentária na categoria Investimento:

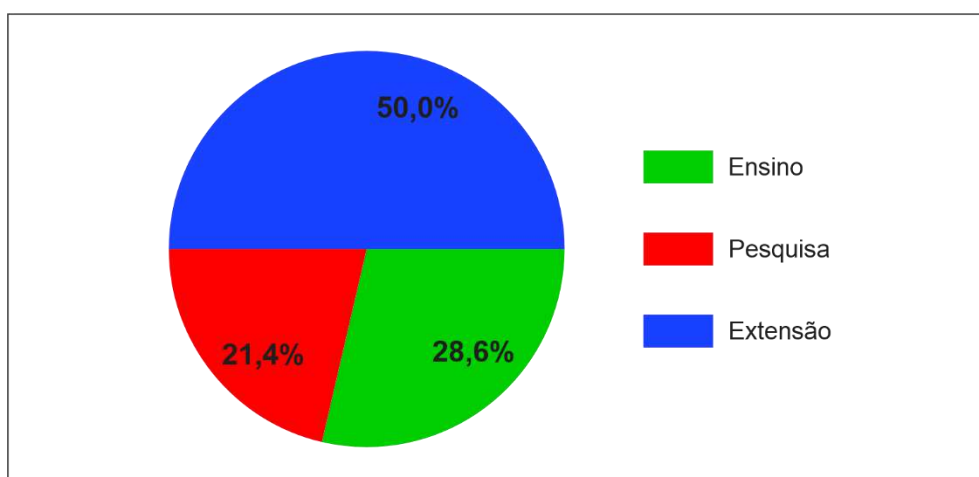
Pode ter consequências negativas para a instituição e seus estudantes, tais como a falta de atualização de equipamentos e infraestrutura, diminuição da oferta de serviços aos estudantes e redução da qualidade do ensino (Almeida, 2023, p. 105).

A ênfase significativa dos participantes da pesquisa nos investimentos em infraestrutura e equipamentos sugere, portanto, que os Institutos Federais enfrentam desafios contínuos na construção e na manutenção de suas instalações, muitas vezes ocasionados por cortes e bloqueios orçamentários. Como destacado no Gráfico 7, referente à Distribuição por GND no orçamento dos 33 IFs, apresentado no capítulo

2, apenas 2% do orçamento dos institutos pesquisados foi destinado a esse fim, o que pode justificar tal preocupação.

Questão 6: Na sua avaliação, considerando as atividades fim (ensino, pesquisa e extensão), qual área recebe o menor percentual ou atenção quanto ao orçamento na sua instituição?

Gráfico 14 - Respostas da Questão 6



Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

Os dados demonstram que metade dos participantes da pesquisa consideram que a atividade fim Extensão é a área que recebe o menor percentual ou atenção quanto ao orçamento em sua instituição, outros 28,6% acreditam ser o Ensino, enquanto 21,4% destacam a Pesquisa.

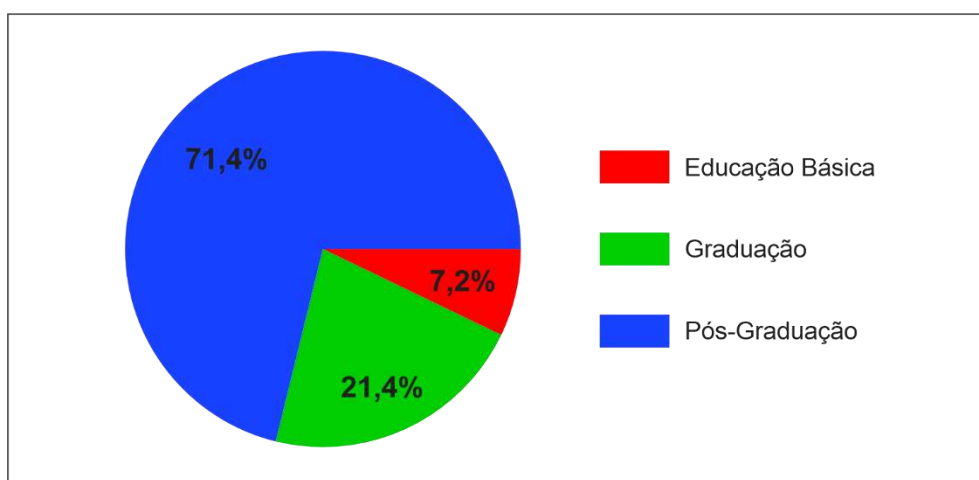
Tal resultado aponta para uma percepção de subfinanciamento nas atividades de Extensão, que são fundamentais para promover a interação entre a instituição e a comunidade, facilitando a aplicação prática do conhecimento acadêmico e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico local. A insuficiente alocação de recursos para a Extensão pode limitar a capacidade das instituições de realizar projetos comunitários, programas com integração com setores sociais e outras iniciativas que têm um impacto direto com os arranjos produtivos locais e regionais.

A percepção dos participantes aponta, portanto, para a necessidade de um equilíbrio mais harmonioso na distribuição orçamentária, que contemple adequadamente todas as atividades fins das instituições – Extensão, Ensino e Pesquisa. Cabe, entretanto, ressaltar a importância de cada instituição da RFEPECT

realizar estudos para avaliar as condições de integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Com isso, pode-se contribuir para o cumprimento da função social dessas instituições e, ao mesmo tempo, de transferência de conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais para os diversos setores da sociedade.

Questão 7: Na sua avaliação, considerando as atividades fim relacionadas ao Ensino, qual nível recebe menor percentual ou atenção quanto ao orçamento na sua instituição?

Gráfico 15 - Respostas da Questão 7



Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

Quando considerada apenas a atividade fim Ensino, os participantes destacaram que o nível educacional que recebe o menor percentual ou atenção quanto ao orçamento em sua instituição é a Pós-Graduação, correspondendo a 71,4% das respostas. Graduação foi elencado por 21,4% dos respondentes, restando 7,2% à Educação Básica.

Na percepção dos participantes, a maior parte do orçamento é destinada à Educação Básica, o que reflete a obrigatoriedade prevista nos artigos 7º e 8º da Lei 11.892/2008 para as atividades dos Institutos Federais, quanto à obrigatoriedade de oferta de suas vagas. Por força de lei, 50% das suas vagas devem ser destinadas para os cursos da educação profissional técnica de nível médio (Brasil, 2008).

Esse dado evidencia uma significativa percepção de subfinanciamento na área de pós-graduação, que é crucial para a formação avançada e para a produção de conhecimento científico de alta relevância. A falta de recursos adequados para a

criação e o fortalecimento de programas de pós-graduação pode limitar a capacidade das instituições de capacitar profissionais de alto nível para o ensino superior, atrair e reter talentos, desenvolver pesquisa científica e tecnológica e participar de redes acadêmicas de cooperação para o desenvolvimento de pesquisas internacionais.

Para Cabral *et al.* (2020, p. 12):

A pós-graduação é um propulsor do desenvolvimento de tecnologias e de mecanismos aplicados às áreas estratégicas para a exploração de recursos e de materiais. A pós-graduação é o grande *locus* da pesquisa de uma nação e é o agente diretamente interessado em responder às demandas da sociedade que ela mantém. Sem a pós-graduação há pouca perspectiva de desenvolvimento econômico, político e social num país, sobretudo de um desenvolvimento sustentável.

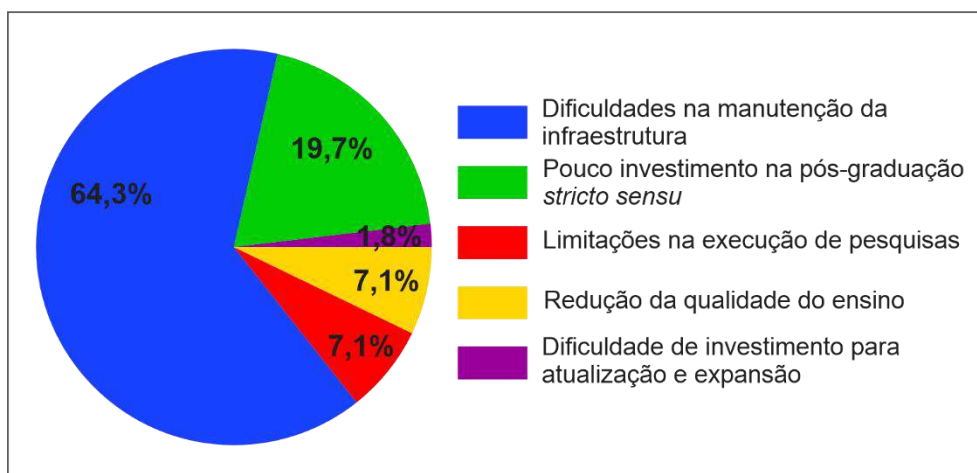
Quanto às assimetrias regionais de oferta da pós-graduação, o documento preliminar da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Plano Nacional de Pós-Graduação: 2024-2028, evidencia:

A principal causa identificada para a desigualdade no acesso à pós-graduação, no que diz respeito à oferta, foi a concentração de cursos em determinadas regiões. A questão já havia sido prevista como objeto nos seis Planos Nacionais de Pós-Graduação anteriores, bem como no PNE 2014 - 2024, na estratégia 14.6, que determinou a ampliação da oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*, especialmente os de doutorado, nos novos campi abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas. As ações implementadas, porém, não foram ainda suficientes para equilibrar a distribuição (CAPES, 2024, p. 65).

Depara-se, portanto, com uma contradição: como fomentar a pesquisa e a inovação advindos da Graduação e da Pós-Graduação, quando a própria lei estabelece esse limite? Somado a essa problemática tem-se ainda a questão do custo-aluno, que como demonstrado no estudo de Rolin (2021) “a forma de oferta com o maior custo-aluno foi a dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e, a menor, a do curso de pós-graduação”.

Questão 8: Na sua opinião, qual o maior impacto ocasionado pelo **baixo financiamento público** sobre o planejamento e o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração em sua instituição?

Gráfico 16 - Respostas da Questão 8



Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

Ao opinar sobre o maior impacto ocasionado pelo baixo financiamento público sobre o planejamento e o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração em suas instituições, novamente, a maioria dos participantes da pesquisa destacaram as dificuldades na manutenção da infraestrutura, correspondendo a 64,3% das opiniões.

Este dado revela uma preocupação predominante com as condições físicas e operacionais dessas instituições, o que pode afetar diretamente a qualidade do ambiente educacional e a capacidade de oferta de serviços institucionais. A insuficiência de recursos para a manutenção de laboratórios, bibliotecas, salas de aula e outros espaços essenciais exige mais das atividades acadêmicas e administrativas, além de limitar o potencial de desenvolvimento e inovação.

Outro dado que merece destaque refere-se ao segundo lugar nas preocupações, onde 19,7% dos servidores elencaram o pouco investimento na pós-graduação *stricto sensu* como o maior impacto ocasionado pelo baixo financiamento público. A falta de investimentos na área afeta não apenas a formação de novos pesquisadores e professores, mas também a produção científica e tecnológica, tornando-se um desafio a ser superado.

O Plano Nacional de Pós-Graduação: 2024-2028 (PNPG) da CAPES, em sua versão preliminar, registra que:

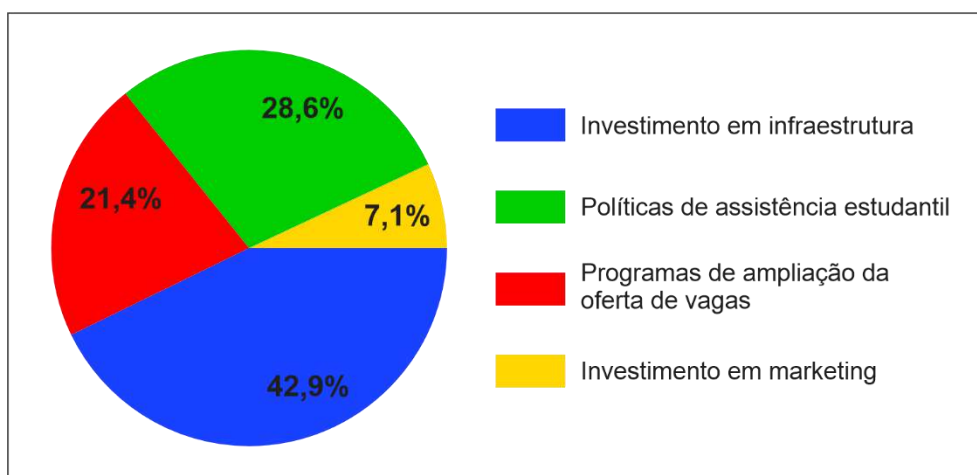
Em outubro de 2023, o Conselho Superior da CAPES aprovou uma significativa iniciativa: a criação da 50ª área de avaliação, denominada Ciências e Humanidades para a Educação Básica. Nesse contexto, a nova área abrigará os Programas Profissionais para Professores da Educação

Básica (PROF/PROEB), constituídos por 12 mestrados e um doutorado, destinados à formação continuada dos educadores que já atuam em sala de aula. Essa decisão responde à dispersão anterior desses programas em diferentes áreas de avaliação, o que dificultava o seu monitoramento e avaliação. (CAPES, 2014, p. 85).

A criação de uma nova Área de Avaliação da CAPES, com concentração de programas *stricto sensu* na modalidade profissional pode contribuir para a formação continuada de professores que atuam no ensino. Todavia, ainda não está claro, a partir do PNPG: 2024-2028, se a CAPES vai estimular a criação e o fortalecimento desses programas *stricto sensu* na modalidade profissional nas unidades da RFEPT.

Questão 9: Quanto às ações realizadas pela sua instituição na distribuição do orçamento, na sua opinião, qual é a que possibilita o maior crescimento no número de matrículas na EPT?

Gráfico 17 - Respostas da Questão 9



Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

Os dados demonstram que 42,9% dos participantes da pesquisa consideram que a ação realizada por sua instituição na distribuição do orçamento, que possibilita o maior crescimento no número de matrículas na EPT é o investimento em infraestrutura. Este é seguido por políticas de assistência estudantil com 28,6% e programas de ampliação de oferta de vagas com 21,4%.

Esse resultado reforça a importância da criação, ampliação, reforma e manutenção de infraestruturas das unidades da RFEPT como ações que contribuem para a expansão da EPT, uma vez que laboratórios, salas de aula, bibliotecas e outros

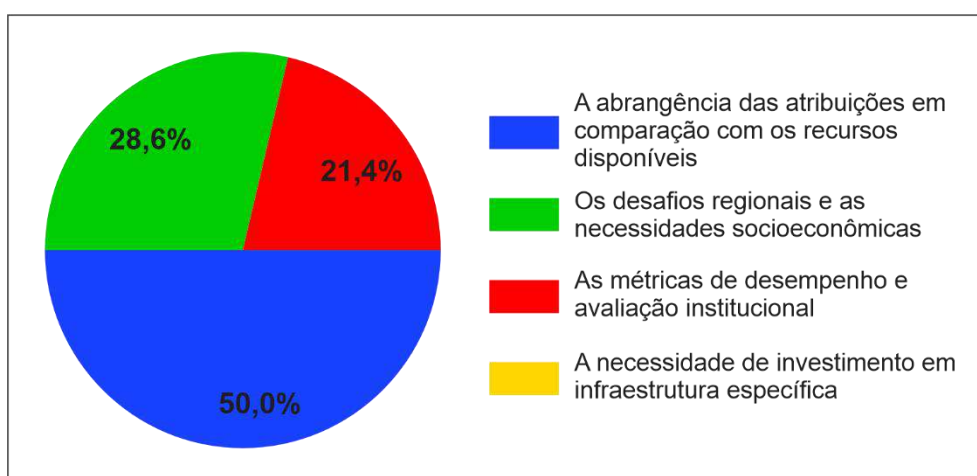
espaços de ensino são fundamentais para atender a demanda crescente por educação técnica e profissional de qualidade.

A relevância das políticas de assistência estudantil, mencionada por 28,6% dos participantes, indica que o apoio financeiro e social aos estudantes desempenha um papel significativo, sobretudo para permanência e êxito dos estudantes na EPT, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Tais políticas incluem desde bolsas de estudo até auxílios à alimentação, habitação e transporte, possibilitando que mais pessoas tenham acesso à educação profissional e tecnológica.

Por fim, os programas de ampliação de oferta de vagas, citados por 21,4% dos servidores, são essenciais para atender a demanda crescente por educação profissional e tecnológica. Isso inclui a criação de novos cursos, a expansão de vagas em cursos já existentes e a abertura de novas unidades da RFEPT, ampliando a democratização de acesso à educação e à formação técnica e profissional.

Questão 10: A lei 11.892/2008, equipara os Institutos Federais às Universidades Federais, entretanto, enquanto os institutos ofertam educação em todos os níveis e modalidades, as universidades atuam somente no nível superior. Na sua visão, qual o fator mais impactante em relação às atribuições dos Institutos Federais e as suas condições de financiamento em comparação com as Universidades Federais?

Gráfico 18 - Respostas da Questão 10



Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

Na visão dos sujeitos da pesquisa, o fator mais impactante em relação às atribuições dos Institutos Federais e as suas condições de financiamento, em comparação com as Universidades Federais, é a abrangência das atribuições em confronto com os recursos disponíveis, contando com 50% das respostas.

Esse dado reflete a percepção de que apesar de os Institutos Federais terem uma gama diversificada de responsabilidades, que vão desde a oferta de cursos técnicos até o ensino superior, a pesquisa aplicada e a extensão, a insuficiência de recursos financeiros são empecilhos para atender plenamente a todas essas áreas, os diferentes níveis e as múltiplas modalidades de ensino. Essa disparidade entre a amplitude das atribuições e os recursos financeiros disponíveis pode resultar em dificuldades para manter todas as frentes de atuação institucional com a qualidade técnica, científica e social necessária.

Outros 28,6% dos servidores destacaram os desafios regionais e as necessidades socioeconômicas como fator mais impactante. Isso sugere uma consciência da importância de considerar as particularidades de cada região na definição de políticas e investimentos educacionais. Sobre o processo de interiorização da EPT a partir da RFEPCT, o Relatório de Avaliação da RFEPCT: Ciclo 2021, do Departamento de Avaliação de Políticas Públicas (DEAP) do Ministério da Economia, afirma:

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada em 2008 na Lei nº 11.892/2008, representou um marco na ampliação, interiorização e diversificação Educação Profissional e Tecnológica - EPT no país, ofertando cursos de EPT em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais níveis e modalidades da Educação Nacional, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação *stricto sensu* (Brasil, 2021, p. 48).

As necessidades específicas de determinadas áreas geográficas, como infraestrutura precária, baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e demandas específicas para formação profissional, podem exigir abordagens diferenciadas ao desenvolver as ações dos Institutos Federais.

Por fim, 21,4% dos participantes da pesquisa avaliaram as métricas de desempenho e avaliação institucional como o fator mais impactante em relação às atribuições dos Institutos Federais e as suas condições de financiamento em comparação com as Universidades Federais. Isso indica uma preocupação com a necessidade de os Institutos Federais demonstrarem resultados positivos em termos

de qualidade, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a fim de justificar a alocação de recursos financeiros e possibilitar a sua sustentabilidade a longo prazo.

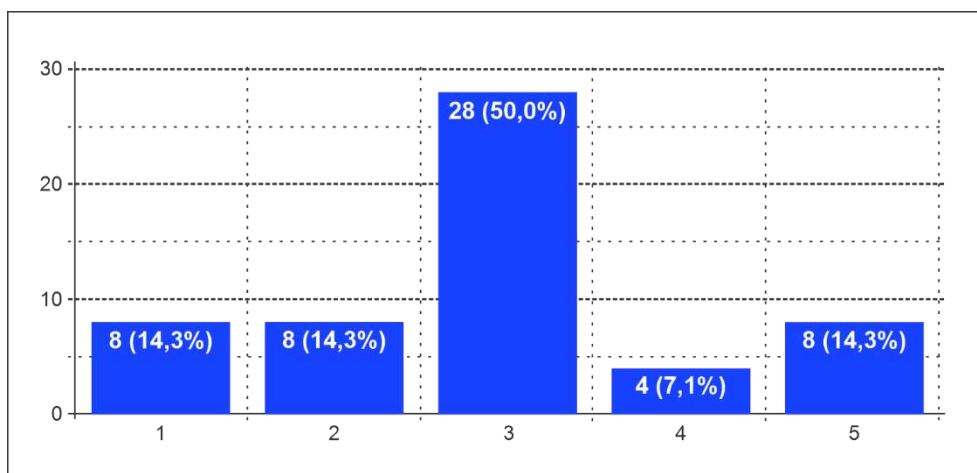
As notas de desempenho e avaliação institucional podem incluir indicadores como taxas de conclusão de cursos, produção científica, inserção profissional dos egressos e impacto social, científico, tecnológico e cultural nas áreas de inserção e influência das unidades da RFEPCT.

Na avaliação das atividades da RFEPCT, quando os indicadores apresentam resultados que se distanciam dos objetivos e das metas planejadas, o Relatório de Avaliação da RFEPCT: Ciclo 2021, aponta:

Como um cenário de consequências, destaca-se a insustentabilidade orçamentária por comportamentos ineficientes e desarrazoados, descompasso entre objetivos, assimetria nas Redes com falta de recursos para as pequenas e novas instituições, frustração de projetos e iniciativas institucionais e descrédito das instituições (Brasil, 2021, p. 58).

As fragilidades dos indicadores relacionados às metas e aos objetivos dessas instituições, ancoradas na debilidade de critérios técnicos para a tomada de decisões e na imprevisibilidade orçamentária da RFEPCT, podem impactar na ampliação de riscos de sustentabilidade financeira e operacional, vinculadas às atividades *meio* e *fim* dos Institutos Federais.

Questão 11: Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa “totalmente insuficiente” e 5 significa “totalmente suficiente”, como você classifica a suficiência do financiamento público, destinado aos Institutos Federais, para sustentar com qualidade administrativa, acadêmica e científica necessária para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão?

Gráfico 19 - Respostas da Questão 11

Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

A partir da escala Likert, com níveis entre 1 e 5 (totalmente insuficiente, insuficiente, pouco suficiente, suficiente e totalmente suficiente) para as respostas, o Gráfico 19 evidencia que 78,6% dos participantes da pesquisa consideram que o financiamento público para os Institutos Federais é insuficiente (com variação entre totalmente insuficiente e pouco suficiente) para sustentar com qualidade administrativa, acadêmica e científica necessária para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Esses resultados evidenciam a clara percepção dos servidores de que o financiamento público atual não reflete as necessidades de atendimento das atividades precípuas das instituições da RFEPECT.

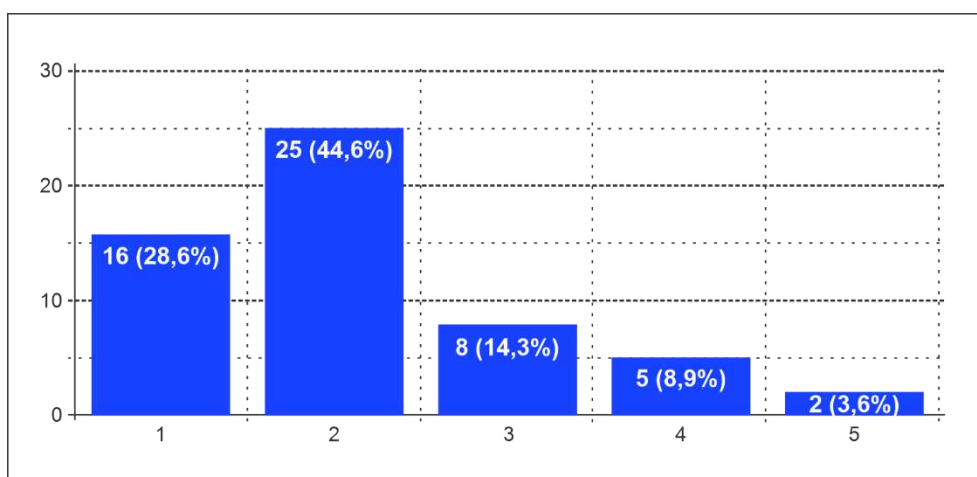
Sobre a responsabilidade orçamentária do governo federal em relação à RFEPECT, convém destacar o que estabelece o Artigo 55 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9294/1996), respaldado pelo Artigo 211 da Constituição do Brasil, de 1988, que cabe à União. Por meio de orçamento anual, redistribuir e suplementar assistência financeira para manutenção e desenvolvimento das atividades das instituições de educação por ela mantidas (Brasil, 1996; 1988).

São grandes e complexos os desafios dos Institutos Federais previstos nos artigos 6º e 7º da Lei 11.892/2008, quanto às finalidades e aos objetivos dessas instituições. Portanto, considerando os desafios para atuar no ensino, na pesquisa e na extensão, desenvolver EPT em todos os níveis de ensino, promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior,

realizar a pesquisa aplicada, desenvolver e transferir tecnologias sociais (Brasil, 2008), é imperativo que haja suficiência de recursos financeiros.

Questão 12: Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa “nenhum conhecimento” e 5 significa “conhecimento total”, como você classifica a compreensão dos demais servidores de sua instituição sobre a Matriz CONIF?

Gráfico 20 - Respostas da Questão 12



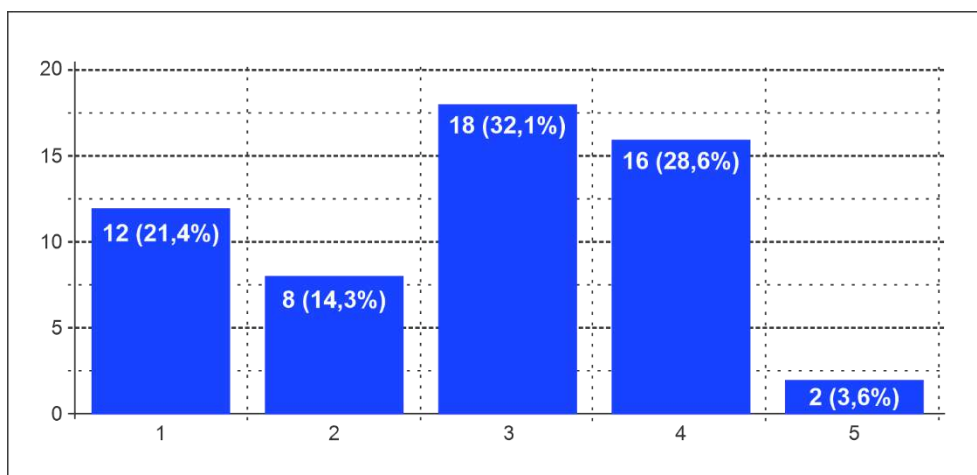
Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

Ao julgar o nível de compreensão dos demais servidores de sua instituição sobre a Matriz CONIF, 73,2% dos participantes da pesquisa atribuem nenhum ou pouco conhecimento por parte dos seus colegas sobre a forma de atuação da Matriz CONIF. Somando aqueles que possuem muito ou total conhecimento resulta-se em apenas 12,5% dos servidores, o que é motivo de preocupação, uma vez que esta matriz é responsável pela divisão do orçamento para cada instituição.

A predominância de respostas indicando baixo nível de conhecimento sobre a Matriz CONIF sugere a necessidade urgente de ações de capacitação e comunicação dentro das instituições, a fim de possibilitar que todos os integrantes da comunidade compreendam plenamente os processos de gestão e alocação de recursos financeiros. Um entendimento claro desses processos é essencial para uma boa administração e transparência da gestão, possibilitando que os recursos sejam direcionados de acordo com as prioridades e necessidades das instituições.

Questão 13: Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa “totalmente insuficiente” e 5 significa “totalmente suficiente”, como você avalia a atual forma de cálculo da Matriz CONIF?

Gráfico 21 - Respostas da Questão 13



Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

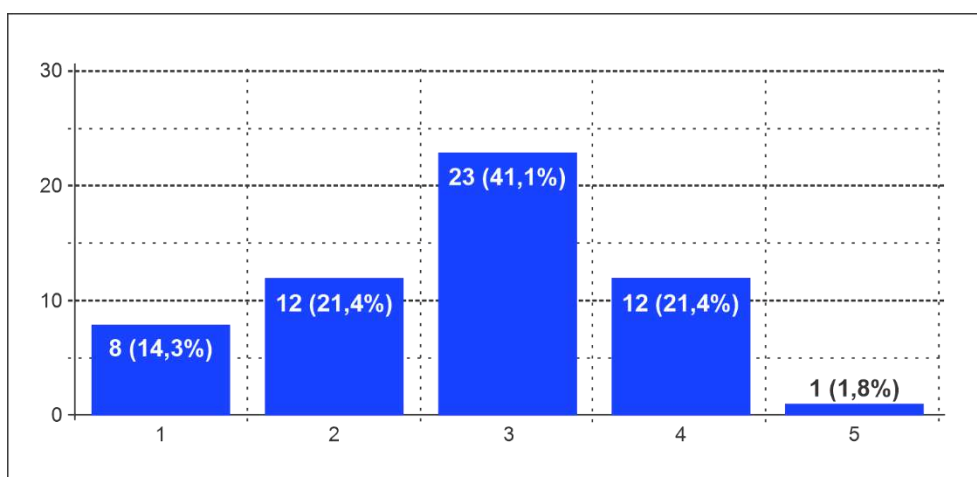
Questionados sobre como os servidores avaliam a atual forma de cálculo da Matriz CONIF, os respondentes tendem ao nível intermediário, na escala Likert. Os dados mostram que 32,1% avaliaram como suficiente e outros 28,6% consideram como muito suficiente. Esse dado revela que a maior parte dos servidores acreditam que a maneira como a Matriz CONIF é calculada atualmente é condizente com as necessidades e realidades das instituições. A predominância de respostas no espectro intermediário indica um certo grau de satisfação com o método de cálculo atual, sugerindo que, apesar de haver espaço para melhorias, o sistema em vigor é amplamente aceito pelos servidores.

Por um lado, a percepção de que o método é suficiente ou muito suficiente pode estar relacionada à estabilidade e previsibilidade que a Matriz CONIF oferece na distribuição de recursos, permitindo que as instituições planejem suas atividades e investimentos de forma mais consistente. Por outro lado, essa avaliação dos servidores indica o desconhecimento da forma de cálculo da Matriz Orçamentária entre as instituições da RFEPCT e as universidades. Nesse ponto, é preciso destacar que a forma de cálculo da Matriz Orçamentária para a RFEPCT não é equivalente com a complexidade das obrigações legais e atividades desenvolvidas por essas instituições: atuar em todos os níveis e modalidades da educação (inclusive Ensino

Médio e Educação de Jovens e Adultos); desenvolver, de forma integrada, atividades do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Questão 14: Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa “totalmente incompatível” e 5 significa “totalmente compatível”, como você classifica a compatibilidade entre o financiamento público e o desenvolvimento das atividades da EPT em sua instituição?

Gráfico 22 - Respostas da Questão 14



Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

Ao classificar a compatibilidade entre o financiamento público e o desenvolvimento das atividades da EPT em sua instituição, divididos em: totalmente incompatível, pouco compatível, compatível, muito compatível e totalmente compatível, os participantes da pesquisa tendem ao espectro intermediário, com 41,1% dos servidores considerando o financiamento público compatível com as atividades da EPT.

A predominância de respostas no nível de compatível ou muito compatível sugere que muitos servidores reconhecem que o financiamento público tem sido suficiente para sustentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições.

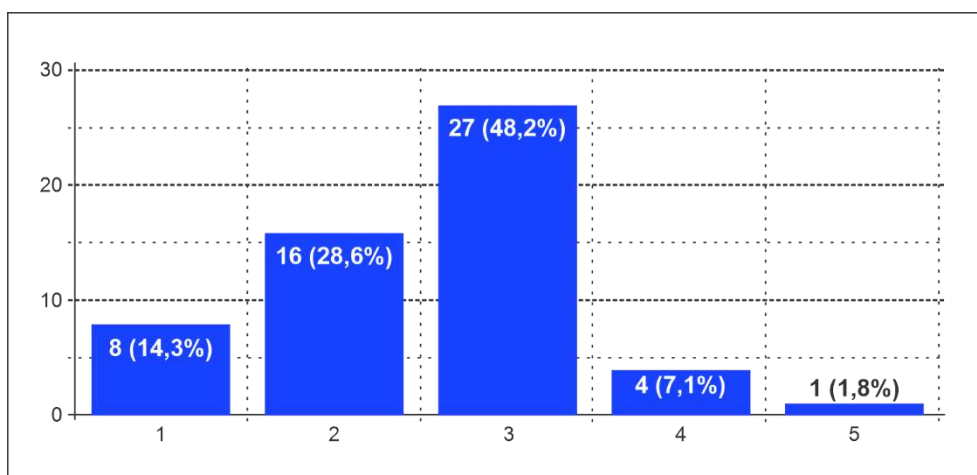
É importante observar que uma parcela significativa dos participantes da pesquisa ainda considera o financiamento como pouco compatível ou totalmente incompatível (35,7%). Isso indica que existem preocupações substanciais sobre a adequação dos recursos disponíveis em relação às necessidades reais das instituições. Questões como infraestrutura inadequada, falta de investimento em

pesquisa e extensão, e deficiências na assistência estudantil podem contribuir para essa percepção de incompatibilidade.

Os dados revelam que é inquietante o nível de compreensão dos servidores em relação à complexidade para implementação da EPT, sobretudo quanto à obrigatoriedade legal dessas instituições em “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades [e] promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior” (Brasil, 2008).

Questão 15: Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa “muito insatisfeito” e 5 significa “totalmente satisfeito”, como você avalia o nível de satisfação dos servidores em relação ao atual modelo de financiamento público na sua instituição?

Gráfico 23 - Respostas da Questão 15



Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

Quando perguntados sobre o nível de satisfação em relação ao atual modelo de financiamento público em sua instituição, divididos em: muito insatisfeito, pouco satisfeito, satisfeito, muito satisfeito e totalmente satisfeito, 48,2% dos servidores disseram estar satisfeitos com o modelo de financiamento público aplicado em sua instituição. Este patamar indica uma relativa aprovação por parte dos servidores em relação ao modelo existente.

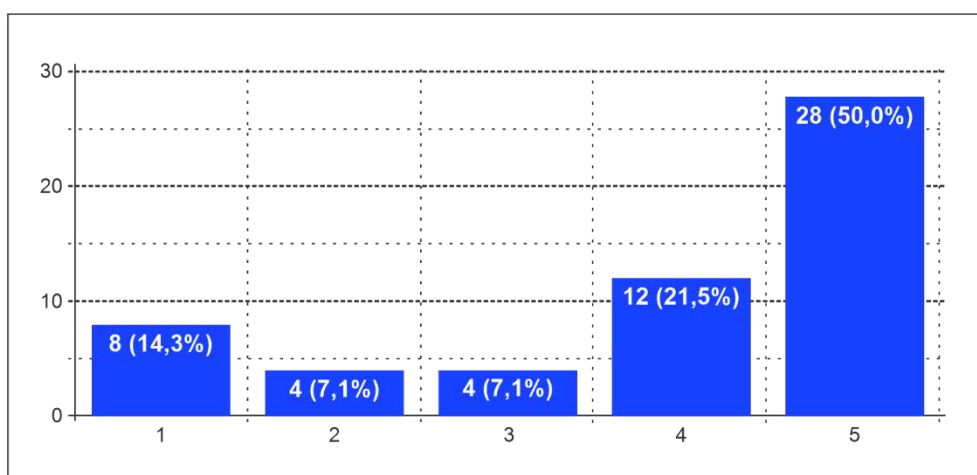
É interessante notar que um patamar similar é observado em relação à insatisfação, representada pela soma de respostas de muito insatisfeito e pouco satisfeito, contando com 42,9% das respostas. Isso sugere um baixo nível de

satisfação em relação ao modelo de financiamento público, uma vez que menos de 10% dos servidores destacaram estar muito ou totalmente satisfeitos.

Os dados mostram que os servidores estão divididos quanto à avaliação do nível de satisfação do modelo de financiamento público. É preciso ampliar a pesquisa para avaliar se os servidores consideram a possibilidade de outras formas de planejar o financiamento das instituições da RFEPCT, para além da forma predominante e dependente de recursos públicos federais.

Questão 16: Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa “nenhuma transparência” e 5 significa “transparência total”, como você classifica o nível de transparência da aplicação dos recursos financeiros em sua instituição?

Gráfico 24 - Respostas da Questão 16



Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

Em relação ao nível de transparência da aplicação dos recursos financeiros em sua instituição, divididos em: nenhuma transparência, pouca transparência, transparência, muita transparência e transparência total, a maioria dos servidores (71,5%) consideram como muito ou totalmente transparente o processo de aplicação dos recursos em suas instituições. Esses resultados indicam um alto grau de confiança na forma como as finanças são gerenciadas e comunicadas dentro dos institutos.

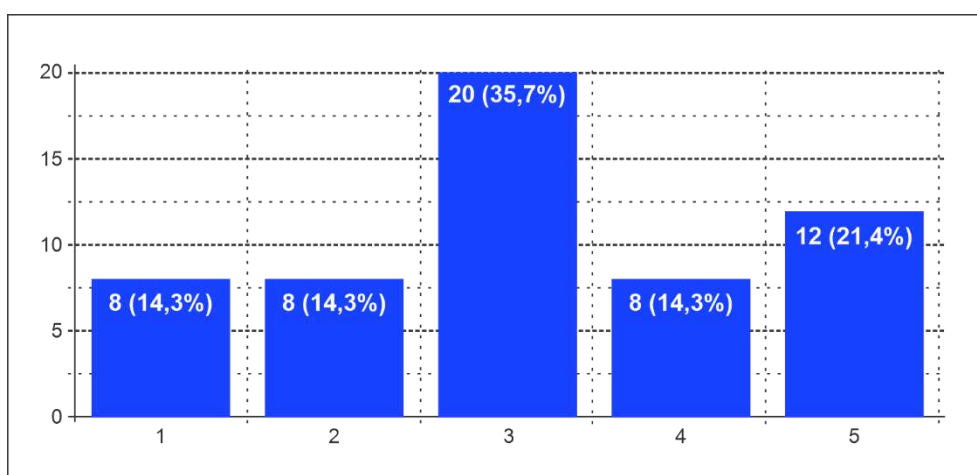
A percepção de muita ou total transparência sugere que os servidores se sentem bem informados sobre como os recursos financeiros são utilizados, o que contribui para uma maior confiança na gestão institucional. Isso pode ser resultado de

esforços para aumentar a transparência, como a divulgação regular de relatórios financeiros, a realização de auditorias internas e externas, e a participação dos servidores em processos de prestação de contas.

É importante ressaltar que, apesar da maioria dos servidores considerar o processo como transparente, ainda há uma parcela significativa que pode perceber o contrário. Cerca de 21,4% dos participantes da pesquisa indicaram pouca ou nenhuma transparência na aplicação dos recursos. Isso sugere que, embora muitos servidores estejam satisfeitos com o nível de transparência, ainda há espaço para melhorias na comunicação e divulgação de informações financeiras.

Questão 17: Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa “não reflete nada” e 5 significa “reflete totalmente”, em que grau o atual modelo de financiamento público reflete as prioridades estratégicas da sua instituição em termos de ensino, pesquisa e extensão na EPT?

Gráfico 25 - Respostas da Questão 17



Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

A respeito de como o atual modelo de financiamento público reflete as prioridades estratégicas em sua instituição em termos de ensino, pesquisa e extensão na EPT, divididos em: não reflete nada, reflete um pouco, reflete, reflete muito e reflete totalmente, as respostas foram divididas. Cerca de 28,6% avaliam que não reflete nada ou reflete um pouco, indicando uma percepção de que o modelo de financiamento não está completamente alinhado com as prioridades estratégicas da instituição.

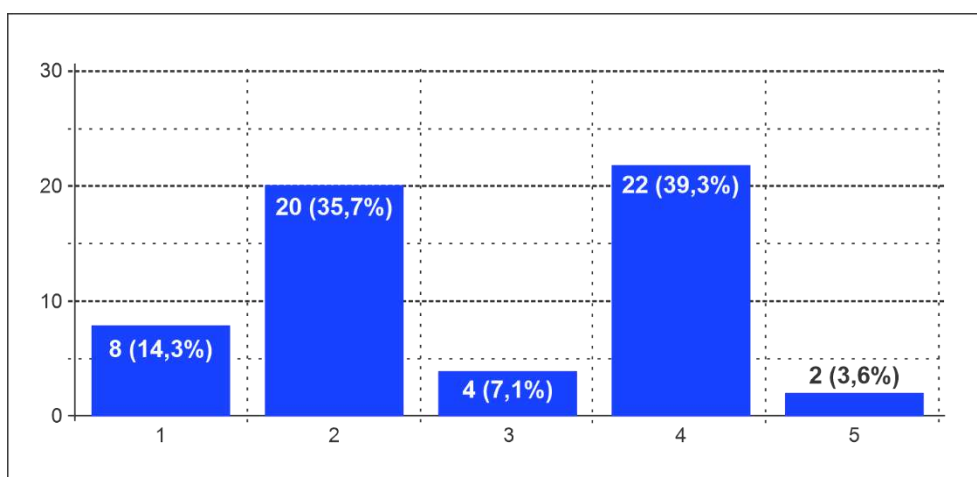
É interessante observar que 35,7% dos servidores destacam que o modelo de financiamento público reflete as prioridades estratégicas da instituição, enquanto outros 35,7% afirmam que ele reflete muito ou totalmente. Isso sugere uma divisão equilibrada de opiniões dentro das instituições.

Os resultados indicam que uma parte significativa dos servidores percebe uma conexão entre o modelo de financiamento e as prioridades estratégicas da instituição, o que é encorajador. A presença de uma parcela considerável de servidores que sentem que o modelo de financiamento não reflete completamente as prioridades estratégicas, no entanto, indica que ainda há espaço para melhorias.

Isso pode incluir a necessidade de ajustes no modelo de alocação de recursos financeiros para possibilitar uma distribuição mais precisa e equitativa, bem como a implementação de mecanismos de avaliação e monitoramento, a fim de que a alocação orçamentária seja direcionada de acordo com as necessidades e metas institucionais.

Questão 18: Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa “nenhum alinhamento” e 5 significa “alinhamento total”, como você avalia o alinhamento entre as metas institucionais e os recursos disponíveis na sua instituição?

Gráfico 26 - Respostas da Questão 18



Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

Ao avaliar o alinhamento entre as metas institucionais e os recursos disponíveis em sua instituição, divididos em: nenhum alinhamento, pouco alinhamento, alinhamento, muito alinhamento e alinhamento total, dois dados se

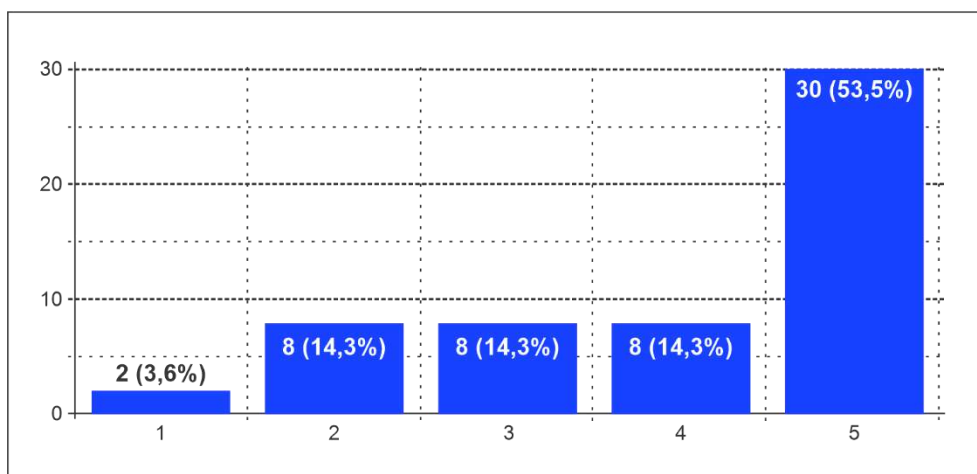
destacam pelo posicionamento contrário. Cerca de 35,7% dos servidores acreditam que há pouco alinhamento, sugerindo uma percepção de que as metas institucionais não estão totalmente alinhadas com os recursos disponíveis para alcançá-las.

Por outro lado, é notável que 39,3% dos servidores percebem que há muito alinhamento entre as metas institucionais e os recursos disponíveis. Isso sugere uma percepção positiva de que os recursos existentes estão bem direcionados para apoiar as metas e objetivos da instituição.

Essa divergência de opiniões destaca a complexidade da gestão de recursos em instituições de ensino, onde as demandas por recursos muitas vezes superam a disponibilidade existente. Enquanto alguns servidores podem perceber uma alocação adequada de recursos para atingir as metas institucionais, outros podem sentir que há uma lacuna entre o que é necessário e o que está disponível.

Questão 19: Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa “nenhum impacto” e 5 significa “impacto total”, como o financiamento público impacta na disponibilidade e qualidade dos recursos (laboratórios, equipamentos, materiais didáticos, etc.) em sua instituição?

Gráfico 27 - Respostas da Questão 19



Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

Perguntados em que escala o financiamento público impacta na disponibilidade e qualidade dos recursos (laboratórios, equipamentos, materiais didáticos, etc.) em sua instituição, as respostas dos sujeitos da pesquisa

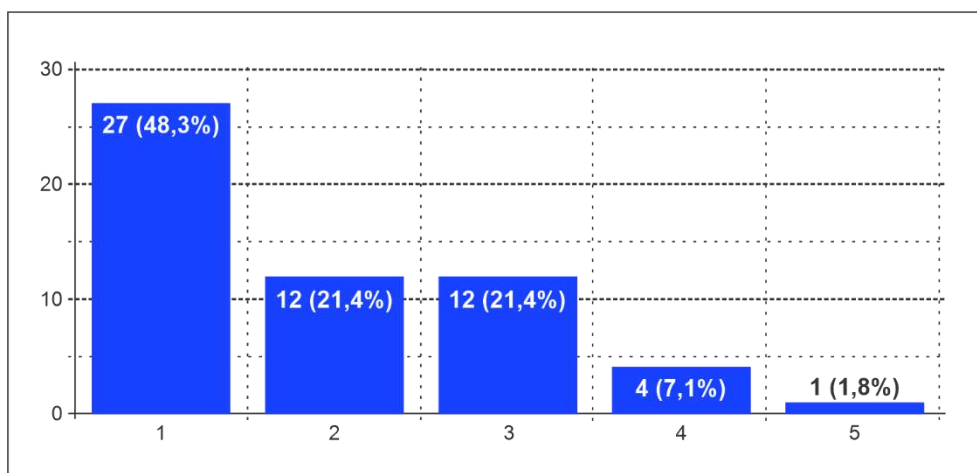
apresentaram variação entre: nenhum impacto, pouco impacto, impacto, muito impacto e impacto total.

Entre os servidores, 67,8% atribuem muito impacto ou impacto total. Esses dados revelam que a maioria dos participantes da pesquisa percebe uma forte influência do financiamento público na (in)disponibilidade e qualidade dos recursos necessários para construção e manutenção de laboratórios, aquisição de equipamentos e disponibilidade de materiais didáticos atualizados para o funcionamento da instituição.

A partir do que está previsto no Artigo 6º da Lei 11.892/2008, os Institutos Federais tem por finalidades: - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades; - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior; - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais; - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino; - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais (Brasil, 2008).

O cumprimento das finalidades e objetivos das instituições da RFEPECT, no entanto, requer financiamento condizente com os diferentes níveis e modalidades de sua oferta, além da complexidade e da qualidade das suas atividades no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Questão 20: Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa “totalmente insuficiente” e 5 significa “totalmente suficiente”, como você avalia a suficiência do financiamento público para manter e atualizar a infraestrutura física e tecnológica necessária para o ensino, pesquisa e extensão em sua instituição?

Gráfico 28 - Respostas da Questão 20

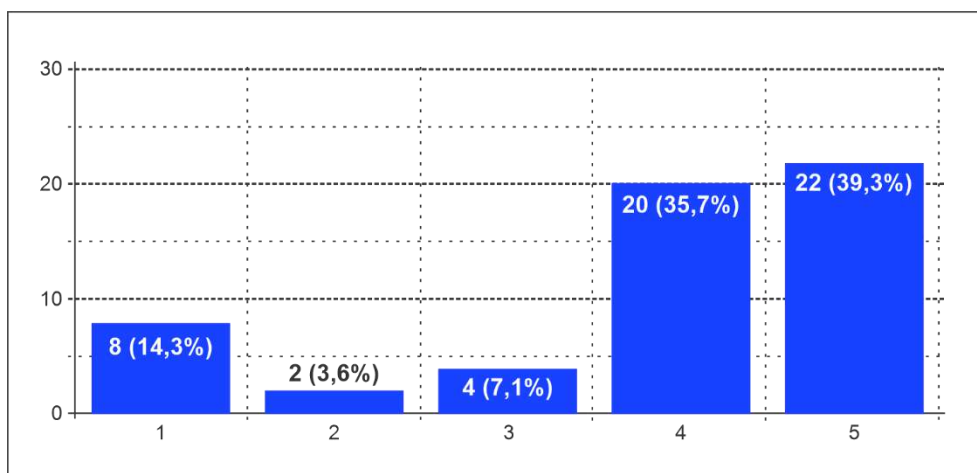
Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

Em relação à suficiência do financiamento público para manter e atualizar a infraestrutura física e tecnológica necessária para o ensino, pesquisa e extensão em sua instituição, os participantes da pesquisa apresentaram respostas com variação na seguinte escala: totalmente insuficiente, pouco suficiente, suficiente, muito suficiente e totalmente suficiente.

Os resultados evidenciam que mais de dois terços dos servidores (69,7%) consideram os recursos totalmente insuficientes ou pouco suficientes. Em contraponto, menos de 2% dos servidores indicaram que os recursos são totalmente suficientes.

Esses resultados demonstram uma preocupação significativa entre os servidores quanto à capacidade do financiamento público em atender às demandas de infraestrutura e de recursos tecnológicos das instituições da RFEPECT. O fato de que a grande maioria dos servidores percebe os recursos como insuficientes sugere que há uma lacuna significativa entre as necessidades reais de infraestrutura e os recursos de financiamento público disponíveis para o cumprimento dos objetivos institucionais quanto às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Questão 21: Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa “nenhuma influência” e 5 significa “influência total”, como o financiamento público influencia a oferta de programas de capacitação e desenvolvimento profissional para os servidores em sua instituição?

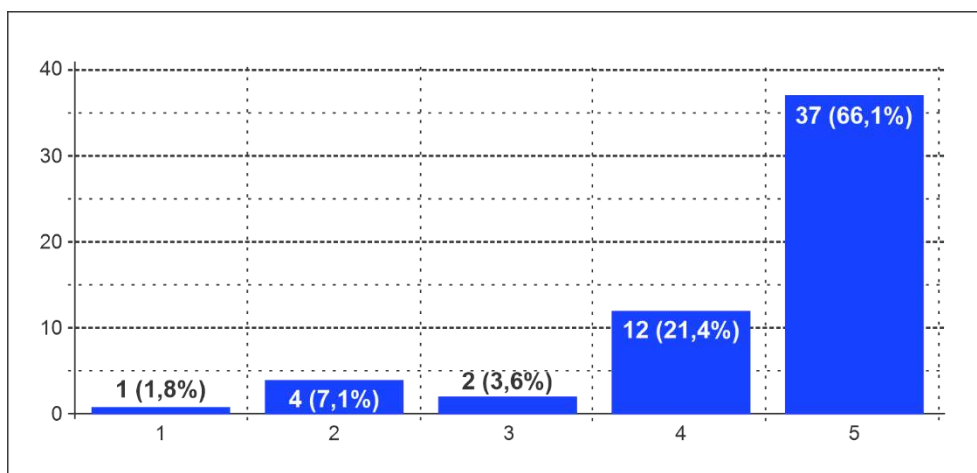
Gráfico 29 - Respostas da Questão 21

Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

Quanto ao nível em que o financiamento público influencia a oferta de programas de capacitação e desenvolvimento profissional para os servidores em sua instituição, divididos em: nenhuma influência, pouca influência, influência, muita influência e influência total, percebe-se que 75% dos respondentes acreditam que o financiamento público tem muita ou total influência na oferta de programas de capacitação e desenvolvimento profissional para os servidores.

Esses resultados destacam a percepção generalizada de que o financiamento público desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento profissional dos servidores dos Institutos Federais. O fato de que uma grande maioria dos servidores reconhece a influência do financiamento público nessa área sugere a importância atribuída aos investimentos em capacitação e desenvolvimento dentro dessas instituições.

Questão 22: Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa “nenhuma importância” e 5 significa “importância total”, qual o grau de importância você atribui a adoção de planos de gestão e estratégias administrativas que visam melhorar a aplicabilidade dos recursos orçamentários das instituições públicas da EPT?

Gráfico 30 - Respostas da Questão 22

Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

Ao julgar o grau de importância atribuído à adoção de planos de gestão e estratégias administrativas que visam melhorar a aplicabilidade dos recursos orçamentários das instituições públicas da EPT, divididos em: nenhuma importância, pouca importância, importância, muita importância e importância total, 87,5% dos participantes da pesquisa consideram que os planos de gestão e estratégias administrativas são de muita ou total importância para a melhoria da aplicação dos recursos financeiros.

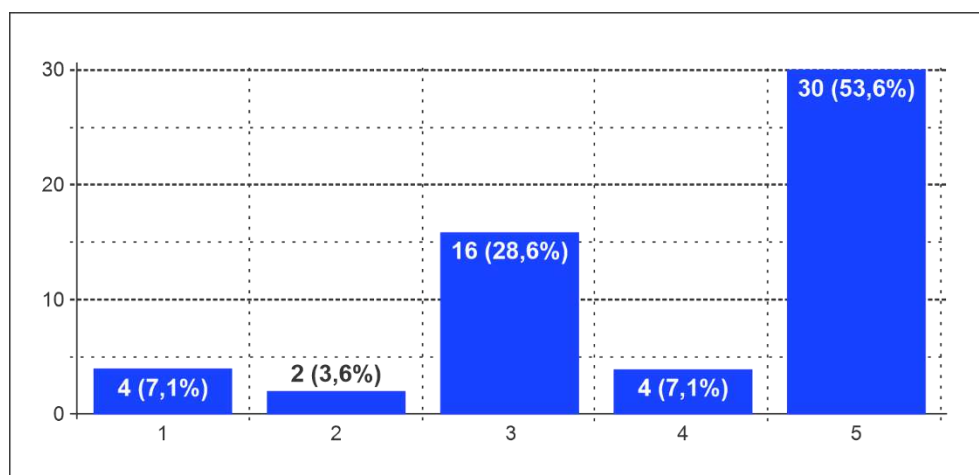
Esses resultados evidenciam uma clara valorização por parte dos servidores dos Institutos Federais em relação à necessidade de adotar práticas de gestão eficazes. A vasta maioria dos servidores reconhece a importância de estratégias administrativas bem definidas, que possibilitem a utilização mais adequada dos recursos financeiros disponíveis.

A percepção de que os planos de gestão e estratégias administrativas são de extrema importância, destaca a conscientização sobre a necessidade de uma gestão transparente, responsável e eficiente dos recursos públicos. Isso reflete um entendimento da importância de se maximizar os recursos disponíveis, possibilitando que sejam direcionados para áreas prioritárias e que contribuam efetivamente para o alcance das metas institucionais.

Questão 23: Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa “discordo totalmente” e 5 significa “concordo totalmente”, você concorda que os recursos orçamentários devam ser utilizados prioritariamente para melhorias de infraestrutura e aquisição de

equipamentos, mobiliários e serviços das unidades (campi) das instituições já existentes em detrimento de planos de expansão e construção de novas unidades?

Gráfico 31 - Respostas da Questão 23



Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

A respeito do nível de concordância de que os recursos orçamentários devam ser utilizados prioritariamente para melhorias de infraestrutura e aquisição de equipamentos, mobiliários e serviços das unidades (campi) das instituições já existentes em detrimento de planos de expansão e construção de novas unidades, divididos em: discordo totalmente, concordo um pouco, concordo, concordo muito e concordo totalmente, percebe-se que 60,7% dos servidores acreditam que a prioridade da alocação de recursos deva ser a melhoria da infraestrutura das unidades já existentes, ao invés da construção de novas unidades.

Esses dados sugerem uma preferência por investir na consolidação e melhoria das estruturas já existentes, em vez de expandir para novas unidades. Isso reflete uma preocupação em relação a modelos de expansão desordenados realizados no passado, quando foram criadas novas unidades, enquanto os campi existentes permaneceram com suas infraestruturas incompletas, sucateadas ou obsoletas. Almeida (2023) destaca esse processo, tendo como *lócus* da sua pesquisa o IFPB, que no período investigado passou de 9 para 21 *campi*. Entretanto, os cortes e bloqueios orçamentários que se seguiram nesse processo ocasionaram a interrupção do processo de expansão.

Devido às limitações orçamentárias é esperado que os servidores escolham por priorizar a melhoria da infraestrutura das unidades já estabelecidas. É importante

ressaltar que a expansão também desempenha um papel importante no atendimento às demandas crescentes por EPT em diversas regiões. Embora a melhoria das infraestruturas existentes seja prioritária para muitos, é essencial encontrar um equilíbrio entre essa prioridade e a necessidade de expansão para promover o acesso à educação em todo o país.

Nos processos de planejamento para criação de novas unidades da RFEPCT e considerando as demandas educacionais que emergem da sociedade, torna-se fundamental que o governo federal crie as condições orçamentárias concretas para atender concomitantemente às duas ordens de necessidades que atualmente emergem da sociedade: a) melhorias de infraestrutura e aquisição de equipamentos, mobiliários e serviços das unidades (campi) das instituições já existentes; b) ampliação da RFEPCT, com a criação de novas unidades.

O questionário previu também questões abertas, nas quais os respondentes puderam se manifestar livremente. As respostas dos participantes da pesquisa às questões abertas constituíram um *corpus* multifacetado, com pluralidade de significados e sentidos.

Com a finalidade de facilitar a análise dos dados contidos nessas respostas, optou-se pela técnica de seleção das unidades de significados, manifestadas pela comunicação objetiva das respostas, posteriormente sistematizadas e agrupadas por sentidos e, por fim, quantificadas pelo grau de frequência desses significados.

A seguir, são apresentadas as questões abertas e analisadas as respostas.

Questão 24: Na sua opinião, como o financiamento público na EPT contribui para o desenvolvimento socioeconômico da região atendida pela sua instituição?

De acordo com Menezes (2015), o Decreto nº 7.313/2010, que regulamenta os procedimentos orçamentários e financeiros ligados à autonomia dos Institutos Federais, estabelece que essas instituições devem desempenhar um papel ativo na promoção do desenvolvimento local, contribuindo para a melhoria da educação básica nas regiões onde seus campi estão situados.

Questionados a respeito de como o financiamento público na EPT contribui para o desenvolvimento socioeconômico da região atendida pela sua instituição, os dados mais significativos apontam que 22% dos servidores elencaram aspectos referentes à oportunidade de empregos, enquanto 20,3% destacaram a capacitação

dos estudantes e trabalhadores, 10,2% consideraram a promoção da igualdade de oportunidades e estímulo à mobilidade social e 8,5% discorreram sobre a promoção da diversidade e da inclusão.

Quadro 4 - Quadro-síntese: respostas dos servidores referente à questão 24

Sistematização das respostas por significados, agrupamento e categorização em Unidades de Sentidos		Frequência de Respostas
1	Formação acadêmica/profissional que possibilita oportunidades de empregos	13
	Qualificação de estudantes, capacitação de profissionais/trabalhadores, com formação crítica	12
2	Promoção da igualdade de oportunidades e estímulo à mobilidade social, à autonomia e à cidadania. Redução da vulnerabilidade social, da desigualdade de renda na região, para a construção de justiça social.	6
	Promoção da diversidade e da inclusão social e digital dos estudantes	5
	Promoção da inovação e do empreendedorismo na região	4
	Interiorização da educação profissional, com atendimento das regiões que mais necessitam de instituição escolar. Ampliação das vagas EPT. Democratização do conhecimento	4
3	Promoção da sustentabilidade ambiental e econômica da região	3
	Atração de investimentos adicionais para a região e aumento do valor das propriedades na região	3
4	Contribuição para a retenção de talentos na região	2
	Desenvolvimento tecnológico da região, de projetos de extensão e serviços à comunidade	2
	Redução da evasão escolar e aumento a taxa de conclusão educacional	1
	Auxílio para que as pessoas possam tomar decisões mais informadas	1
	Redução da informalidade e da precariedade do trabalho	1
5	A presença da RFEPCT pouco contribui ou nada contribui para o desenvolvimento socioeconômico da região	2

Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

Os dois (2) primeiros grupos de respostas contidas no Quadro 4, evidenciam a percepção dos participantes da pesquisa quanto à importância do financiamento público na EPT para o desenvolvimento socioeconômico da região atendida pelas instituições da RFEPCT, nos seguintes objetivos principais: - Formação acadêmica/profissional; - capacitação e qualificação de estudantes/trabalhadores, à

partir de uma perspectiva educacional crítica; e - geração de oportunidades de trabalho para a população local; e - desenvolvimento socioeconômico regional/local.

O segundo conjunto de respostas contidas no Quadro 4, evidencia a atenção quanto aos objetivos dessas instituições no desenvolvimento socioeconômico das regiões atendidas: - promoção da igualdade de oportunidades, possibilitando a mobilidade social e a cidadania; - redução da vulnerabilidade social, da desigualdade de renda na região, com vistas à construção da justiça social.; - promoção da diversidade e da inclusão social e digital dos estudantes; promoção da inovação e do empreendedorismo na região; - interiorização da educação profissional, com atendimento das regiões que mais necessitam de instituição escolar; e - ampliação das vagas EPT, com vistas à democratização do conhecimento.

São baixas as frequências de respostas contidas nos grupos 3 e 4, a partir das manifestações dos participantes da pesquisa. Apesar disso, aquelas que mais se destacam estão relacionadas com a promoção da sustentabilidade ambiental e econômica na região. Em menor escala, os sujeitos da pesquisa manifestaram que a presença das unidades da RFEPCT proporciona atração de investimentos adicionais para a região e aumento do valor das propriedades no seu entorno.

No último e quinto conjunto de respostas, 2 (dois) servidores manifestaram a percepção de que a presença da RFEPCT pouco ou nada contribui para o desenvolvimento socioeconômico da região. Em suas respostas, eles não apresentaram as justificativas para tal avaliação, o que dificulta a análise desse dado. Nesse sentido, a apreensão dessa realidade pode ser possível a partir da realização de outras pesquisas que busquem estudar mais profundamente as questões que fundamentam tal percepção acerca das contribuições locais/regionais da RFEPCT.

Questão 25: Na sua visão, quais são os desafios financeiros mais urgentes que sua instituição pode enfrentar no futuro em relação às atividades de EPT?

Ao responder a respeito de quais os desafios financeiros mais urgentes que sua instituição pode enfrentar no futuro em relação às atividades de EPT, os dados mais significativos assinalam que 44,7% dos servidores elencaram aspectos referentes à investimento em Infraestrutura e modernização tecnológica, enquanto 23,4% destacaram aspectos acadêmicos, 17% consideraram elementos administrativos e 8,5% discorreram sobre a sustentabilidade financeira e previsibilidade orçamentária dos institutos.

Quadro 5 - Quadro-síntese: respostas dos servidores referente à questão 25

Sistematização das respostas por significados, agrupamento e categorização em Unidades de Sentidos		Frequência de Respostas
1	Manutenção da infraestrutura existente	10
	Insuficiência de recursos para investimento em infraestrutura e expansão	7
	Modernização tecnológica e aquisição de materiais didáticos	4
2	Financiamento de projetos de Ensino, Pesquisa, Inovação e Extensão	6
	Assistência Estudantil e combate à evasão	5
3	Manutenção de servidores e capacitação de pessoal	5
	Gestão e modernização administrativa	3
4	Sustentabilidade financeira e previsibilidade orçamentária	4
5	Promoção de inclusão e equidade	3

Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

O primeiro grupo de respostas contidas no Quadro 5, evidenciam a percepção dos participantes da pesquisa quanto à importância de uma infraestrutura adequada: - Manutenção da infraestrutura existente; - Insuficiência de recursos para investimento em infraestrutura e expansão; e - Modernização tecnológica e aquisição de materiais didáticos. Como já demonstrado em respostas anteriores, o investimento em infraestrutura tem sido apontado como uma prioridade entre os servidores como um dos grandes desafios a serem enfrentados por suas instituições.

O segundo conjunto de respostas apresentadas no Quadro 5, evidencia a atenção à aspectos acadêmicos: - Financiamento de projetos de Ensino, Pesquisa, Inovação e Extensão; e - Assistência Estudantil e combate à evasão. O que sugere que a escassez de recursos destinados a essas áreas compromete não apenas o alcance dos objetivos acadêmicos, mas também a equidade no acesso, permanência e êxito dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O terceiro conjunto de respostas contidas no Quadro 5, destaca desafios financeiros relacionados à elementos administrativos: - Manutenção de servidores e capacitação de pessoal; e - Gestão e modernização administrativa. Os participantes

ressaltam o impacto causado pela escassez de recursos destinados à capacitação, ao desenvolvimento profissional e à modernização administrativa.

As frequências de respostas dos grupos 4 e 5 são baixas, conforme observado nas manifestações dos sujeitos da pesquisa. No entanto, as respostas que se destacam estão relacionadas à sustentabilidade financeira e à previsibilidade orçamentária das instituições. Em menor proporção, os participantes também destacaram a promoção de inclusão e equidade como desafios financeiros urgentes enfrentados por suas instituições.

De forma geral, as respostas evidenciam que, na visão dos servidores, os principais desafios financeiros estão relacionados à manutenção da infraestrutura existente, à insuficiência de recursos para investimento e expansão e ao financiamento de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Essas categorias foram as mais frequentes nas respostas, indicando que são prioridades urgentes para os Institutos Federais. As demais categorias, embora menos frequentes, também apontam para desafios importantes que precisam ser considerados no planejamento estratégico e na busca por soluções.

Questão 26: Como as políticas de financiamento público são formuladas e quais são as principais fontes de recursos financeiros utilizadas para sustentar as atividades em sua instituição?

Em relação às principais fontes de recursos financeiros e como as políticas de financiamento público são formuladas para sustentar as atividades em sua instituição, os dados mais significativos revelam que 55,8% dos servidores destacaram os recursos federais como principal fonte de recurso utilizada. Em relação a como as políticas de financiamento público são formuladas 13,6% dos participantes discorreram sobre parcerias com outras instituições; outros 18,2% elencaram programas de apoio à pesquisa e políticas de inclusão e 11,4% apresentaram aspectos relacionados à sustentabilidade e a gestão participativa.

Quadro 6 - Quadro-síntese: respostas dos servidores referente à questão 26

Sistematização das respostas por significados, agrupamento e categorização em Unidades de Sentidos		Frequência de Respostas
1	Recursos do Governo Federal	12
	Emendas Parlamentares	6
	Lei Orçamentária Anual (LOA) e planejamento orçamentário	5
	Contribuições de órgãos governamentais	2
2	Parcerias com empresas, ONGs e outras instituições	6
3	Programas de apoio à pesquisa e inovação	4
	Políticas de inclusão e diversidade	4
4	Sustentabilidade e desenvolvimento regional	3
	Gestão democrática e participativa	2

Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

O primeiro grupo de respostas apresentado no Quadro 6, demonstra a percepção dos servidores de que os recursos federais são a principal fonte de recurso utilizada para sustentar as atividades em sua instituição: - Recursos do Governo Federal; - Emendas Parlamentares; e - Lei Orçamentária Anual (LOA) e planejamento orçamentário. Os participantes destacam que, embora os recursos federais sejam fundamentais para o funcionamento dos institutos, a dependência excessiva desses recursos também limita a flexibilidade das instituições em responder a necessidades urgentes e adaptativas.

A respeito de como as políticas de financiamento público são formuladas em sua instituição, o segundo conjunto de respostas contidas no Quadro 6 destaca as parcerias com empresas, ONGs e outras instituições. Os servidores indicam que, embora o financiamento público seja a principal fonte de recursos, as parcerias estabelecidas com outras organizações têm se mostrado essencial para complementar e potencializar as ações da instituição.

O terceiro conjunto de respostas contidas no Quadro 6, elenca ainda que a formulação das políticas de financiamento leva em consideração os programas de apoio à pesquisa e políticas de inclusão: - Programas de apoio à pesquisa e inovação;

e - Políticas de inclusão e diversidade. Os servidores destacam que os recursos destinados a essas áreas são fundamentais para o fortalecimento da produção científica, do desenvolvimento tecnológico e da ampliação das oportunidades educacionais para estudantes em situação de vulnerabilidade.

Em menor frequência, o quarto conjunto de respostas contidas no Quadro 6, apresenta elementos relacionados à sustentabilidade e a gestão participativa: - Sustentabilidade e desenvolvimento regional; e - Gestão democrática e participativa. Os participantes ressaltam que a incorporação de práticas sustentáveis e o estímulo ao desenvolvimento regional são estratégias fundamentais na formulação das políticas de financiamento para fortalecer o papel social das instituições. Além disso, a gestão democrática e participativa é vista como essencial para a definição das políticas de financiamento, promovendo maior transparência e alinhamento entre as necessidades institucionais e as decisões orçamentárias.

Questão 27: Você acredita que existem oportunidades para diversificar as fontes de financiamento além dos recursos públicos? Na sua opinião, quais seriam as outras possibilidades viáveis de financiamento?

Ao opinar se existem oportunidades para diversificar as fontes de financiamento além dos recursos públicos e quais seriam as outras possibilidades viáveis de financiamento, 48% dos participantes da pesquisa propuseram a colaboração com empresas privadas a fim de incrementar o financiamento dos institutos. Na percepção de 23% dos servidores a comercialização de produtos e serviços possibilitaria essa diversificação, enquanto 27% dos respondentes destacaram os programas de captação de recursos e o estabelecimento de convênios com outras instituições.

Quadro 7 - Quadro-síntese: respostas dos servidores referente à questão 27

Sistematização das respostas por significados, agrupamento e categorização em Unidades de Sentidos		Frequência de Respostas
1	Parcerias com empresas privadas	15
	Parcerias Público-Privadas (PPP)	5
	Cooperação com <i>startups</i> e empresas de base tecnológica	4

	Doações de Empresas Privadas	1
2	Exploração comercial de produtos e serviços	7
	Prestação de serviços técnicos e consultorias	3
	Organização de eventos acadêmicos e científicos com patrocínios e venda de ingressos	2
3	Programas de responsabilidade social e sustentabilidade	6
	Captação de recursos por meio de editais e financiamento coletivo	4
	Parcerias com o terceiro setor (ONGs e fundações)	3
	Convênios com instituições internacionais	1
4	Somente Recursos Públicos	1

Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

O primeiro grupo de respostas apresentado no Quadro 7, revela que quase metade dos participantes da pesquisa acreditam que seria viável a diversificação das fontes de financiamento ao realizar a colaboração com empresas privadas: - Parcerias com empresas privadas; - Parcerias Público-Privadas (PPP); - Cooperação com *startups* e empresas de base tecnológica; e - Doações de Empresas Privadas. Os servidores percebem essas estratégias como oportunidades para ampliar os investimentos em infraestrutura, pesquisa e inovação, além de possibilitar a transferência de tecnologia e o fortalecimento da relação entre a instituição e o setor produtivo.

O segundo grupo de respostas contidas no Quadro 7, evidencia a oportunidade percebida pelos servidores em diversificar as fontes de financiamento a partir da comercialização de produtos e serviços: - Exploração comercial de produtos e serviços; - Prestação de serviços técnicos e consultorias; e - Organização de eventos acadêmicos e científicos com patrocínios e venda de ingressos. Na visão dos participantes, estas ações podem fortalecer a conexão entre ensino, pesquisa e o mundo do trabalho, gerando a oportunidade para aplicar o conhecimento gerado nas instituições em benefício da sociedade.

O terceiro grupo de respostas exibidas no Quadro 7, destacam os programas de captação de recursos e o estabelecimento de convênios com outras instituições: - Programas de responsabilidade social e sustentabilidade; - Captação de recursos por

meio de editais e financiamento coletivo; - Parcerias com o terceiro setor (ONGs e fundações); e - Convênios com instituições internacionais.

Os participantes reconhecem que essas iniciativas podem fortalecer o financiamento institucional ao possibilitar o acesso a novos aportes financeiros e suporte técnico, sendo alternativas que podem ampliar as oportunidades de financiamento e colaboração acadêmica, viabilizando intercâmbios, projetos conjuntos e acesso a recursos externos.

No último e quarto conjunto de respostas, apenas 1 (um) servidor manifestou oposição à diversificação das fontes de financiamento além dos recursos públicos. No entanto, sua resposta não incluiu justificativas que explicassem sua posição, o que limita a análise desse dado. Dessa forma, a compreensão mais aprofundada dessa percepção pode ser viabilizada por meio de futuras pesquisas que investiguem as razões subjacentes a essa resistência à diversificação do financiamento na RFEPECT.

Questão 28: Que sugestões você teria para melhorar o financiamento público na EPT?

Finalmente, ao apresentar sugestões a fim de melhorar o financiamento público na EPT, os dados mais significativos demonstram que 34% dos participantes da pesquisa sugeriram a diversificação das fontes de financiamento. Melhorias na gestão dos recursos foram apontados por 23,4%, a criação de programas e projetos específicos de financiamento foi responsável por 21,3% das respostas e outros 12,8% destacaram a importância do investimento em infraestrutura.

Quadro 8 - Quadro-síntese: respostas dos servidores referente à questão 28

Sistematização das respostas por significados, agrupamento e categorização em Unidades de Sentidos		Frequência de Respostas
1	Parcerias Público-Privadas (PPP)	6
	Criação de incentivos fiscais e captação de recursos privados	5
	Diversificação das fontes de financiamento	3
	Colaboração com agências de fomento e instituições internacionais	2
2	Transparência e gestão eficiente dos recursos	6
	Aumento e priorização de recursos públicos	5

3	Criação de programas de financiamento específicos	5
	Criação de programas de bolsas e incentivos a estudantes	3
	Criação de projetos de extensão e desenvolvimento comunitário	2
4	Investir na modernização e expansão da infraestrutura	4
	Incentivo ao investimento privado em infraestrutura	2
5	Participação da comunidade e controle social	4

Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2024).

No primeiro grupo de respostas contidas no Quadro 8, demonstra que ao buscar soluções para a melhoria ao financiamento público na EPT a maior parcela dos servidores sugeriram a diversificação das fontes de financiamento: - Parcerias Público-Privadas (PPP); - Criação de incentivos fiscais e captação de recursos privados; - Diversificação das fontes de financiamento; e - Colaboração com agências de fomento e instituições internacionais.

O segundo grupo de respostas apresentado no Quadro 8, evidencia as sugestões dos participantes da pesquisa relacionadas a melhorias na gestão dos recursos: - Transparência e gestão eficiente dos recursos; e - Aumento e priorização de recursos públicos. Os participantes destacam que além do aumento do financiamento, este deve vir acompanhado de políticas mais eficazes de planejamento e gestão, possibilitando que os recursos sejam aplicados de forma mais eficiente e alinhados às necessidades institucionais.

Para o terceiro grupo de respostas elencadas no Quadro 8, as sugestões estão alinhadas à criação de programas e projetos específicos de financiamento: - Criação de programas de financiamento específicos; - Criação de programas de bolsas e incentivos a estudantes; e - Criação de projetos de extensão e desenvolvimento comunitário. Este grupo de servidores apontam que a formulação de programas e projetos de financiamento direcionados pode contribuir para suprir lacunas orçamentárias e possibilitar a continuidade das atividades acadêmicas, científicas e tecnológicas das instituições.

O quarto grupo de respostas contidas no Quadro 8, apresenta as sugestões dos participantes da pesquisa relacionadas a importância do investimento em infraestrutura: - Investir na modernização e expansão da infraestrutura; e - Incentivo ao investimento privado em infraestrutura. Os participantes salientam que a falta de

ampliação e modernização da infraestrutura física e tecnológica tem limitado o potencial das instituições em oferecer uma formação de excelência.

Por fim, em menor frequência, as respostas contidas no quinto grupo do no Quadro 8, sugerem a participação da comunidade e controle social. Para esse grupo de servidores a participação ativa da comunidade acadêmica e dos gestores na definição e alocação de recursos é considerada essencial a fim de gerar maior transparência, equidade e eficiência na distribuição orçamentária.

A ampliação dos espaços de debate, como fóruns, audiências públicas e conselhos participativos, é vista como uma estratégia para fortalecer o controle social sobre os investimentos e possibilitar que as decisões orçamentárias reflitam as necessidades reais da instituição e de seus membros. Além disso, os participantes destacam que o envolvimento da comunidade acadêmica pode contribuir para um planejamento financeiro mais assertivo e direcionado aos objetivos institucionais, permitindo a priorização de áreas estratégicas, como infraestrutura, pesquisa, assistência estudantil e inovação.

CAPÍTULO 5 - PRODUTO EDUCACIONAL

No presente estudo definiu-se como quinto e último objetivo específico, “desenvolver um produto educacional, do tipo Relatório Técnico, no formato digital, com as principais discussões teóricas e os resultados da pesquisa”. Desta forma, este capítulo tem como objetivo analisar, descrever e avaliar a concepção e o desenvolvimento do produto educacional, no processo desta pesquisa.

O produto educacional associado a esta pesquisa foi concebido, estruturado e elaborado com base na identificação e avaliação das lacunas relacionadas ao Financiamento Público da ETP nos Institutos Federais, identificadas pela revisão bibliográfica, pela pesquisa documental e pelo questionário *online* aplicado com os servidores das instituições participantes.

Dessa forma, surgiu o produto educacional intitulado “**Financiamento Público da EPT nos Institutos Federais: Relatório Técnico**”, o qual se configura como um material formativo na forma de Relatório Técnico, voltado para os servidores e a comunidade escolar dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, contexto no qual a pesquisa foi realizada.

O presente produto educacional tem como propósito disseminar, entre os integrantes da RFEPCT, a realidade do Financiamento Público da ETP nos Institutos Federais. Para isso, investiga a dinâmica do orçamento federal destinado a essas instituições, detalha o processo de construção da matriz orçamentária (CONIF), apresenta a percepção dos servidores dos IFs sobre o financiamento público da EPT e discorre sobre os principais desafios da insuficiência do financiamento público e propõe possíveis soluções.

A fim de atingir esse propósito, o produto educacional foi desmembrado em 6 seções, além da introdução e das referências, sendo: percurso metodológico; conceitos e estrutura de um relatório técnico; o processo de destinação orçamentária aos Institutos Federais; percepção dos servidores dos IFs acerca do processo de financiamento público da EPT; os desafios contemporâneos do financiamento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão na EPT e, por fim, considerações finais e as recomendações.

A seção inicial, intitulada **percurso metodológico**, tem como objetivo apresentar em detalhes as decisões metodológicas tomadas ao longo da pesquisa,

incluindo a definição da abordagem, a escolha dos métodos de coleta e análise de dados, bem como as ferramentas e técnicas utilizadas para embasar a investigação.

Após a definição do percurso metodológico, a segunda seção apresenta os principais **conceitos e da estrutura de um relatório técnico**, ressaltando sua relevância como ferramenta de sistematização e comunicação científica para apoiar a tomada de decisões. Nessa parte, são discutidas as orientações para a elaboração desse tipo de documento, além de abordar a padronização do relatório, levando em conta as normas e diretrizes pertinentes.

A terceira seção, intitulada **processo de destinação orçamentária aos Institutos Federais**, apresenta o embasamento teórico. Nela, são considerados os principais fundamentos legais relacionados ao financiamento público da educação, além de detalhar a forma como os recursos são distribuídos e aplicados pela matriz CONIF nos Institutos Federais.

A quarta seção é focada em apresentar e analisar a **percepção dos servidores dos IFs sobre o processo de financiamento público da EPT**. Para isso, foi realizado um levantamento por meio de um questionário *online*, aplicado na plataforma *Google Forms*, com a participação de servidores dos 33 (três e três) Institutos Federais envolvidos na pesquisa.

A quinta seção, **desafios contemporâneos do financiamento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão na EPT**, apresenta os principais desafios ocasionados pela insuficiência do financiamento público, bem como reflete sobre as possíveis soluções, a fim de mitigar a escassez do orçamento público federal.

Por fim, a sexta seção, **considerações finais e recomendações**, expõe as contradições, limites, desafios e oportunidades observados ao longo da pesquisa, com o objetivo de fornecer *insights* que possam contribuir para o aprimoramento da gestão dos recursos públicos da EPT nos IFs.

Conforme previsto pelo regulamento do ProfEPT, o produto educacional passa por duas fases de avaliação/validação. A primeira fase se dá por especialistas/pesquisadores da RFEPCT, que assumem a função de avaliadores *ad hoc* do Produto Educacional (PE). A segunda fase ocorre com a avaliação pelos integrantes da comissão examinadora no momento da Banca de Defesa da dissertação e do PE.

Para a seleção dos especialistas/pesquisadores foi utilizada a Rede Integra, que é uma plataforma vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que agrupa 40 instituições da RFEPECT e possibilita identificar pessoas, ambientes de inovação, laboratórios, tecnologias e serviços disponíveis para atender às necessidades da sociedade, promovendo a conexão dessas instituições com o setor produtivo e a comunidade em geral (Rede Integra, 2025).

O acesso ao portal da Rede Integra pode ser realizado a partir do seguinte link: <https://redeintegra.mec.gov.br/>.

Foram utilizados os descritores “Financiamento Público” e “Orçamento” para a busca no Portal Integra, que retornou com a informação da existência de 311 pesquisadores com estudos nessa área. Como critérios de inclusão/exclusão estabeleceu-se a seleção daqueles que atuassem em linhas de pesquisa relacionadas ao financiamento/orçamento da educação profissional e que possuísem ao menos uma produção bibliográfica vinculada a essa linha de pesquisa nos últimos cinco anos.

A análise dos Currículos *Lattes* e a aplicação dos critérios de inclusão/exclusão resultou na seleção de 25 especialistas/pesquisadores, os quais foram convidados, via *e-mail*, a participar da avaliação/validação do produto educacional como pareceristas *ad hoc*. Esta avaliação/validação ocorreu por meio de um questionário *online*, aplicado na plataforma *Google Forms*, que foi enviado aos pareceristas juntamente com o produto educacional para análise.

Levando em consideração os critérios de avaliação propostos por Leite (2018), o questionário de avaliação foi composto por oito questões, sendo sete de múltiplas escolhas e a última discursiva, abordando os principais aspectos qualitativos do produto educacional. As questões podem ser consultadas no Quadro 9 apresentado a seguir.

Quadro 9 - Quadro-síntese: perguntas do questionário de avaliação/validação do produto educacional

1	Avalie a apresentação visual geral do Produto Educacional (PE).
2	Avalie a estrutura e a organização do Produto Educacional (PE).
3	Quanto ao objetivo do Relatório Técnico, avalie a coerência e a coesão textual das seções e dos tópicos do PE.
4	Considere o público alvo do PE e avalie a clareza e a objetividade do texto do Relatório Técnico.

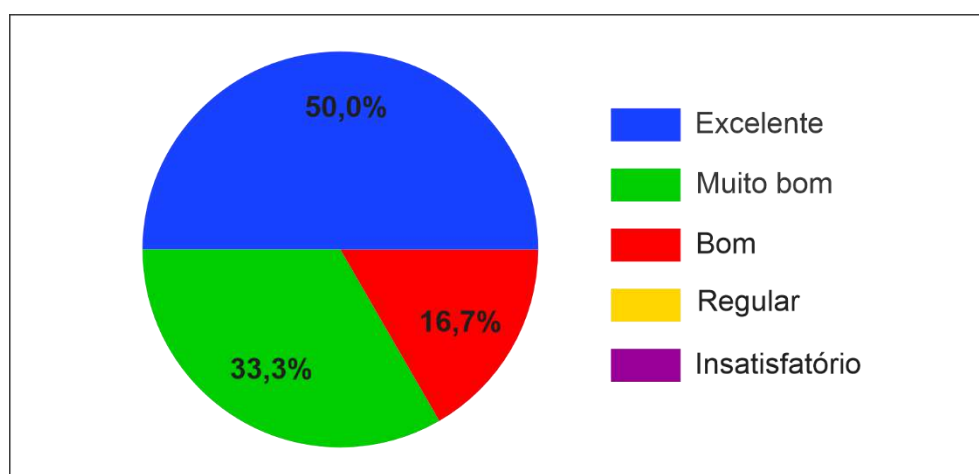
5	Quanto à finalidade do PE, avalie o nível de qualidade das figuras, dos fluxogramas e dos gráficos do Relatório Técnico.
6	Avalie o potencial de contribuição do conteúdo do Relatório Técnico para a ampliação da compreensão e do reconhecimento da importância do tema financiamento/orçamento dos Institutos Federais.
7	Avalie o potencial de adaptabilidade e replicabilidade textual do conteúdo do PE para o público alvo interessado.
8	Apresente alguma recomendação para aprimoramento deste PE.

Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2025).

Nas questões objetivas os participantes avaliaram os aspectos do produto educacional, atribuindo uma classificação para cada pergunta, utilizando a seguinte escala: () insatisfatório; () regular; () bom; () muito bom e () excelente. Seis especialistas/pesquisadores da RFEPCT avaliaram o produto educacional e suas respostas são analisadas a seguir:

Questão 1 da avaliação do PE: Apresentação visual geral do Produto Educacional (PE).

Gráfico 32 - Respostas da Questão 1 da avaliação do PE

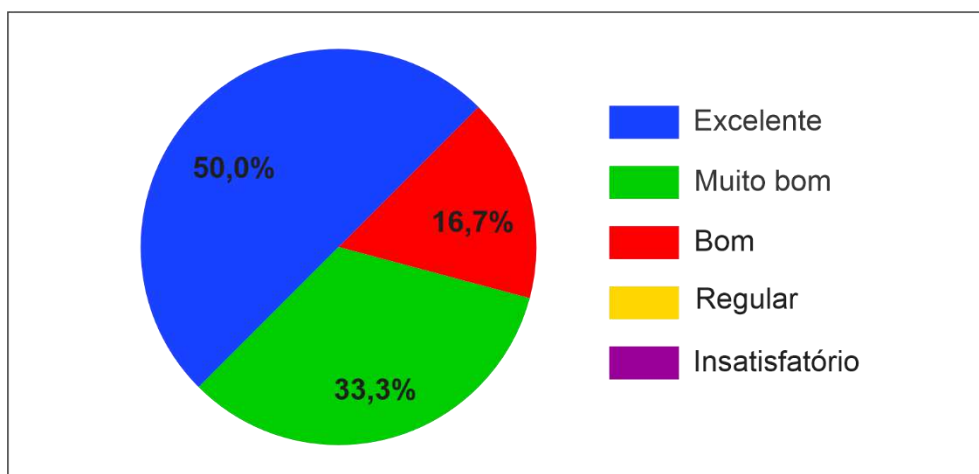


Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2025).

Ao avaliar a apresentação visual geral do Produto Educacional, 50,0% dos especialistas/pesquisadores classificaram como *Excelente*, 33,3% *Muito bom* e outros 16,7% atribuíram como *Bom*. Esses resultados indicam um alto nível de aprovação em relação ao design, organização e clareza visual do material, demonstrando que a estrutura gráfica e a identidade visual atendem ao que foi planejado para alcance do público-alvo.

Questão 2 da avaliação do PE: Estrutura e a organização do Produto Educacional (PE).

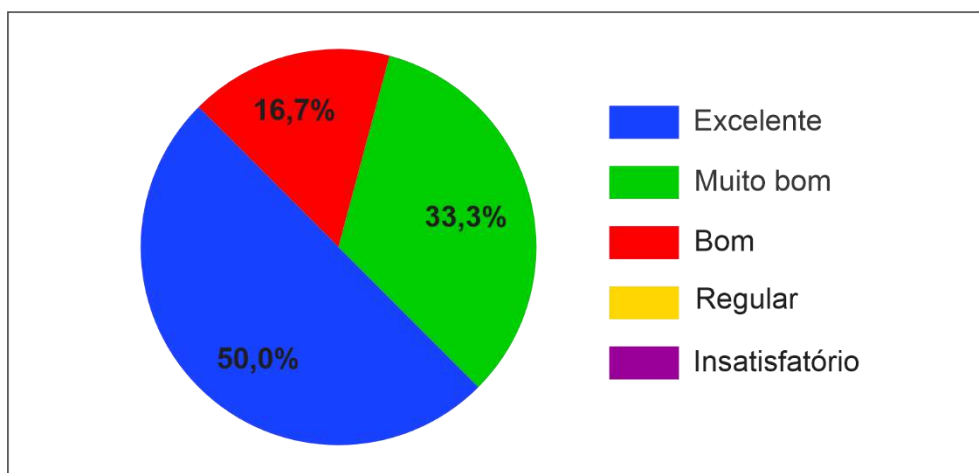
Gráfico 33 - Respostas da Questão 2 da avaliação do PE



Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2025).

A respeito da estrutura e da organização do Produto Educacional, 50,0% dos especialistas/pesquisadores avaliaram como *Excelente*, 33,3% *Muito bom* e outros 16,7% classificaram como *Bom*. Esse resultado demonstra um alto nível de satisfação quanto à disposição dos conteúdos, da sequência lógica das informações e a clareza da apresentação dos temas abordados. A avaliação positiva indica, portanto, que o material está bem estruturado, facilitando a navegação e a compreensão pelos leitores.

Questão 3 da avaliação do PE: Objetivo do Relatório Técnico, coerência e coesão textual das seções e dos tópicos do PE.

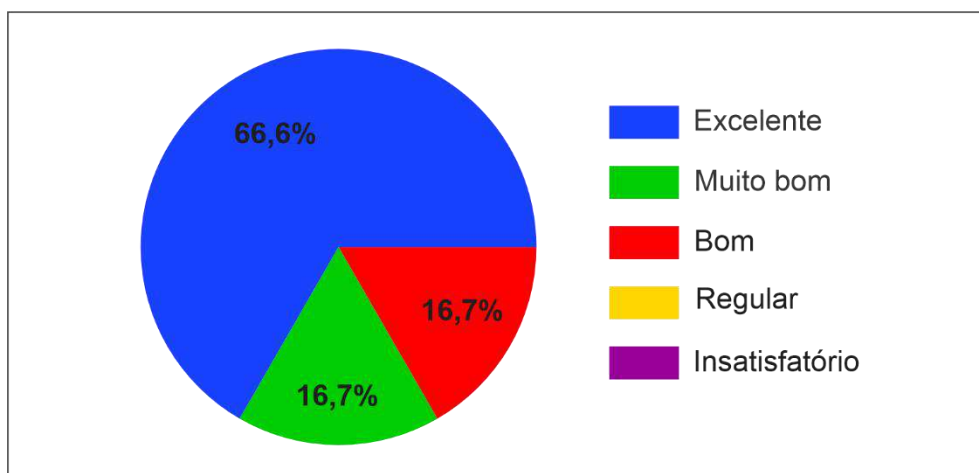
Gráfico 34 - Respostas da Questão 3 da avaliação do PE

Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2025).

Os pareceristas avaliaram ainda, a coerência e a coesão textual das seções e dos tópicos do PE, quanto ao objetivo do Relatório Técnico. Novamente 50,0% dos especialistas/pesquisadores classificaram como *Excelente*, 33,3% *Muito bom* e outros 16,7% atribuíram como classificação *Bom*.

Esse resultado reforça que o Produto Educacional apresenta um texto bem estruturado, com uma progressão lógica das ideias e articulação adequada entre os tópicos, possuindo clareza e objetividade na comunicação das informações. O alto nível de aprovação evidencia que a construção textual do material atende às expectativas dos especialistas, possibilitando que as informações sobre o financiamento público da ETP nos Institutos Federais sejam transmitidas de forma coerente, coesa e acessível.

Questão 4 da avaliação do PE: Clareza e a objetividade do texto do Relatório Técnico em relação ao público alvo do PE.

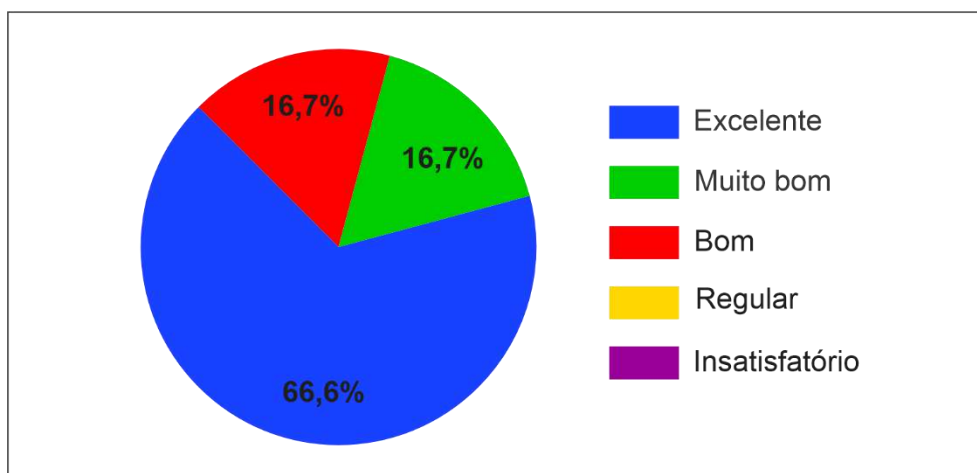
Gráfico 35 - Respostas da Questão 4 da avaliação do PE

Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2025).

Levando em consideração o público alvo do PE, ao avaliar a clareza e a objetividade do texto do Relatório Técnico, 66,6% dos especialistas/pesquisadores consideraram-no como *Excelente*, 16,7% *Muito bom* e outros 16,7% classificaram como *Bom*. Esse resultado demonstra que o material foi elaborado com uma linguagem acessível e direta, facilitando a compreensão do tema por parte dos servidores dos Institutos Federais.

A alta aprovação indica que o texto apresenta especificações conceituais, evita ambiguidades e está estruturado de forma que as informações sobre o financiamento público da ETP nos Institutos Federais sejam transmitidas de maneira clara e eficaz. A avaliação positiva confirma que o Relatório Técnico cumpre seu papel de informar e subsidiar a tomada de decisões dentro das instituições, proporcionando aos leitores um material bem organizado e de fácil assimilação.

Questão 5 da avaliação do PE: Nível de qualidade das figuras, dos fluxogramas e dos gráficos, quanto à finalidade do Relatório Técnico.

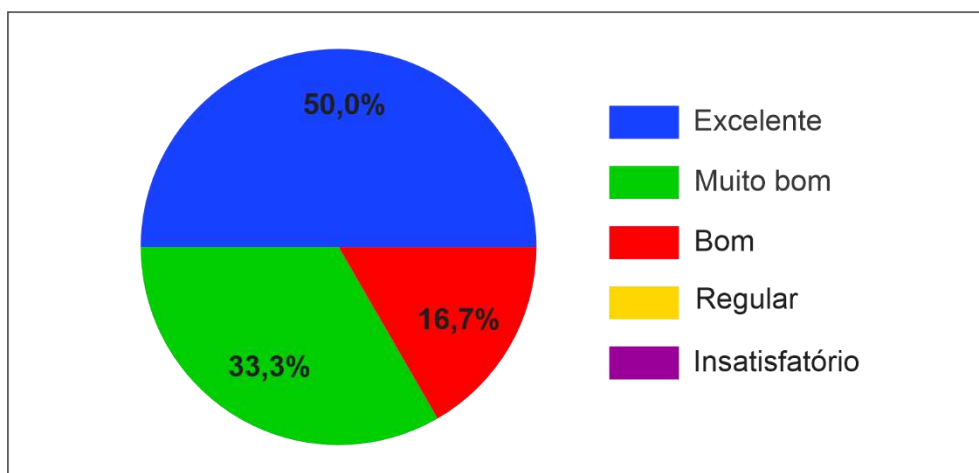
Gráfico 36 - Respostas da Questão 5 da avaliação do PE

Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2025).

Quando perguntados sobre o nível de qualidade das figuras, dos fluxogramas e dos gráficos do Relatório Técnico, quanto à finalidade do PE, 66,6% dos especialistas/pesquisadores avaliaram como *Excelente*, 16,7% *Muito bom* e outros 16,7% consideraram como *Bom*. Esse resultado demonstra que os recursos visuais utilizados no Relatório Técnico foram bem planejados, com potencial de efetividade na apresentação das informações, contribuindo para a clareza, compreensão e organização dos conteúdos.

A alta aprovação indica que ilustrações, gráficos e fluxogramas auxiliaram na interpretação dos dados, tornando a leitura mais dinâmica e acessível para o público-alvo. A avaliação positiva reforça a importância do uso de elementos visuais bem elaborados como recursos de apoio à comunicação, possibilitando que além do Produto Educacional ser um material informativo, também cumpra funções didática e formativa para os servidores dos Institutos Federais.

Questão 6 da avaliação do PE: Potencial de contribuição do conteúdo do Relatório Técnico para a ampliação da compreensão e reconhecimento da importância do tema financiamento/orçamento dos Institutos Federais.

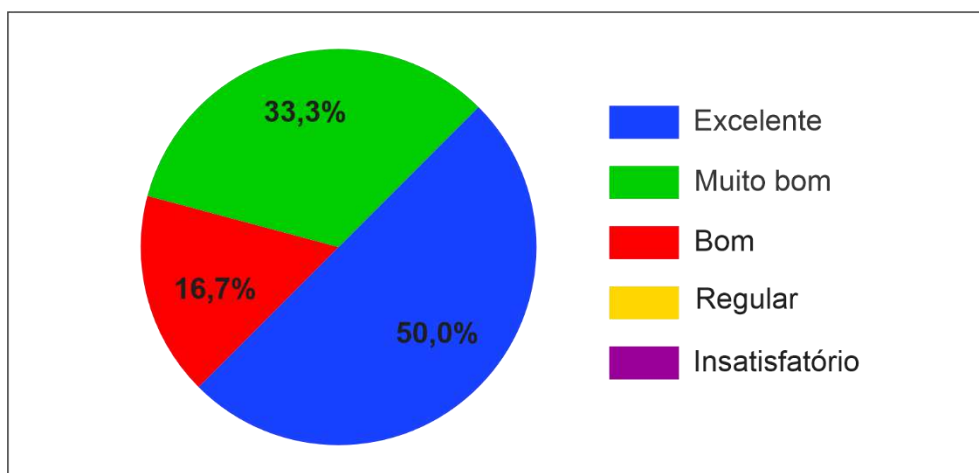
Gráfico 37 - Respostas da Questão 6 da avaliação do PE

Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2025).

Ao avaliar o potencial de contribuição do conteúdo do Relatório Técnico para a ampliação da compreensão e reconhecimento da importância do tema financiamento/orçamento dos Institutos Federais, 50,0% dos especialistas/pesquisadores apontaram-no como *Excelente*, 33,3% *Muito bom* e outros 16,7% avaliaram como *Bom*.

Esse resultado evidencia que o Produto Educacional cumpre seu papel de fornecer informações relevantes e bem fundamentadas sobre financiamento e orçamento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), auxiliando na construção de uma visão mais clara e crítica sobre os desafios e as possibilidades dessa temática. A alta aprovação indica que o material tem potencial para sensibilizar gestores, servidores e demais agentes, fortalecendo o debate sobre a sustentabilidade financeira dos Institutos Federais e subsidiando ações estratégicas para a melhoria do planejamento e alocação de recursos na RFEPCT.

Questão 7 da avaliação do PE: Potencial de adaptabilidade e replicabilidade textual do conteúdo do PE para o público alvo interessado.

Gráfico 38 - Respostas da Questão 7 da avaliação do PE

Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2025).

A respeito do potencial de adaptabilidade e replicabilidade textual do conteúdo do PE para o público alvo interessado, 50,0% dos especialistas/pesquisadores consideraram o Relatório Técnico *Excelente*, 33,3% *Muito bom*, enquanto 16,7% avaliaram como *Bom*. Esse resultado indica que o material apresenta elevado grau de adaptabilidade e replicabilidade textual do conteúdo do PE para o público alvo interessado, facilitando a sua utilização e adaptação em diferentes contextos institucionais da RFEPCT.

A alta recomendação dos avaliadores *ad hoc* reforça que o elevado grau da adaptabilidade e de replicabilidade do Relatório Técnico indica que o texto pode ser ajustado aos diferentes contextos e culturas institucionais, de acordo com as necessidades específicas dos servidores, gestores e pesquisadores que atuam na área de financiamento público da EPT. Além disso, a avaliação positiva sugere que o Produto Educacional tem potencial para ser utilizado como referência para futuras análises da temática, processos formativos e aprofundamento dos estudos nessa área. A força da aplicabilidade do PE pode impactar positivamente em processos formativos para servidores que buscam conhecer mais profundamente o financiamento público e o orçamento dos Institutos Federais.

Questão 8 da avaliação do PE: Recomendação para aprimoramento deste PE.

Como esta questão foi apresentada de forma discursiva, as respostas dos avaliadores *ad hoc* foram sistematizadas no Quadro 10, como recomendações dos especialistas/pesquisadores para o aprimoramento do Relatório Técnico.

Quadro 10 - Quadro-síntese: recomendações apresentadas pelos especialistas/pesquisadores

P1	Escrever as siglas por extenso na primeira vez que aparecem no texto.
P2	Apresentar a legenda dos gráficos na ordem de importância atribuída pelos respondentes do questionário, a fim de facilitar a sua visualização.
P3	Apresentar exemplos práticos em que possam ser visualizadas as distorções do orçamento em virtude das diferenças regionais enfrentadas pelos IF's.
P4	Incluir (sugestão) um capítulo ou seção dedicada aos desafios contemporâneos do financiamento da EPT, com reflexões sobre possíveis soluções.
P5	Não há recomendação
P6	Nada a acrescentar

Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2025).

As recomendações oferecidas pelos especialistas/pesquisadores foram analisadas e atendidas na medida do possível. Embora algumas sugestões possam ter sido parcialmente ajustadas devido às limitações técnicas ou metodológicas. Reforçando o compromisso com a efetividade e relevância do material, foi empregado esforço para integrar as contribuições, dedicando especial atenção à transcrição das siglas, a reordenação das legendas apresentadas nos gráficos e a inclusão de uma seção apresentando os desafios contemporâneos do financiamento da EPT e as possíveis soluções.

Após o preenchimento do questionário foi solicitado ainda aos especialistas/pesquisadores que emitissem parecer apresentando uma descrição da validação do Produto Educacional, quanto à sua qualidade e a aplicabilidade na modalidade Relatório Técnico. Os pareceres foram tabulados no Quadro 11 demonstrado a seguir.

Quadro 11 - Quadro-síntese: pareceres emitidos pelos especialistas/pesquisadores

P1	O referido Produto Educacional é excelente para servidores dos Institutos Federais. Com ele todos podem ter maior clareza sobre o orçamento. Considero válido o PE.
P2	O relatório técnico avaliado se destaca por sua praticidade e intuitividade, tornando-se uma ferramenta acessível e funcional para os servidores dos Institutos Federais. Sua estrutura foi bem planejada, apresentando as informações de forma organizada, clara e objetiva, facilitando a compreensão e aplicação do conteúdo no contexto institucional.

P3	O produto apresentado é abrangente e bem estruturado, abordando desde os aspectos teóricos do orçamento público e dos IF's. A divisão em módulos facilita a compreensão e a assimilação dos conceitos, permitindo que o público-alvo, que inclui gestores educacionais, professores, estudantes e pesquisadores, possa acompanhar o material de forma progressiva. A temática abordada é de extrema relevância, considerando o papel estratégico dos Institutos Federais na promoção da educação profissional e tecnológica no Brasil. A compreensão do orçamento público e a execução orçamentária do IF's é fundamental para a transparência e a eficiência na gestão dos recursos, impactando diretamente a qualidade da educação ofertada. O produto contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos em relação às políticas públicas educacionais. O produto tem potencial para gerar um impacto significativo na formação de gestores e educadores, capacitando-os para uma gestão mais eficiente e transparente dos recursos públicos, além de promover a reflexão sobre os desafios orçamentários. Como sugestão poderia incluir mais estudos de caso para ilustrar a diversidade de realidades dos Institutos Federais, bem como ampliação da discussão sobre o impacto do orçamento na inclusão social e na redução das desigualdades regionais. No geral, é uma ferramenta valiosa para a compreensão e a gestão dos recursos financeiros destinados à educação profissional e tecnológica.
P4	O produto educacional "Financiamento Público da EPT nos Institutos Federais" demonstra uma sólida base teórica, com referências a legislações e estudos acadêmicos relevantes para o tema. A estrutura do material é funcional, com divisões claras entre os tópicos. O produto é uma iniciativa valiosa, que preenche uma lacuna importante no campo da gestão educacional. Embora apresente alguns pontos a serem aprimorados, sua relevância e potencial de aplicação são inegáveis. Com as melhorias sugeridas, o material poderá se consolidar como uma ferramenta indispensável para os profissionais da EPT.
P5	O produto demonstrou um alto nível de relevância ao abordar uma questão crítica para a sustentabilidade e expansão dos Institutos Federais. A linguagem utilizada é acessível, mesmo para aqueles que não possuem um conhecimento profundo em finanças públicas. A estrutura do produto é lógica e facilita a compreensão dos conceitos e procedimentos relacionados ao financiamento da EPT. Avalio, portanto, o produto educacional como um recurso de alta qualidade e grande aplicabilidade, com a capacidade de contribuir para a melhoria contínua da educação profissional e tecnológica nos Institutos Federais.
P6	Produto Educacional adequado às diretrizes da EPT.

Fonte: Elaborado pelo autor - Dados da Pesquisa (2025).

Os pareceres emitidos pelos especialistas/pesquisadores avaliam o produto educacional como altamente relevante, bem estruturado e de grande aplicabilidade para os servidores dos Institutos Federais. A clareza, a organização e a linguagem acessível são pontos fortes destacados, assim como o potencial do produto para melhorar a gestão dos recursos públicos e a formação de gestores mais capacitados. As sugestões de melhoria, como a inclusão de estudos de caso e a ampliação da discussão sobre inclusão social, indicam caminhos para aprimorar ainda mais o material. No geral, o produto é visto como uma contribuição valiosa e relevante para a Educação Profissional e Tecnológica.

O Produto Educacional segue como apêndice a esta dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O financiamento público da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nos Institutos Federais (IFs) constitui um pilar fundamental para o cumprimento de sua missão de promover educação de qualidade, integrada à pesquisa e à extensão, em sintonia com as demandas sociais e produtivas do país. No entanto, os desafios relacionados à sustentabilidade e à suficiência desses recursos financeiros têm sido uma constante, impactando diretamente o planejamento e a execução das atividades institucionais.

A dependência de fontes de financiamento vinculadas ao orçamento federal, muitas vezes sujeitas a cortes e instabilidades, tem limitado a capacidade dos IFs de expandir suas ações e manter a infraestrutura necessária para o desenvolvimento de suas atividades. Além disso, a complexidade dos processos burocráticos e a falta de flexibilidade na alocação dos recursos dificultam a adaptação às necessidades locais e regionais, gerando uma percepção de incompatibilidade entre o financiamento disponível e as reais demandas da EPT.

Diante desse cenário, a pesquisa iniciou com a revisão bibliográfica, a fim de realizar um levantamento dos estudos relacionados ao tema e identificar as lacunas presentes. A análise da literatura permitiu constatar que, embora existam discussões relevantes sobre o financiamento público da EPT nos Institutos Federais, há uma carência enorme de estudos que abordem esse assunto, haja vista a pouca produção de pesquisas relacionadas ao tema.

Além disso, identificou-se que grande parte das pesquisas existentes concentra-se em análises macroestruturais, deixando de lado as experiências e o posicionamento dos atores diretamente envolvidos no cotidiano institucional. Assim, identificou-se a lacuna em que baseou-se o presente estudo: a percepção dos servidores sobre a (in)compatibilidade entre os recursos disponíveis e as necessidades reais para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão.

A revisão bibliográfica revelou ainda um importante estudo conduzido por Rolin (2021), que propôs uma metodologia para calcular o custo-aluno-anual da Educação Profissional e Tecnológica, no campus Curitiba, do Instituto Federal do Paraná, em 2017. Os resultados indicaram que os cursos técnicos integrados ao

ensino médio possuem o maior custo por aluno, enquanto os cursos de pós-graduação *Lato Sensu* registraram o menor custo.

O estudo desenvolvido por Rolin (2021) se torna relevante, uma vez que, por força de lei os Institutos Federais são obrigados a ofertar no mínimo 50% de suas vagas para os cursos da educação profissional técnica de nível médio (Brasil, 2008). Assim, ao determinar que pelo menos metade das vagas sejam distribuídas em cursos com o maior custo por aluno, essa exigência legal acaba gerando uma pressão adicional sobre os já limitados recursos financeiros disponíveis.

A pesquisa documental, por sua vez, investigou os relatórios de gestão do Ministério da Educação (MEC) e dos 33 (trinta e três) Institutos Federais participantes da pesquisa. Ao analisar o relatório de gestão do MEC verificou-se que o orçamento destinado aos Institutos Federais corresponde a apenas 36,21% do destinado às Universidades Federais, mesmo os institutos atendendo uma quantidade maior de estudantes e a um custo por aluno muito mais elevado.

Essa discrepância orçamentária evidencia uma desproporção significativa na distribuição de recursos, especialmente considerando que os IFs possuem uma missão dupla: ofertar educação profissional técnica de nível médio (em diferentes modalidades) e superior, além de desenvolver atividades de pesquisa e extensão voltadas para as demandas locais e regionais.

A análise dos relatórios de gestão da RFEPECT também revelou que apenas 2% do orçamento dos Institutos Federais são aplicados em Investimentos, o que representa uma limitação significativa para a expansão e a modernização da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Tal cenário impacta diretamente nas ações institucionais para manter e ampliar a qualidade da EPT, uma vez que a falta de investimentos em laboratórios, equipamentos, tecnologias e obras de reforma e de expansão de infraestrutura compromete a oferta de cursos de formação profissional alinhados às demandas do setor produtivo e da sociedade.

O baixo investimento em infraestrutura foi percebido ainda pelos servidores participantes da pesquisa, quando 64,3% das opiniões destacaram as dificuldades na manutenção da infraestrutura como o maior impacto ocasionado pelo baixo financiamento público sobre o planejamento e o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração em suas instituições.

Essa percepção permanece quando 42,9% dos participantes da pesquisa consideraram que a ação realizada por suas instituições na distribuição do orçamento, que possibilita o maior crescimento no número de matrículas na EPT é o investimento em infraestrutura. Assim, a contradição entre a necessidade de investimentos e a escassez de recursos disponíveis evidencia um gargalo estrutural que precisa ser superado por meio de políticas públicas mais robustas, permanentes e alinhadas às reais demandas da EPT.

Todavia, vale manter a atenção acerca da necessidade de aprofundar os estudos relacionados ao número de matrículas das instituições da RFEPT, as suas taxas de evasão, bem como os indicadores do percentual relacionado à relação professor-aluno nas turmas dos cursos e diferentes modalidades de formação na EPT.

A pesquisa revelou ainda, que devido à escassez de recursos, muitas vezes os gestores dos Institutos Federais se veem obrigados a buscar recursos de Emendas Parlamentares, a fim de equilibrar as contas e/ou conseguir realizar obras e aquisição de equipamentos. Essa prática, embora possa trazer um alívio temporário para algumas demandas urgentes, apresenta uma série de desafios, contradições e limitações.

Em primeiro lugar, a dependência de emendas parlamentares torna o financiamento das instituições imprevisível e descontínuo, já que a liberação desses recursos está sujeita a interesses políticos e a processos burocráticos complexos. Além disso, nem sempre as emendas atendem às prioridades estratégicas dos Institutos Federais, podendo resultar em investimentos desconexos das reais necessidades locais e regionais.

A dependência das Emendas Parlamentares pode ainda comprometer a autonomia dos Institutos Federais, resultando na subordinação a interesses políticos. Por fim, a alocação de recursos por meio dessas emendas tende a intensificar as desigualdades entre as instituições, ocasionando disparidades no seu desenvolvimento.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa, refere-se ao modelo de aplicação da Matriz CONIF. Foram levantadas diversas críticas e considerações sobre os critérios adotados para a distribuição dos recursos, incluindo estudos que sugerem novas abordagens para a alocação orçamentária na Rede.

A Matriz CONIF, embora seja um instrumento importante para orientar a distribuição de recursos entre os Institutos Federais, tem sido alvo de

questionamentos por parte dos servidores e gestores, principalmente no que diz respeito à sua capacidade de refletir as reais necessidades e particularidades de cada instituição.

Entre as críticas mais frequentes, destacam-se a falta de transparência nos critérios de distribuição, a insuficiência de indicadores que considerem as desigualdades regionais e a ausência de mecanismos que priorizem investimentos em infraestrutura e inovação. Além disso, há uma percepção de que a matriz atual não consegue equilibrar adequadamente às demandas de expansão com a manutenção das atividades já existentes, gerando distorções que impactam negativamente o planejamento institucional.

Diante dessas limitações, a pesquisa aponta para a necessidade de revisão e aprimoramento da Matriz CONIF, com a incorporação de critérios mais justos, dinâmicos e alinhados às demandas estratégicas da EPT. Sugere-se, ainda, a adoção de modelos de alocação que considerem não apenas o número de matrículas, mas também indicadores de qualidade, eficiência e impacto social, possibilitando que os recursos sejam distribuídos de forma mais equitativa e eficaz. Essa revisão poderia contribuir para o planejamento de financiamento mais adequado às necessidades da RFEPECT, fortalecendo sua capacidade de cumprir sua missão educacional e social.

Por fim, a pesquisa apontou ainda, a necessidade urgente da diversificação das fontes de financiamento dos Institutos Federais. A dependência quase exclusiva de recursos orçamentários públicos federais, sujeitos a instabilidades e cortes, têm limitado a capacidade dessas instituições de planejar e executar suas atividades de forma sustentável.

A diversificação de fontes de financiamento, por meio de parcerias público-privadas, convênios com setores produtivos e demandantes de força de trabalho, captação de recursos internacionais e projetos de fomento à pesquisa, extensão e inovação, surge como alternativa viável para ampliar a disponibilidade de recursos e reduzir a vulnerabilidade financeira dos IFs. Ademais, a busca por fontes alternativas pode estimular a inovação e a aproximação com o setor produtivo, fortalecendo a conexão entre a formação oferecida e as demandas do mundo de trabalho.

No entanto, é fundamental que essa diversificação seja feita de forma estratégica, permitindo que os princípios e a missão pública dos Institutos Federais sejam preservados, sem comprometer sua autonomia e compromisso social. A pesquisa reforça, portanto, que a combinação de um financiamento público robusto e

estável com a exploração de novas fontes de recursos é essencial para promover a sustentabilidade e a excelência da RFEPECT.

Expressos os principais achados da pesquisa, consideram-se atendidos os objetivos específicos estabelecidos, bem como respondida a questão central da investigação, acerca da percepção dos servidores dos Institutos Federais quanto ao processo de financiamento público e sua (in)compatibilidade no planejamento das condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão/administração na EPT.

A pesquisa revelou que a percepção dos servidores é majoritariamente crítica em relação ao atual modelo de financiamento público, apontando uma incompatibilidade entre os recursos disponíveis e as demandas reais das instituições. Os participantes destacaram, de forma consistente, que a insuficiência de recursos impacta diretamente a manutenção da infraestrutura, a expansão da oferta de vagas e a qualidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Em síntese, os resultados confirmam que o atual modelo de financiamento é percebido como insuficiente e pouco alinhado às demandas da EPT, reforçando a necessidade de mudanças estruturais a fim de assegurar o pleno desenvolvimento das atividades institucionais e o cumprimento da missão social dos Institutos Federais.

Vale a pena ainda destacar que a pesquisa teve limitações decorrentes da greve dos servidores dos Institutos Federais, ocorrida entre os meses de março à junho de 2024, que coincidiu com o período de coleta das respostas do questionário *online*. Apesar dessas limitações, a pesquisa conseguiu alcançar uma amostra significativa e diversificada de participantes, permitindo a obtenção de dados relevantes e consistentes.

Os resultados da pesquisa sugerem, portanto, a necessidade de novos estudos que possam aprofundar o conhecimento e a análise da realidade do financiamento público das instituições da RFEPECT.

Apesar desses desafios, os achados da pesquisa contribuem de forma relevante para o debate sobre o financiamento da EPT e oferecem subsídios importantes para a elaboração de políticas públicas mais adequadas às necessidades dos Institutos Federais.

Diante das limitações encontradas e dos desdobramentos dos achados do estudo, para a execução de futuras pesquisas recomenda-se:

- Investigar as diferenças regionais na alocação e utilização dos recursos, considerando as particularidades socioeconômicas e as demandas locais, para identificar possíveis desigualdades e propor ajustes na distribuição orçamentária;
- Realizar pesquisas que acompanhem a evolução do financiamento e seus impactos ao longo do tempo, permitindo avaliar tendências e a eficácia das políticas públicas implementadas;
- Investigar experiências bem-sucedidas de diversificação de fontes de recursos, como parcerias público-privadas, captação de recursos internacionais e projetos de fomento, para identificar boas práticas que possam ser replicadas;
- Promover estudos específicos sobre os critérios e impactos da Matriz CONIF, com foco em propor ajustes que tornem a distribuição de recursos mais justa, transparente e alinhada às necessidades estratégicas da RFEPECT;
- Investigar como as emendas parlamentares têm sido utilizadas pelos Institutos Federais, avaliando sua eficácia e possíveis distorções, para propor mecanismos mais adequados de captação e aplicação de recursos;
- Desenvolver pesquisas que dialoguem diretamente com os formuladores de políticas públicas, apresentando evidências e recomendações concretas para a melhoria do financiamento da EPT.

Essas recomendações visam não apenas superar as limitações identificadas nesta pesquisa, como também aprofundar o conhecimento sobre os desafios e oportunidades relacionados ao financiamento da Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo para o fortalecimento dos Institutos Federais e o cumprimento de sua missão educacional e social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria das Graças Moreira de. **Execução orçamentária e políticas de financiamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**: 2016-2021. 2023. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27008>. Acesso em: 14 jan. 2024.

ANDRADE, M. D. P. Elementos Históricos do Financiamento Público da Educação Básica no Brasil. In: **I Jornada do HISTEDBR História sociedade e Educação no Brasil**; História da Escola Pública no Brasil, 2002, Salvador BA. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada1/jornada1anais.html. Acesso em: 28 jun. 2023.

ANDRADE, N. A. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. São Paulo: Atlas, 2002.

ANGÉLICO, J. **Contabilidade Pública**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

ARAÚJO, Marcelo Pereira de. **Financiamento da educação: análise orçamentária do ensino superior no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**. 2021. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20685>. Acesso em: 14 jan. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 10719**: informação e documentação - relatório técnico e/ou científico - apresentação. 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BARREDA, M. La calidad de la accountability de las democracias latino-americanas. **Revista Polital**. Vol. 2 Núm. 2 (2011), p. 15-26. Disponível em: <https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/polital/article/view/13936>. Acesso em 02 ago. 2024.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann. **La universidad latinoamericana ante los retos del siglo XXI**. Unión de Universidades de América Latina - UDUAL. Ciudad Universitaria, México, 2003.

BLANCHET, Luiz Alberto; LUBKE, Mariane Yuri Shiohara. Impedimentos à execução do orçamento impositivo e o prejuízo ao planejamento da atividade do Estado. **Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo**, Santa Fe, v. 7, n. 1, p. 93-112, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6559/655969162006/655969162006.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **A investigação qualitativa em educação**. Porto/Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.313**, de 22 de setembro de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7313.htm. Acesso: 30 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.566**, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitães dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário gratuito. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 15 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 9.203**, de 22 de novembro de 2017: dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/33419/10/decreto_%20n_9203_22_novembro_2017.pdf. Acesso em 29 abr. 2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso: 10 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 15 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso: 28 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.194**, de 20 de agosto de 2021. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14194.htm. Acesso: 09 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.303**, de 21 de janeiro de 2022. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14303.htm. Acesso: 25 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso: 10 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.131**, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9131.htm#art1. Acesso: 09 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 15 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico de Orçamento: MTO 2016**. Edição 2016. Brasília, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. **Responsabilização na administração pública**. São Paulo: Fundap, 2006.

BRITO, Wanderley Azevedo. **Planejamento de Produtos, Tecnologias e Processos Educacionais**. In: Metodologia de Pesquisa: material didático. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. Anápolis: IFG / ProfEPT, 2023.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CABRAL, T. L. de O. *et al.* A CAPES e suas sete décadas: trajetória da Pós-Graduação stricto sensu no Brasil. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 16, n. 36, p. 1–22, 2020. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1680>. Acesso em: 19 abr. 2024.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2024 – 2028**: versão preliminar em fase de consulta pública). Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/19122023_pnpg_2024_2028.pdf. Acesso em: 27 abr. 2024.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Geral e Pública**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CHIESORIN JÚNIOR, Laerzio. **A discricionariedade na execução orçamentária**. 2020. 132 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/68302/D%20>-

%20LAERZIO%20CHIESORIN%20JUNIOR.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 abr. 2024.

CLAD - Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento. A responsabilização na nova gestão pública latino-americana. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill (Coords.). **Responsabilização na administração pública**. São Paulo: Clad/Fundap, 2006. Disponível em: <https://www.bresserpareira.org.br/index.php/managerial-reform-of-the-state/managerial-reform-basic-texts/8330-2451>. Acesso em: 02 ago. 2024.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - CONIF. Fórum de Planejamento e Administração. **Metodologia da Matriz Orçamentária da Rede de Ensino Profissional e Tecnológico de 2022**. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/publicacoes>. Acesso em: 28 ago. 2023.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Greive Cynthia (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DAVIES, Nicholas. O financiamento da educação e seus desafios. **ECCOS – Rev. Cient.**, UNINOVE, São Paulo, v. 6, n. 1, 2008, p. 43-63. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/367>. Acesso em 14 abr. 2024.

DAVIES, Nicholas. O Financiamento da Educação Estatal no Brasil: velhos e novos desafios. **RBPAE**, v. 16, n. 2, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/25795>. Acesso em: 14 abr. 2024.

DAVIES, Nicholas. O financiamento da educação: breve histórico da legislação e seus percalços. **Pesquisa e Debate em Educação**, 2019, 9(2), 661–691. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2019.v9.30833>. Acesso em: 28 jun. 2023.

DENHARDT, R. B. **Teorias da administração pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DOURADO, Luiz Fernandes; MARQUES, Luciana Rosa; SILVA, Maria Vieira. Políticas de financiamento no Brasil contemporâneo. a corrosão do Estado e o direito à educação. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 15, n. 33, p. 663-688, set./dez. 2021. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1449>. Acesso em 14 abr. 2024.

DUARTE, C. S.; OLIVEIRA T. S. O financiamento das instituições federais de ensino superior: o caso da Universidade Federal de Goiás. **Revista Organização Sistêmica**. UNNINTER: Curitiba – PR. v. 2, n. 1, p. 102-118. 2012.

DUTRA, Norivan Lustosa Lisboa; BRISOLLA, Livia Santos. Impactos e rupturas na educação superior brasileira após a Emenda Constitucional 95/2016: o caso dos institutos federais. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, v. 10, n. 7, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/79581/56765>. Acesso em: 12 jan. 2024.

ESCOTT, Clarice Monteiro. História da Educação Profissional no Brasil: As Políticas Públicas e o Novo Cenário da Formação de Professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Anais do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil**, p. 1492-1508, 2012.

Disponível em:

https://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.51.pdf. Acesso em: 04 jul. 2023.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. São Paulo: Globo, 2001.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Emeline Maria Santana Benjamin. **Orçamento participativo como instrumento de gestão democrática: um estudo no Instituto Federal da Paraíba**. 2021. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21451>. Acesso em: 14 jan. 2024.

INÁCIO, Letícia. **Análise: Emendas Parlamentares no orçamento do conhecimento**. 2023. Disponível em: <https://observatoriodoconhecimento.org.br/observatorio-revela-dependencia-crescente-de-emendas-parlamentares/>. Acesso: 2 mai. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

CATARINENSE-IFC. **Relatório de Gestão 2022**. Disponível em:

<https://acessoainformacao.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/26/2023/03/Relatorio-de-Gestao-IFC-Previa-28.04.2023.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA-IFBA. **Relatório de Gestão 2022**. Disponível em:

https://portal.ifba.edu.br/proap/transparencia-arquivos/relatorios-de-gestao-do-ifba/relatorio_gestao_tcu_2022-final-1.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA-IFPB. **Relato Integrado 2022**. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/praf/assuntos/documentos-praf/Diretoria-de-Financas-e-Contabilidade/relato-integrado-2022-financeiro.pdf/view>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA-IFB. **Relatório de Gestão 2022**. Disponível em:

https://diretorios.ifb.edu.br/diretorios/1828/arquivos/download/RG_2022_-_P%C3%B3s_CS.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS-IFG. **Relatório Anual de Gestão (RAG) 2022**. Disponível em:

<http://www.ifg.edu.br/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 15 jun. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO-IFPE. **Relatório de Gestão 2022**. Disponível em:

<https://portal.ifpe.edu.br/wp-content/uploads/repositoriolegado/portal/documentos/VFRelatriodeGesto2022.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA-IFRR. **Relatório de Gestão IFRR 2022**. Disponível em: <https://reitoria.ifrr.edu.br/acessoainformacao/contas-anuais/relatorio-de-gestao-2022-ajustado/view>. Acesso em: 16 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA-IFSC. **Relatório de Gestão IFSC 2022**. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/d/documentos-norteadores/relatorio_de_gestao_2022_final_atualizado. Acesso em: 16 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO-IFSP. **Relatório de Gestão 2022**. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1hcpxFA_MLKEkNo8CvbGj9bKgq8YVCW5L/view. Acesso em: 16 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE-IFS. **Relatório de Gestão 2022**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ozzY5izYTgm7ociTBV3siTiVrh5YakcC/view>. Acesso em: 16 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ-IFAP. **Relatório de Gestão 2022**. Disponível em: <https://www.ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/4756-resolucao-16-2023-consup>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS-IFAM. **Relatório de Gestão 2022**. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/resultados>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ-IFCE. **Relatório de Gestão 2023 ano base 2022**. Disponível em: <https://ifce.edu.br/acesso-a-informacao/arquivos/relatorio-de-gestao-2023-ano-base-2022.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO-IFES. **Relatório Integrado de Gestão IFES 2022**. Disponível em: <https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/rg2022.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO-IFMA. **Relatório Integrado de Gestão IFMA Exercício 2022**. Disponível em: https://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2023/11/Relatorio-Completo-2023_DEZcomp.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL-IFMS. **Relatório de Gestão IFMS 2022**. Disponível em:

https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2022_ifms.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO-IFMT. **Relatório de Gestão 2022**. Disponível em: https://ifmt.edu.br/media/filer_public/9b/d5/9bd597c7-2508-4a59-91f4-00fa2860ec65/relatorio_de_gestao_2022.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS-IFNMG. **Relatório de Gestão 2022**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1CEtjye3DZFH-g29Q3BgMxONyhWPLpSYf/view>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ-IFPA. **Relatório de Gestão 2022**. Disponível em: <https://transparencia.ifpa.edu.br/arquivos/relatorios-de-gestao/100-relatorio-de-gestao-2022-do-ifpa-aprovado-resolucao-consup-ifpa-956-2023-2/file>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ-IFPR. **Relatório de Gestão 2022**. Disponível em: https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/04/relatorio_gestao_2022.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ-IFPI. **Relatório de Gestão Exercício 2022**. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao/2022/relatorio-de-gestao-2022.pdf/view>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO-IFRJ. **Relatório de Gestão Ano 2022**. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Reitoria/resolucao_117-2023_anexo.pdf. Acesso em: 16 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE-IFRN. **Relatório IFRN 2022**. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/5542/Relatorio_de_Gestao-IFRN2022.pdf. Acesso em: 16 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL-IFRS. **Relatório de Gestão Exercício 2022 IFRS**. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2023/04/Resolucao_011_2023_Relatorio-de-Gestao-2022_Final_ANEXO.pdf. Acesso em: 16 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO-IFSertãoPE. **Relatório de Gestão 2022**. Disponível em: https://ifsertao-pe.edu.br/images/Consup/2023/Resolucao_n_222023.pdf. Acesso em: 16 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS-IFSudesteMG. **Relatório de Gestão 2022**. Disponível em:

<https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2022>. Acesso em: 16 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS-IFSULDEMINAS. **Relatório de Gestão IFSULDEMINAS 2022**.

Disponível em:

https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/auditoria/relatoriodegestao/Relat%C3%B3rio-de-gestao_IFSULDEMINAS_2022_v03_Final.pdf. Acesso em: 16 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL RIO GRANDENSE-IFSUL. **Relatório de Gestão 2022**. Disponível em:

<https://www.ifsul.edu.br/component/k2/itemlist/category/16-pro-reitoria-de-administracao-e-planejamento>. Acesso em: 16 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS-IFTO. **Relatório de Gestão 2022**. Disponível em:

<https://portal.iftto.edu.br/iftto/colegiados/consup/documentos-aprovados/relatorios/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-exercicio-2022/relatorio-de-gestao-exercicio-2022.pdf/view>. Acesso em: 16 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO-IFTM. **Relatório de Gestão IFTM 2022**. Disponível em:

<https://iftm.edu.br/contas/download/2022/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202022%20-%20vers%C3%A3o%20final%20diagramada.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA-IFFar. **Relatório de Gestão do Exercício 2022**. Disponível em:

<https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar#relat%C3%B3rios-de-gest%C3%A3o>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE-IFF. **Relatório de Gestão 2022**. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/Acesso-a-Informacao/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2022/view>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO-IFGoiano. **Relatório de Gestão 2022**. Disponível em:

https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_2022.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

LEAL, Rogério Gesta. Controle de Integridade e Administração Pública: Sinergias Necessárias. **Sequência** (Florianópolis), v. 41, n. 86, p. 148-169, dez. 2020.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/72940>. Acesso em 23 abr. 2024.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. In: **7º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa**. Fortaleza: Atas CIAIQ, 2018, p 330- 339. Disponível em:

<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656/1609>. Acesso em: 08 jul. 2023.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Universidade tecnológica e redefinição da institucionalidade da educação profissional: concepções e práticas em disputa. In: MOLL, Jaqueline. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 141-158.

LIMA, D. V.; CASTRO, R G. **Contabilidade Pública**. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, Marcelo; MACIEL, Samanta Lopes. Os ataques em curso contra a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 22, e13780, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13780/pdf>. Acesso em: 12 jan. 2024.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUSTOSA DA COSTA, Frederico. História, narrativa e representações da administração pública brasileira. **Rev. Serv. Público**. Brasília. edição especial: Repensando o Estado Brasileiro. 31-52 dez. 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5367>. Acesso em 22 abr. 2024.

MACHADO, Celia Tanajura; FERREIRA, Liliana Soares Ferreira. Políticas de Gestão e Financiamento da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: uma análise das matrículas no Censo Escolar/INEP e a sua relação com os programas Brasil Profissionalizado e Pronatec. **PLURAIS - Revista Multidisciplinar**, 2019, V. 4 (3), p. 93. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/7784/5061>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Marina. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEZES, Mauricio Ferreira *et al.* Matriz de distribuição do orçamento para a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: análise crítica e proposição de um novo modelo. In: **16º Congresso Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica**. Porto Alegre: ALTEC, 2015, p 110- 119. Disponível em: <https://repositorio.altecasociacion.org/bitstream/handle/20.500.13048/1342/223.754.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 ago. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Expansão da Rede Federal**. Portal do MEC, 2023 b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 26 jun. 2023.

aluno matriculado versus aluno contabilizado. **Revista Foco**: Curitiba – PR. v.15. n.6. e. 573, p.01-18. 2022.

OLIVEIRA, Marla Sarmiento de. **O financiamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte: a execução orçamentária no período de 2009 a 2018**. 2020. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10732464. Acesso em: 14 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon Igor da Silveira. **Inventário das políticas de financiamento da Educação Profissional no Brasil e de suas fontes de recursos: um estudo do período colonial à segunda república (1530-1937)**. 2022. 276 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13039456. Acesso em: 14 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon Igor da Silveira; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. Inventariando o financiamento da Educação no período colonial e os primeiros indícios da educação profissional. **Revista Labor**, V. 2, N. 24, 2020a. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/59395/1/2020_art_risoliveiramasferreira.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon Igor da Silveira; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. Educação e Trabalho e Financiamento da Educação Profissional no Brasil: um mapeamento da produção do conhecimento. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, V. 2, 2020b. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11255>. Acesso em: 11 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon Igor da Silveira; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. A Emenda Constitucional nº 95/2016 e as Implicações para os Recursos da Assistência Estudantil do IFRN. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, v. 12, n. 7, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/109019>. Acesso em: 12 jan. 2024.

OTRANTO, C. R. Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFETs. **Revista RETTA**, v. 1, p. 89-110, 2010.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais**: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Natal: IFRN, 2010.

PANTOJA, Gabriel Gutiérrez. Los fines y opciones de la educacion superior a lo largo de la historia. **Revista de Antropología Experimental**. Nº 10, 2010. especial educación 4: 47-61. Universidade de Jaén, Espanha. Disponível em:

<http://revista.ujaen.es/huesped/rae/articulos2010/edu1004.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. A universidade da modernidade nos tempos atuais. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**; Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, p. 29-52, mar. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772009000100003>. Acesso em: 14 jul. 2023.

PEREIRA, Josué Vidal. Análise dos Recursos Financeiros Aplicados nas Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: 1996-2016. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/90201>. Acesso em: 11 jan. 2024.

PINHO, J. A. G. de; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343 a 1368, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6898>. Acesso em: 07 ago. 2024.

REDE INTEGRA. **Rede de Integração e Inovação na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**: 2025. Disponível em: <https://redeintegra.mec.gov.br/>. Acesso em 8 fev. 2025.

RIBEIRO, Bruno Pereira. **Uma proposta de material didático sobre o financiamento da Educação Profissional e Tecnológica [recurso eletrônico]**: abordagem a partir dos termos de execução descentralizada da bolsa-formação Pronatec. 2020. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10721532. Acesso em: 14 jan. 2024.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIZZATTI, Ivanise Maria *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. In: **Actio: Docência em Ciências**. v. 5, n. 2, 2020, p. 1-17. Disponível em <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em: 11 jul. 2023.

ROLIN, Evandro Cherubini. Desenvolvimento de Metodologia para o Cálculo do Custo-Aluno da Educação Profissional e Tecnológica no Campus Curitiba do Instituto Federal do Paraná. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, v. 11, n. 18, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/106054/64295>. Acesso em: 12 jan. 2024.

ROTA, Giovanna Montellato Storace. **Anulidade orçamentária e contratos administrativos**. 2018. 175 f. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico, Financeiro e Tributário) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tdc->

01102020-210350/publico/7214853_Dissertacao_Original.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

SAN MARTÍN, Héctor. Accountability y transparencia em la gestión pública: una propuesta. **Horizontes Empresariales**, Vol. 7 Núm. 1, 2008. Disponível em: <https://revistas.ubiobio.cl/index.php/HHEE/article/view/2049>. Acesso em: 02 ago. 2024.

SILVA, Argemiro César do Vale Verde de Lima. **Emendas Parlamentares Orçamentárias como mecanismo de Financiamento da Educação Pública: Uma análise no período de 2015 a 2021**. 2023. 147 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023. Disponível em: <http://www.tedebr.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/5020>. Acesso em: 19 nov. 2024.

SILVA, Edna L.; MENEZES, Estera M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SILVA, J. dos S. B. da, OLIVEIRA, R. I. da S., FERREIRA, M. A. dos S. (2021). A relação público-privado no financiamento da Educação Profissional. **Holos**, Ano 37, v.2, e12703, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/12703>. Acesso em: 11 jan. 2024.

SILVA, Maicom Juliano Sesterheim da. **O pensamento liberal, a dívida pública e a política brasileira: o superávit primário no orçamento federal e o impacto no financiamento das políticas sociais da Educação Profissional e Tecnológica**. 2022. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio Grandense, Charqueadas, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11311545. Acesso em: 14 jan. 2024.

SOUSA, Filipe Dias. **Alocação de recursos orçamentários por meio de Emendas Parlamentares nas instituições federais de ensino superior da Paraíba**. 2023. 89 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, 2023. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/31661/FILIPES%20DIAS%20DE%20SOUSA%20e2%80%93%20DISSERTA%20c3%87%20c3%83O%20%208PROFIAP%29%202023.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 nov. 2024.

SOUZA, J. A. J. *et al.* Concepções de universidade no Brasil: uma análise a partir da missão das universidades públicas federais brasileiras e dos modelos de universidade. **Revista Gestão Universitária na América Latina** – GUAL: Florianópolis – SC. v.6. n.4. Edição Especial, p. 216-233. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3193/319329765013.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2024.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a Pesquisa Qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

2025

Financiamento Público da EPT nos Institutos Federais: Relatório Técnico

Diego Inocência Amaral da Silva
Dr. Wanderley Azevedo de Brito



PRODUTO EDUCACIONAL

FINANCIAMENTO PÚBLICO DA EPT NOS INSTITUTOS FEDERAIS:
RELATÓRIO TÉCNICO

Diego Inocência Amaral da Silva
Dr. Wanderley Azevedo de Brito

PRODUTO EDUCACIONAL

Relatório Técnico

Autores:

Diego Inocência Amaral da Silva
Dr. Wanderley Azevedo de Brito

FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Diego Inocência Amaral da; BRITO, Wanderley Azevedo de.
Financiamento Público da EPT nos Institutos Federais: Relatório Técnico.
Anápolis: Instituto Federal de Goiás, Campus Anápolis, 2025, 72 p.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586 Silva, Diego Inocência Amaral da
Financiamento público da EPT nos Institutos Federais: relatório técnico
/ Diego Inocência Amaral da Silva; Wanderley Azevedo de Brito. -
Anápolis, 2025.
72 f.; il.

Orientador: Dr. Wanderley Azevedo de Brito.
Produto Técnico-Tecnológico (Mestrado) – Instituto Federal de
Educação Ciência e Tecnologia de Goiás: Campus Anápolis, Programa de
Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, 2025.

1. Financiamento público da educação. 2. Orçamento público. 3.
Educação profissional e tecnológica. 4. Institutos Federais. 5. Relatório
técnico. I. Wanderley Azevedo de Brito. II. Título.

CDD 371.206

Catalogação na publicação:
Thalita Franco dos Santos Dutra – CRB 1/2186

Licença Creative Commons



CC BY-NC

Esta licença permite que os usuários distribuam, remixem, adaptem e desenvolvam o material em qualquer meio ou formato apenas para fins não comerciais, e somente desde que a atribuição seja dada ao criador.



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT/IFG)

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO E VALIDAÇÃO DE PRODUTO EDUCACIONAL
(Modalidade da Sessão: Webconferência)

No dia 31 (trinta e um) do mês de março do ano de 2025, às 16 horas, no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) - Câmpus Anápolis, por meio de webconferência, deu-se a Defesa da Dissertação "**Financiamento Público no planejamento dos Institutos Federais: percepção dos servidores quanto às condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na EPT**" e a validação do Produto Educacional "Financiamento Público da EPT nos Institutos Federais: Relatório Técnico", de autoria de **Diego Inocêncio Amaral da Silva**, como requisito para a conclusão do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

Sob a presidência do Orientador e Presidente da Banca, **Prof. Dr. Wanderley Azevedo de Brito** - IFG/ProfEPT, a Banca Examinadora teve como Avaliador Interno, o **Prof. Dr. Timoteo Madaleno Vieira** - IFG/ProfEPT, e como Avaliador Externo, o **Prof. Dr. Denilson Pereira da Silva IFPI/Câmpus Teresina Central**.

Em sessão pública, após a apresentação da pesquisa e dos seus resultados, assim como a Defesa da Dissertação e do Produto Educacional pelo mestrando, os integrantes da Banca Examinadora fizeram as suas arguições, considerações e avaliações. Depois de se reunir em sala separada para avaliação e deliberação, a Banca Examinadora retornou à sala de Defesa pública para a proclamação do resultado. Assim, em conformidade com o Regulamento do ProfEPT e o Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Instituto Federal de Goiás (IFG), a Banca Examinadora manifestou-se pela **APROVAÇÃO** da Dissertação e do Produto Educacional de **Diego Inocêncio Amaral da Silva**.

Anápolis - GO, 31 de março de 2025.

Documento assinado eletronicamente por:

1. Prof. Dr. Wanderley Azevedo de Brito - IFG/ProfEPT
2. Prof. Dr. Timoteo Madaleno Vieira - IFG/ProfEPT
3. Prof. Dr. Denilson Pereira da Silva IFPI/Campus Teresina Central*
4. Diego Inocêncio Amaral da Silva - Discente/ProfEPT

*O presidente da Banca foi autorizado a fazer a transcrição da avaliação e assinar a Ata de Defesa da Dissertação em nome do Prof. Dr. Denilson Pereira da Silva IFPI/Campus Teresina Central.

- **Diego Inocencio Amaral da Silva, 20231060150108 - Discente**, em 23/04//2025 16:02:32.
- **Timoteo Madaleno Vieira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 23/04//2025 13:32:15.
- **Wanderley Azevedo de Brito, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 23/04//2025 13:22:42.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 03/04/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 635732
Código de Autenticação: 9dc852d339



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☐ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☒ Produto Técnico e Educacional - Tipo: Relatório Técnico | |

Nome Completo do Autor: **Diego Inocêncio Amaral da Silva**

Matrícula: **20231060150108**

Título do Trabalho: **Financiamento Público da EPT nos Institutos Federais: Relatório Técnico**

Autorização - Marque uma das opções

1. ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
☐ Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Goiânia, 12 de abril de 2025.

DIEGO INOCÊNCIO
Diego Inocêncio Amaral da Silva
matrícula nº 20231060150108

SOBRE OS AUTORES



Diego Inocência Amaral da Silva

diego.inocencio@ifg.edu.br

Mestrando em Educação pelo Instituto Federal de Goiás no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura. Graduado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Assistente em Administração no Instituto Federal de Goiás.



Wanderley Azevedo de Brito

wanderley.brito@ifg.edu.br

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Mestre em Educação e Pós-Graduado, com Especialização em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Goiás. Graduado em História pela Universidade de Araraquara - UNIARA. Professor efetivo de História no Instituto Federal de Goiás (IFG) desde 2010. Docente e pesquisador no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) – Instituição Associada campus Anápolis/IFG. Atualmente é Diretor de Pós-Graduação na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPPG) no IFG.

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

Programa: Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Instituição: Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), tendo como Instituição Associada o Instituto Federal de Goiás (IFG), Campus Anápolis.

URL: <http://www.ifg.edu.br/profept>

Título do Produto Educacional: Financiamento Público da EPT nos Institutos Federais: Relatório Técnico.

Origem do Produto Educacional: Trabalho de dissertação intitulado “Financiamento Público no planejamento dos Institutos Federais: percepção dos Servidores quanto às condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão na EPT”.

Área de Conhecimento: Ensino.

Área de concentração: Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Categoria do Produto Educacional: Relatório Técnico.

Modalidade do Produto Educacional: Relatório de pesquisa.

Público-alvo: Servidores e comunidade escolar dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Finalidade: Compartilhar com integrantes da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) uma análise crítica dos mecanismos, desafios e impactos associados ao Financiamento Público nos Institutos Federais, com o propósito de fornecer subsídios fundamentados para a formulação de políticas eficazes, que visem promover o desenvolvimento educacional e institucional.

Estruturação do Produto Educacional: Este Relatório técnico está organizado em 6 seções, apresentando o percurso metodológico; os conceitos e estrutura de um relatório técnico; o processo de destinação orçamentária aos Institutos Federais; a percepção dos servidores dos IFs acerca do processo de financiamento público da EPT; os desafios contemporâneos do financiamento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão na EPT e as conclusões e recomendações.

Registro do Produto Educacional / Ano: Biblioteca Clarice Lispector do Campus Anápolis do Instituto Federal de Goiás (IFG) / 2025.

Avaliação do Produto Educacional: O produto foi avaliado por especialistas/pesquisadores da RFEPCT e por 3 (três) professores doutores membros da Banca de Defesa da Dissertação.

Disponibilidade: Irrestrita, preservando-se os direitos autorais bem como a proibição do uso comercial do produto.

Divulgação: Em formato digital.

Idioma: Português.

Cidade: Anápolis.

País: Brasil.

RESUMO

O presente Produto Educacional (PE) apresenta como tema o Financiamento Público da ETP nos Institutos Federais: Relatório Técnico. O estudo tem por objetivo compartilhar com integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPC) a realidade acerca do Financiamento Público da ETP nos Institutos Federais, almejando realizar uma análise crítica e aprofundada dos mecanismos, desafios e impactos associados ao financiamento público, com o propósito de fornecer subsídios fundamentados para a formulação de políticas eficazes, que visem promover o desenvolvimento educacional e institucional. A abordagem desse estudo é qualitativa e do tipo exploratória, tendo como técnicas de coleta de dados a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e o questionário, tendo como recorte temporal os anos de 2019 a 2023. As bases teóricas estão fundamentadas nos estudos de Silva (2023), Brito (2021), Furasté (2006), Medeiros (2000), Marconi e Lakatos (2006), Rizzatti (2020), Oliveira *et. al.* (2022) e Nuintin *et. al.* (2014). Assim, pretendeu-se com o PE oferecer dados da realidade do financiamento público da RFEPC que subsidiem estudos de planejamento da Rede. A pesquisa apontou a necessidade de melhorias no modelo de cálculo da Matriz CONIF, de priorização do orçamento da RFEPC para atendimento de demandas relacionadas a infraestrutura dos *campi* e capacitação dos servidores, além de discutir as oportunidades de captação de recursos externos.

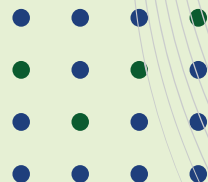
PALAVRAS-CHAVE: Financiamento Público da Educação, Orçamento Público, Educação Profissional e Tecnológica, Institutos Federais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. PERCURSO METODOLÓGICO	15
2. CONCEITOS E ESTRUTURA DE UM RELATÓRIO TÉCNICO	18
2.1. Relatório Técnico	18
2.2. Estrutura do Relatório Técnico	19
3. PROCESSO DE DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AOS INSTITUTOS FEDERAIS	22
3.1. Destinação de recursos para a educação	22
3.2. Processo de distribuição orçamentária pela Matriz CONIF	25
3.3. Alcance e efetividade do CONIF sobre o Financiamento das Instituições da RFEPCT	28
3.4. Críticas ao modelo de execução da Matriz CONIF	30
4. PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DOS IFS ACERCA DO PROCESSO DE FINANCIAMENTO PÚBLICO DA EPT	34
4.1. Principais áreas afetadas pelo subfinanciamento da EPT	34
4.2. Descompasso entre as prioridades de financiamento e as demandas acadêmicas e científicas	38
4.3. Capacitação de Servidores e Cursos de Aperfeiçoamento	39
4.4. Suficiência e nível de satisfação do financiamento público para a RFEPCT	41
5. DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO, INOVAÇÃO E GESTÃO NA EPT	48
5.1. Principais Desafios da Insuficiência do Financiamento Público das atividades da RFEPCT	48
5.2. Reflexões sobre possíveis soluções para a insuficiência do Financiamento Público das atividades da RFEPCT	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	63
REFERÊNCIAS	68



Introdução



INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) são instituições de ensino de extrema relevância na formação técnica e tecnológica, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento socioeconômico das diferentes regiões do país. Nesse contexto, o estudo do processo de financiamento público para a Educação Profissional e Tecnológica (ETP) surge como um componente necessário para a compreensão do funcionamento e a sustentabilidade dessas instituições.

O atual cenário de financiamento público para a ETP nos Institutos Federais é marcado por uma série de desafios complexos e interconectados. Restrições orçamentárias, oscilações nos repasses e a ausência de uma política de investimento consistente geram impactos diretos na capacidade dessas instituições de cumprir sua missão institucional.

Esse Produto Educacional visa a realizar uma análise crítica e aprofundada dos mecanismos, desafios e impactos associados ao financiamento público da EPT, com o propósito de fornecer subsídios fundamentados para a formulação de políticas públicas eficazes, que possam contribuir no processo de alocação orçamentária dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Por estar dentro do escopo da Linha de Pesquisa de Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, a pesquisa buscou, compreender as práticas educativas no planejamento da gestão, que impactam diretamente o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas instituições vinculadas à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT).

Por meio dessa investigação, pretende-se contribuir para o aprimoramento das práticas educativas e de gestão, que colaborem na formulação de políticas públicas mais eficazes na área da Educação Profissional e Tecnológica, além de fornecer *insights* sobre os desafios enfrentados pelas instituições da RFEPECT, no que se refere ao financiamento público.

A complexidade da gestão educacional, aliada à diversidade de cursos e demandas específicas da ETP, torna essencial uma análise criteriosa a

respeito do seu financiamento. Dessa forma, a compreensão profunda dessas concepções não apenas pode fornecer subsídios para a tomada de decisões institucionais, mas também busca contribuir para o aprimoramento das políticas públicas educacionais.

Seguindo essa premissa, o presente produto educacional tem como objetivo compartilhar com integrantes da RFEPECT a realidade acerca do Financiamento Público da ETP nos Institutos Federais, investigando a dinâmica do orçamento federal destinado a estas instituições, evidenciando o processo de construção da matriz orçamentária (CONIF) e apresentando a percepção dos servidores dos IFs acerca do processo de financiamento público da EPT e discorre sobre os principais desafios da insuficiência do financiamento público e propõe possíveis soluções.

Para cumprir esse objetivo, o produto educacional está dividido em 6 seções, apresentando o percurso metodológico; os conceitos e estrutura de um relatório técnico; o processo de destinação orçamentária aos Institutos Federais; a percepção dos servidores dos IFs acerca do processo de financiamento público da EPT; os desafios contemporâneos do financiamento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão na EPT e, por fim, as considerações finais e as recomendações.

A primeira seção, denominada **percurso metodológico**, tem como objetivo detalhar as escolhas metodológicas adotadas ao longo da pesquisa, abrangendo desde a definição da abordagem até a seleção dos métodos de coleta e análise de dados, além das ferramentas e técnicas empregadas para fundamentar a investigação.

Definido o percurso metodológico, a segunda seção se dedica a apresentar os principais **conceitos e estrutura de um relatório técnico**, destacando sua importância como instrumento de sistematização e comunicação científica para a tomada de decisão. Nesta seção, são abordadas as diretrizes para a elaboração desse tipo de documento, discute-se a padronização do documento, considerando as normas e as diretrizes aplicáveis.

O embasamento teórico é apresentado na terceira seção, intitulada **processo de destinação orçamentária aos Institutos Federais**. Nessa seção

são abordados os principais fundamentos legais sobre o financiamento público da educação, bem como a forma de distribuição e aplicação dos recursos pela matriz CONIF aos Institutos Federais.

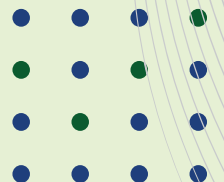
A quarta seção, dedica-se a apresentar e analisar a **percepção dos servidores dos IFs acerca do processo de financiamento público da EPT**. O levantamento foi realizado por meio de um questionário *online*, aplicado via plataforma *Google Forms*, com a participação de servidores pertencentes aos 33 (trinta e três) Institutos Federais que integraram a pesquisa.

A quinta seção, **desafios contemporâneos do financiamento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão na EPT**, apresenta os principais desafios ocasionados pela insuficiência do financiamento público, bem como reflete sobre as possíveis soluções, a fim de mitigar a escassez do orçamento público federal.

Finalmente a sexta seção, **considerações finais e recomendações**, apresenta as contradições, os limites, os desafios e as oportunidades identificadas na pesquisa, buscando proporcionar *insights* a fim de possibilitar o aprimoramento da gestão dos recursos públicos da EPT nos IFs.



Percurso Metodológico



1. PERCURSO METODOLÓGICO

Nos programas de mestrados profissionais na Área de Ensino, de acordo com as diretrizes da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), é obrigatório o desenvolvimento de um Produto Educacional (PE) que esteja diretamente ligado ao problema de pesquisa e tenha aderência à uma das Linhas de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação.

Esse PE é considerado uma parte essencial da pesquisa e integra a dissertação, que inclui a descrição e análise das pesquisas realizadas (leite, 2018).

Dentro desse grupo de programas de pós-graduação, está incluído o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), que oferece o Curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Esse curso é oferecido pela Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), presente em todos os estados do Brasil, incluindo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, Campus Anápolis.

O Produto Educacional é conceituado por Rizzatti *et. al.*, (2020, p. 4) como “o resultado tangível oriundo de um processo gerado a partir de uma atividade de pesquisa”. Sua elaboração deve, portanto, se desenvolver objetivando responder a uma pergunta/problema proveniente do campo de prática profissional, podendo se constituir em um artefato real ou virtual, ou ainda em um processo que deve ser aplicado com o público alvo da investigação.

A fim de cumprir tal requisito, bem como o quinto objetivo específico do estudo, foi elaborado o presente Produto Educacional, do tipo Relatório Técnico, no formato digital, a partir do estudo do referencial teórico e dos resultados da pesquisa. A Norma Brasileira NBR 10719:2015 estabelece que, relatório técnico e/ou científico é o “documento que descreve formalmente o progresso ou resultado de pesquisa científica e/ou técnica” (ABNT, 2015, p. 3).

Para a elaboração deste Produto Educacional, foram consideradas as análises dos dados obtidos na pesquisa apresentada na dissertação intitulada “Financiamento Público no planejamento dos Institutos Federais: percepção dos Servidores quanto às condições necessárias ao desenvolvimento das atividades

de Ensino, Pesquisa e Extensão na EPT”, vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

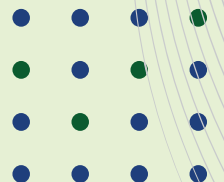
Os dados foram coletados por meio de três instrumentos: revisão bibliográfica, pesquisa documental e questionário *online*, possibilitando a identificação das principais questões relacionadas ao financiamento público da Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais.

A revisão bibliográfica forneceu uma base teórica sólida, enquanto a pesquisa documental trouxe informações específicas sobre os relatórios de gestão institucionais. O questionário online, por sua vez, capturou as percepções e experiências dos profissionais diretamente envolvidos na gestão e execução dos recursos financeiros.

A partir dos resultados apontados na pesquisa, o Produto Educacional foi estruturado de forma a abordar a dinâmica do orçamento federal destinado aos Institutos Federais, explicando em detalhes o processo de formulação da matriz orçamentária (CONIF), expondo a percepção dos servidores dos IFs sobre o financiamento público da EPT, além de analisar os principais desafios decorrentes da insuficiência de recursos e de soluções possíveis.



Conceitos e estrutura de um Relatório Técnico



2. CONCEITOS E ESTRUTURA DE UM RELATÓRIO TÉCNICO

2.1. Relatório Técnico

O Relatório Técnico é um tipo de documento utilizado no meio acadêmico e científico para apresentar, de maneira clara, objetiva e estruturada, os resultados de uma pesquisa ou estudo técnico. Sua principal função é divulgar os métodos, os processos e as conclusões alcançadas durante a realização de uma investigação, seja ela de natureza científica, tecnológica ou de qualquer outro campo de conhecimento.

Diferente de outros textos acadêmicos, como artigos ou ensaios, o relatório técnico busca não apenas informar, mas também fornecer evidências e descrições detalhadas que permitam aos leitores compreender a metodologia adotada, os dados obtidos e as interpretações realizadas pelos pesquisadores. Esse tipo de texto tem como público-alvo tanto a comunidade acadêmica - composta por professores, pesquisadores e estudantes - quanto outros profissionais ou públicos interessados no tema abordado.

Segundo Garcia (2006, p. 401), o relatório é "um dos tipos mais comuns de redação técnica, dada a variedade de feições que assume". Conforme destacado por esse autor, a especificidade do relatório é evidenciada pelo seu papel abrangente em práticas discursivas distintas. Essa abrangência engloba desde a esfera acadêmica, representada pela sua presença em revistas científicas, até o ambiente corporativo, tanto em empresas privadas quanto em organizações públicas.

O relatório técnico-científico caracteriza-se como um documento formal que registra os resultados ou avanços obtidos em uma investigação de pesquisa e desenvolvimento, ou que descreve a situação de uma questão técnica ou científica (Furasté, 2006). Esse tipo de relatório organiza de maneira sistemática as informações destinadas a um leitor avançado, apresenta conclusões e recomendações. A sua elaboração ocorre em conformidade com a função e a responsabilidade de um organismo ou pessoa ao qual está vinculado.

Outros autores, a exemplo de Medeiros (2000) e Marconi e Lakatos (2006), abordam o gênero do relatório de pesquisa. Embora utilizem terminologia distinta, ambos convergem ao destacar que esse tipo de documento compartilha objetivos semelhantes ao relatório técnico-científico, além de apresentar uma estrutura arquitetônica equivalente.

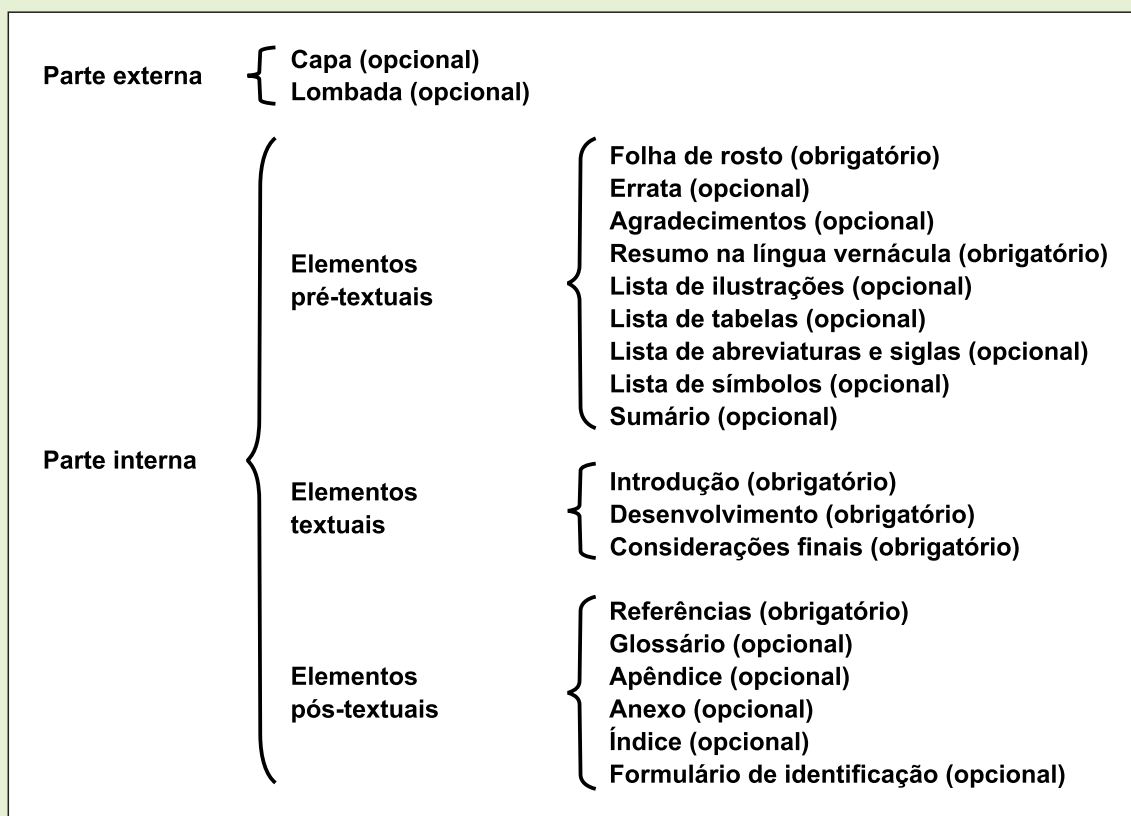
Segundo Medeiros (2000), a função sociocomunicativa do gênero relatório técnico-científico, reside na realização de uma descrição objetiva dos eventos ocorridos durante a pesquisa, incluindo a análise dos dados, formulação de conclusões e tomada de decisões. Por outro lado, Marconi e Lakatos (2006) definem o relatório de pesquisa como um registro dos resultados obtidos em uma investigação, englobando as fases de coleta de dados, codificação, tabulação, tratamento estatístico, análise e interpretação.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por sua vez, por meio da Norma Brasileira NBR 10719, que tem como objetivo apresentar “os princípios gerais para a elaboração e a apresentação de relatório técnico e/ou científico” (ABNT 2015, p.1) e atualizar as prescrições dadas pelas versões de 1989 e 2011, estabelece que relatório técnico e/ou científico é o “documento que descreve formalmente o progresso ou resultado de pesquisa científica e/ou técnica” (ABNT 2015, p.3).

2.2. Estrutura do Relatório Técnico

A NBR 10719 apresenta a estrutura do relatório técnico científico dividindo-o em duas partes distintas, a saber: Parte externa e Parte interna, que são detalhados com seus desdobramentos no esquema a seguir:

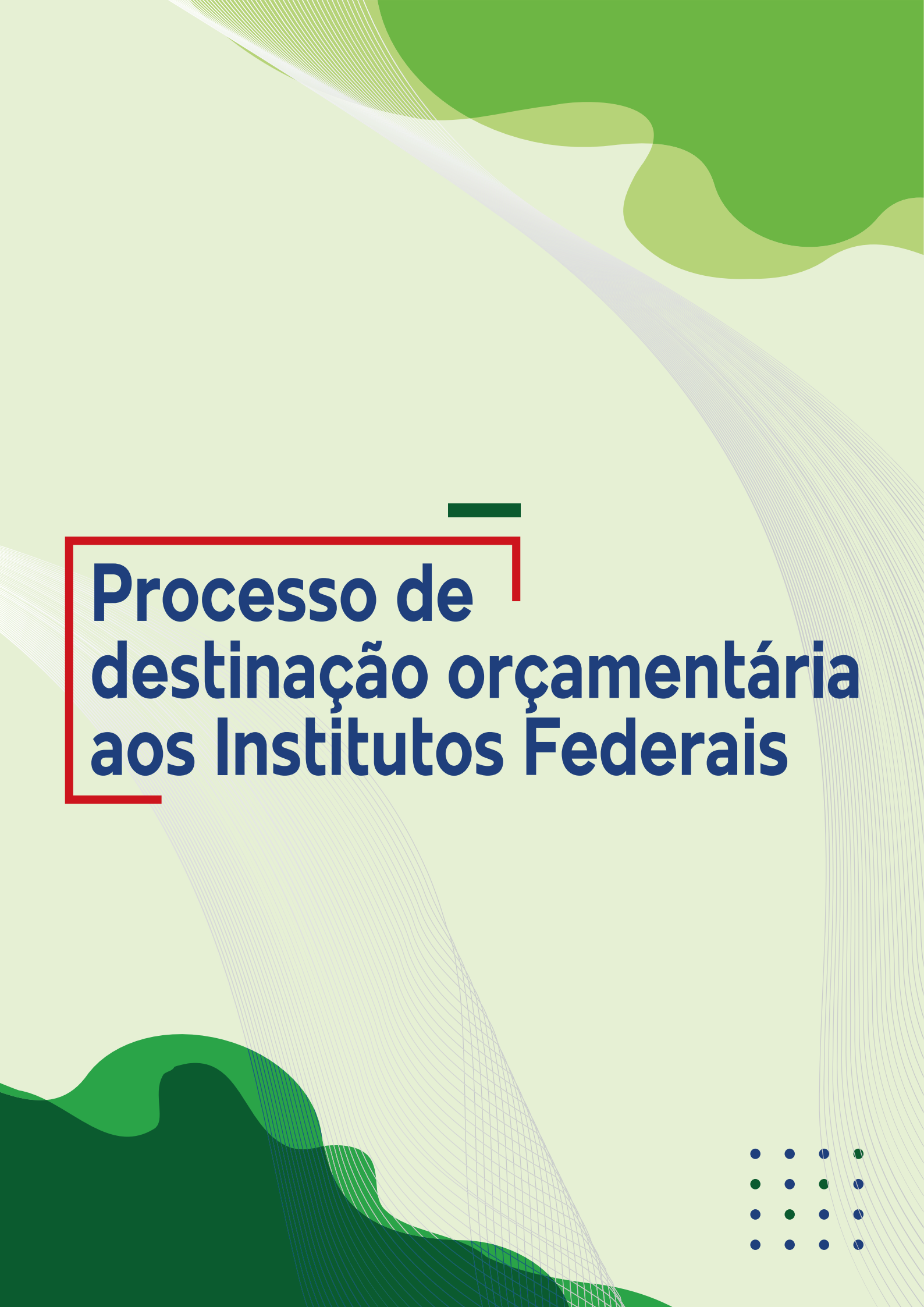
Esquema 1 - Estrutura do relatório técnico e/ou científico



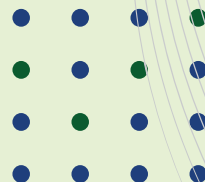
Fonte: ABNT (2015, p.4)

Os componentes delineados no esquema acima são apresentados em seqüências descritivas, em subitens, explicitados no decorrer da norma científica, como por exemplo o item 3.8 (ABNT 2015, p. 2) que define que capa é a "proteção externa sobre a qual se imprimem as informações indispensáveis à sua identificação". No desdobramento dos subitens da norma são contempladas as diretrizes gerais de apresentação, abrangendo aspectos como formato, paginação, numeração progressiva, títulos sem indicativo numérico, orientações e notas de rodapé, siglas, equações e fórmulas, bem como ilustrações e tabelas. Para concluir, a norma prevê ainda, um anexo que propõe um formulário de identificação do relatório.

Após a contextualização dos conceitos e da estrutura de um relatório técnico discorre-se a seguir sobre o financiamento público dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.



Processo de destinação orçamentária aos Institutos Federais



3. PROCESSO DE DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AOS INSTITUTOS FEDERAIS

3.1. Destinação de recursos para a educação

A Carta Magna da República de 1988, nos artigos 6º e 205, determina que a educação é um direito social e no Art. 206 define como um princípio a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Esse documento constitucional institui os mecanismos de financiamento da educação pública, determinando as despesas compulsórias que devem ser realizadas pelos governos nas três esferas de poder (federal, estadual e municipal). Prevê ainda a vinculação desse financiamento à estrutura tributária, define as obrigações dos entes federativos e as formas de prestação de contas (Brasil, 1988, arts. 6º, 205 e 206).

Os recursos destinados para a educação pública são regulamentados ainda pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que estabelece que estes são provenientes de diversas fontes, quais sejam: receitas de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; receitas de transferências constitucionais e outras transferências; receitas provenientes do salário-educação e outras contribuições sociais; receitas geradas por incentivos fiscais; outros recursos estipulados por lei (Brasil, 1996, art. 68).

De igual modo, as receitas para o orçamento das Universidades Federais e dos Institutos Federais são provenientes de diversas fontes. Isso inclui recursos do Tesouro Nacional; recursos arrecadados internamente, conhecidos como Recursos Próprios; recursos provenientes de emendas parlamentares; bem como recursos obtidos através de contratos e convênios firmados com órgãos públicos e empresas privadas (Nuintin, 2016).

Segundo Rota (2018), para que esses recursos possam ser efetivamente utilizados é necessário que estejam discriminados na Lei Orçamentária Anual (LOA), uma vez que nenhum programa ou projeto pode ser iniciado sem a sua inclusão na LOA, e nenhuma despesa pode ser efetuada sem os correspondentes créditos orçamentários.

O processo de execução da LOA constitui-se de cinco etapas distintas: Planejamento; Elaboração; Aprovação; Execução e Fiscalização, conforme detalhado na Figura 1 a seguir:

Figura 1 - Fluxo da Lei Orçamentária Anual (LOA)



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

01

PLANEJAMENTO

O fluxo inicia-se com a etapa de **Planejamento**, que leva em consideração as diretrizes e metas quadrienais estabelecidas pelo Plano Plurianual (PPA) e as prioridades definidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Isso aponta para o detalhamento do orçamento para a construção da proposta da LOA (Miloni, Behr e Goularte, 2015).

02

ELABORAÇÃO

Na próxima etapa, **Elaboração**, o Poder Executivo elabora a proposta da LOA, com base nas diretrizes da LDO. Esta etapa conta ainda, com a análise técnica realizada por órgãos como o Ministério da Economia ou Secretarias de Planejamento (Miloni, Behr e Goularte, 2015).

03

APROVAÇÃO

Na etapa de **Aprovação**, a proposta da LOA é enviada ao Congresso Nacional (Câmara e Senado). Os deputados e senadores, por sua vez, analisam e votam a proposta. Após a aprovação, o presidente da república sanciona ou veta partes da lei (Miloni, Behr e Goularte, 2015).

04

EXECUÇÃO

Na etapa de **Execução**, os recursos são liberados conforme a aprovação da LOA, o que possibilita que os órgãos públicos executem as despesas de acordo com o planejado (Miloni, Behr e Goularte, 2015).

05

FISCALIZAÇÃO

Por fim, na etapa de **Fiscalização**, o acompanhamento da execução do orçamento é realizado pelo Poder Legislativo, pelos Tribunais de Contas e pela sociedade civil. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 2000) determina ainda, que os gestores públicos devem prestar contas sobre a execução orçamentária (Brasil, 2000, arts. 56 a 59).

3.2. Processo de distribuição orçamentária pela Matriz CONIF

Especificamente tratando dos Institutos Federais, o Decreto nº 7.313, de 22 de setembro de 2010, regulamenta os procedimentos orçamentários e financeiros vinculados ao exercício da autonomia administrativa e monetária dessas instituições. A alocação dos recursos é realizada por meio de uma matriz de distribuição elaborada:

Por comissão paritária, constituída no âmbito do Ministério da Educação, integrada por membros indicados pelo colegiado de reitores dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e por aquele Ministério (Brasil, 2010, Art. 4º, § 1º).

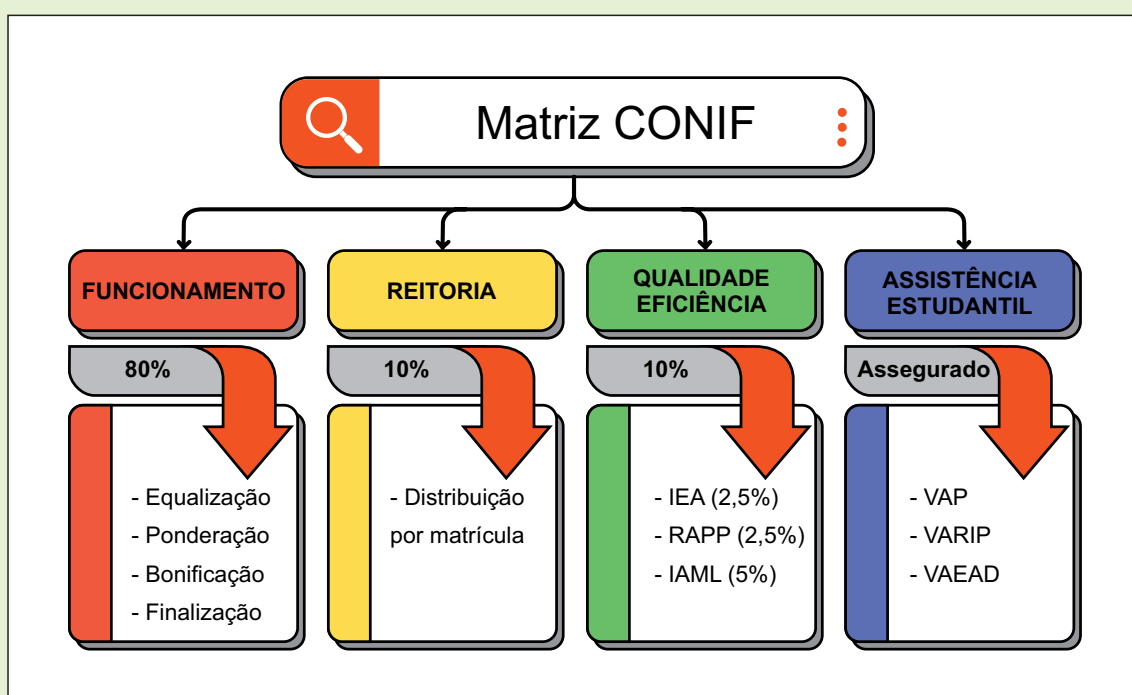
O Conselho Nacional das Instituições de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) é o órgão colegiado que representa as entidades que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT). Anualmente, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), o CONIF busca os recursos necessários para financiar as atividades dos Institutos Federais. O montante é calculado com base no orçamento do ano em curso, ajustado pela inflação acumulada e considerando projeções de crescimento nas matrículas (Oliveira, 2022).

Com a determinação do montante na Lei Orçamentária Anual (LOA), o CONIF inicia o processo de distribuição desse recurso, seguindo uma abordagem proporcional ao tamanho de cada Instituto e baseada em critérios técnicos. Para tal, foi elaborada uma matriz, denominada Matriz CONIF, na qual o orçamento anual da Rede é alocado entre as reitorias e os *campi* (Oliveira, 2022).

Para a distribuição orçamentária são considerados diversos elementos, como a quantidade de matrículas, aspectos específicos dos cursos (incluindo carga horária), bem como fatores como o eixo tecnológico de atuação e as características individuais de cada campus. Essa ferramenta desempenha um papel fundamental ao direcionar recursos, principalmente, para o custeio das instituições (Oliveira, 2022).

A **Matriz Orçamentária do CONIF**, conforme observado na Figura 2, é composta por quatro blocos, sendo eles: Funcionamento; Reitoria; Qualidade e Eficiência; Assistência Estudantil. Destaca-se que nos blocos de "Funcionamento" e "Assistência Estudantil", a distribuição orçamentária ocorre no nível das Unidades Acadêmicas. Enquanto nos blocos "Reitoria" e "Qualidade e Eficiência" a distribuição orçamentária se dá no nível das Instituições (CONIF, 2022).

Figura 2 - Distribuição da Matriz CONIF



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Do total de recursos a serem distribuídos, a primeira etapa consiste na reserva de uma parcela destinada à manutenção da Assistência Estudantil (AE). O montante remanescente é então repartido com base em critérios específicos, sendo 80% para o Funcionamento dos *campi*; 10% para a Reitoria; e os outros 10% de acordo os índices de Qualidade e Eficiência (Oliveira, 2022).



ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

No bloco de **Assistência Estudantil**, os valores são calculados com base em três componentes: o Valor da Assistência Presencial; o Valor da Assistência RIP (Regime de Internato Pleno) e o Valor da Assistência EAD (Educação a Distância). A definição desses valores ocorre a partir do montante do ano anterior, ajustado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pela variação percentual do número de matrículas em relação ao ano anterior (CONIF, 2022).

Do total de recursos destinados à Assistência Estudantil (AE), 25% são distribuídos com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), enquanto os 75% restantes são definidos de acordo com a renda dos alunos. Para os estudantes em Regime de Internato Pleno (RIP), é estabelecido um percentual específico dentro da AE, a partir do qual se realiza um cálculo que divide a quantidade unitária pela quantidade total de beneficiários (Oliveira, 2022).



FUNCIONAMENTO

Para composição do bloco de **Funcionamento**, após descontado o valor da Assistência Estudantil, 80% do orçamento é distribuído levando em consideração o cálculo da matrícula total, que é constituído por quatro etapas: Equalização, Ponderação, Bonificação e Finalização das Matrículas Base (Oliveira, 2022).

A etapa de **Equalização**, busca padronizar todos os ciclos oferecidos conforme suas respectivas cargas horárias. Em seguida, na etapa de **Ponderação**, aplique-se os pesos específicos atribuídos a cada curso sobre as matrículas equalizadas. Na etapa **Bonificação**, adiciona-se um bônus aos cursos da área de agropecuária, considerando a necessidade de manutenção das estruturas em condições de fazenda. Por fim, na etapa de **Finalização**, as Matrículas Ponderadas são somadas ao bônus concedido aos cursos agropecuários (CONIF, 2022).



REITORIA

Para formação do bloco **Reitoria**, como estas não possuem matrículas vinculadas, depois de descontado o valor da Assistência Estudantil, 10% do orçamento são destinados às reitorias de cada instituição, utilizando-se para a distribuição o cálculo da matrícula total empregado no bloco Funcionamento (Oliveira, 2022).



QUALIDADE E EFICIÊNCIA

Os 10% restantes dos recursos são distribuídos com base nos índices de eficiência, compondo o bloco Qualidade e Eficiência, que se fundamenta em três indicadores principais. O primeiro é o **Índice de Eficiência Acadêmica Equalizado (IEA)**, que corresponde a 2,5% dos recursos e utiliza a média de eficiência da RFEPECT, conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha (CONIF, 2022).

O segundo indicador é a **Relação Aluno-Professor Presencial Equalizada (RAPP)**, que equivale a 2,5% dos recursos e adota como referência a meta legal de 20 alunos por professor, conforme previsto na Lei nº 13.005/2014. Finalmente, o **Índice de Atendimento ao Marco Legal Equalizado (IAML)**, que totaliza 5% dos recursos e considera a média ponderada dos percentuais legais previstos no artigo 8º, da Lei nº 11.892/2008 (CONIF, 2022).

3.3. Alcance e efetividade do CONIF sobre o Financiamento das Instituições da RFEPECT

O Conselho Nacional das Instituições de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) ocupa uma posição estratégica dentro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), sendo responsável por representar as entidades que compõem a rede e atuar na busca

por recursos financeiros necessários à execução das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

A partir de sua relação com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), o CONIF tem como função pleitear o financiamento das Instituições Federais de Ensino (IFs), sendo um ator importante nas discussões orçamentárias no âmbito federal. No entanto, uma análise crítica das suas atribuições e das reais conquistas do órgão revela uma contradição latente entre as suas ações e a escassez de recursos que, ano após ano, impacta a redução do orçamento destinado à RFEPECT, quanto às condições necessárias para atendimento da infraestrutura e sustentação de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Uma das principais críticas ao CONIF está na sua aparente baixa capacidade de influir de maneira significativa nas discussões orçamentárias, resultando em um reduzido efeito de atuação diante dos cortes sucessivos no orçamento da RFEPECT. Apesar de sua missão de buscar recursos junto ao MEC, o Conselho não tem conseguido reverter o cenário de subfinanciamento e de redução progressiva das verbas destinadas às instituições da RFEPECT.

O corte de verbas no orçamento federal, tem gerado um cenário em que os Institutos enfrentam sérias dificuldades financeiras, comprometendo suas atividades essenciais. O montante destinado à educação, que é estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA), não reflete as reais necessidades dessas instituições, sendo incompatível com as demandas para a manutenção e expansão de suas atividades, como ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Além da escassez de recursos, uma análise mais aprofundada revela as contradições e o tratamento desigual do governo federal entre as universidades federais e as instituições da RFEPECT, no que diz respeito à composição da LOA e ao financiamento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Historicamente, as universidades federais têm sido mais bem atendidas em termos de orçamento e financiamento público federal, quando comparadas com as instituições da RFEPECT, como os Institutos Federais. Embora ambas as categorias de instituições pertençam ao mesmo sistema educacional público federal, a alocação de recursos é fortemente desigual.

Enquanto as universidades federais, com suas estruturas de ensino superior e centros de pesquisa, recebem uma fatia considerável do orçamento destinado à educação, os Institutos Federais, que têm uma missão mais abrangente e diversa, enfrentam um cenário de cortes contínuos e recursos insuficientes.

3.4. Críticas ao modelo de execução da Matriz CONIF

Embora a Matriz CONIF represente um esforço significativo de planejamento e gestão coletiva, ela também evidencia contradições e limites. Entre os principais desafios está a necessidade de atualização constante dos indicadores utilizados, de forma a refletir as mudanças no perfil das matrículas e nas demandas educacionais.

Ao longo dos anos diversas críticas e apontamentos foram realizados sobre os critérios estabelecidos para a distribuição dos recursos, inclusive estudos propondo novos modelos de alocação orçamentária para a Rede. Fonseca (2019, p. 68), por exemplo, é categórico ao afirmar que a Matriz CONIF “é uma metodologia predatória e que não atende as especificidades de cada Instituição e características relativas às ações finalísticas não são levadas em consideração”.

Menezes (2015) corrobora essa crítica e destaca que:

A Matriz não considera também critérios que contemplem as desigualdades regionais no tocante aos custos de aquisição de bens e serviços necessários à manutenção e funcionamento dos Institutos Federais (Menezes, 2015, p. 7).

Ao não observar adequadamente as particularidades de instituições localizadas em regiões remotas ou com condições socioeconômicas desfavoráveis, a matriz gera desigualdades na distribuição de recursos, penalizando as instituições afetadas ao não levar em consideração o custo elevado de operação em determinadas regiões.

A maneira como o orçamento é aplicado também tem um impacto direto no desempenho das ações institucionais, influenciando a qualidade da oferta educacional, o desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão e inovação,

além de manutenção da infraestrutura necessária para atender às demandas da comunidade acadêmica. A não utilização de indicadores de desempenho na Matriz CONIF acaba por impactar diretamente as instituições como disserta Menezes (2015):

Diante do estudo realizado, foi detectado que falta à Matriz CONIF a utilização de indicadores de desempenho que avaliem a qualidade e a produtividade das instituições, o resultado do serviço prestado à sociedade e a eficiência e eficácia do gasto, com a intenção de constituir um vínculo entre as ações de gestão, especialmente no que concerne à alocação de recursos financeiros, com o desempenho das instituições avaliado por meio destes indicadores (Menezes, 2015, p. 8).

Além da forma como os recursos são distribuídos, questiona-se também a maneira como a execução orçamentária ocorre, especialmente no que diz respeito à ausência de padronização e de critérios técnicos preestabelecidos, o que pode ocasionar em má gestão do orçamento como aborda Fonseca (2019):

A consequência da falta de padronização, de utilização de critérios técnicos, baseados no desempenho, para a execução orçamentária acaba por causar distorções, na medida em que, cada gestor gasta o recurso da maneira que acredita ser conveniente, não se preocupando com os resultados da alocação. Percebe-se que no final do exercício financeiro alguns dos campi, acabam por devolver recursos mal estimados e não utilizados, outros deixam de contemplar algumas ações que são importantes para a missão institucional para priorizar outras despesas (Fonseca 2019, p.61).

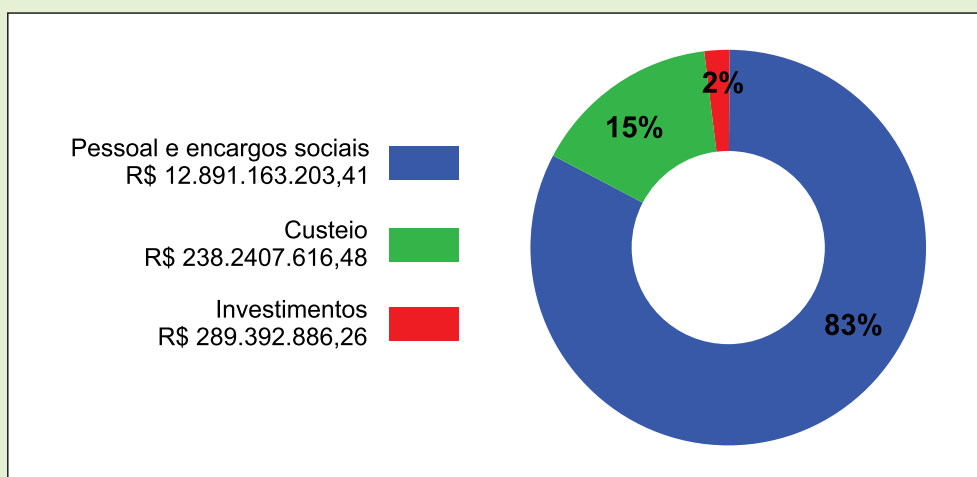
A execução orçamentária não traduz apenas um reflexo da distribuição de recursos, mas também se trata de uma etapa crítica que pode impactar a qualidade e a efetividade das atividades acadêmicas, de pesquisa, extensão e inovação nos Institutos Federais. A eficiência e a transparência na gestão dos recursos são fundamentais para possibilitar que as metas institucionais sejam alcançadas, especialmente em um contexto de restrições orçamentárias.

A pesquisa documental contida na Dissertação “Financiamento Público no planejamento dos Institutos Federais: percepção dos Servidores quanto às condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão na EPT” e integrada a esse relatório técnico, possibilitou ainda a análise dos Relatórios Anuais de Gestão (RAGs) das instituições participantes. Foram compilados os dados referentes aos trinta e três institutos Federais que

concederam a anuência para a pesquisa. Os RAGs apreciados são referentes ao exercício financeiro de 2022, disponibilizados em meados de 2023.

Os dados foram organizados em uma planilha, categorizando as informações orçamentárias de acordo com os Grupos de Natureza de Despesa (GND), com ênfase nas despesas relacionadas a Pessoal e Encargos Sociais, Custeio e Investimentos. Ao somar esses dados chegou-se ao Gráfico 1 que dispõe sobre a distribuição por GND no orçamento nos Institutos Federais no ano de 2022.

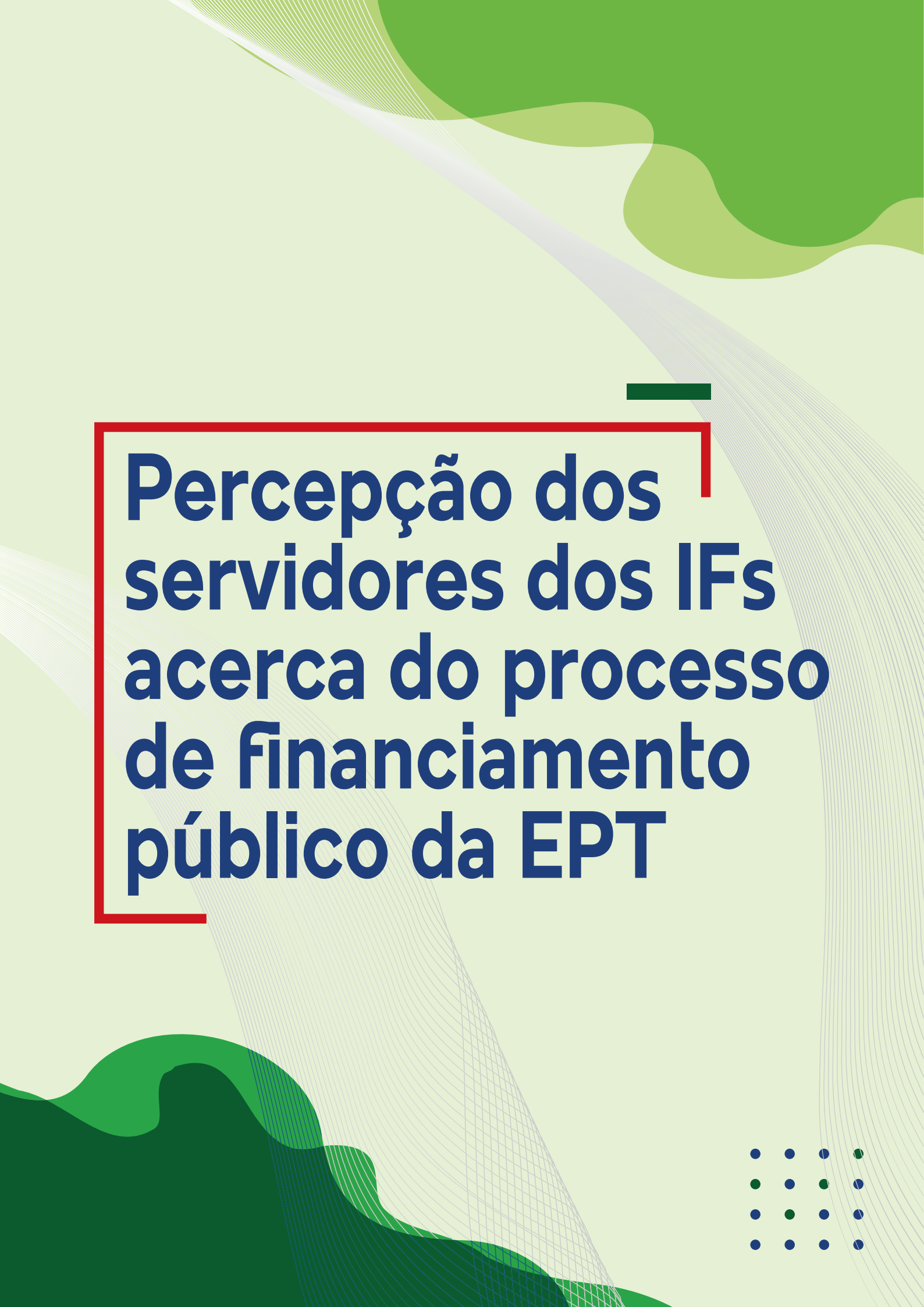
Gráfico 1 - Distribuição por GND no orçamento dos 33 IFs



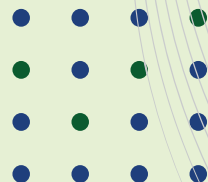
Fonte: Elaborado pelos autores - Dados da Pesquisa (2024).

A análise do Gráfico 1 revela que a maior parte do orçamento, equivalente a 83%, é destinado às despesas com Pessoal e Encargos Sociais. Em seguida, 15% do orçamento é direcionado para despesas de Custeio, destinadas à manutenção e ao funcionamento das instituições, enquanto apenas 2% é aplicado em Investimentos.

O baixo valor aplicado em investimentos compromete a capacidade dessas instituições de expandir e modernizar sua infraestrutura, adquirir equipamentos atualizados e implementar novas tecnologias. A limitação financeira e os constantes cortes orçamentários também impactam o desenvolvimento e o cumprimento das atividades precípuas das instituições da RFEPECT. Essa limitação, inclusive, é percebida pelos servidores dos Institutos Federais como detalhado na seção a seguir.



Percepção dos servidores dos IFs acerca do processo de financiamento público da EPT



4. PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DOS IFS ACERCA DO PROCESSO DE FINANCIAMENTO PÚBLICO DA EPT

4.1. Principais áreas afetadas pelo subfinanciamento da EPT

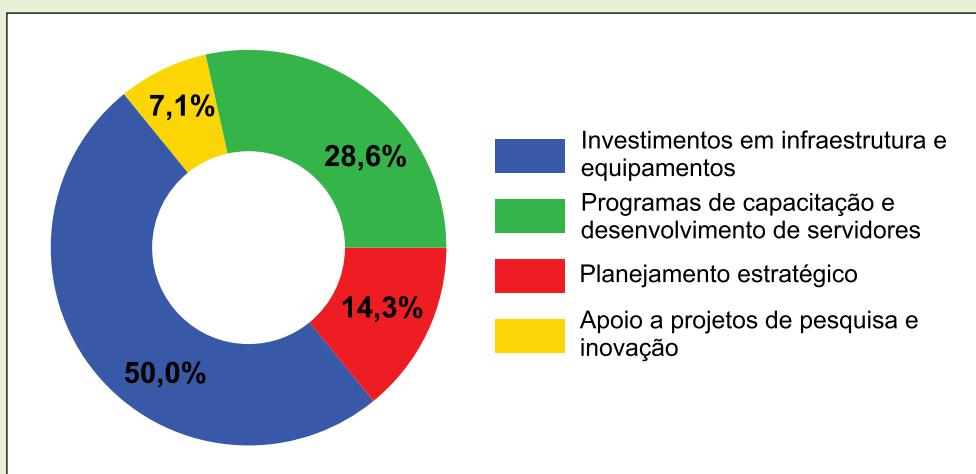
Diante do panorama exposto, a pesquisa ainda buscou investigar qual é a percepção dos servidores dos Institutos Federais quanto ao processo de financiamento público e a sua (in)compatibilidade no planejamento das condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão/administração na EPT? A fim de responder este questionamento foi utilizado um questionário *online* aplicado com os servidores das pró-reitorias de administração das instituições da RFEPECT participantes da pesquisa.

Dentre as questões apresentadas, destacam-se a seguir aquelas relacionadas aos investimentos e a aplicação dos recursos financeiros nas instituições pesquisadas. Ressalta-se a relevância de avaliar a percepção dos servidores envolvidos diretamente na gestão da execução orçamentária, a fim de verificar a capacidade dessas instituições ao utilizarem os recursos de forma estratégica para cumprir suas funções de ensino, pesquisa e extensão.

Como pode ser observado no Gráfico 2, quando os servidores são questionados sobre qual decisão de gestão e administração é mais afetada pelo valor do orçamento em suas instituições, 50% dos participantes apontaram os investimentos em infraestrutura e equipamentos como os mais impactados.

Em seguida, 28,6% destacaram os programas de capacitação e desenvolvimento de servidores, enquanto apenas 14,3% indicaram o planejamento estratégico como a atividade institucional mais prejudicada pelo orçamento disponível.

Gráfico 2 - Decisões de gestão mais afetadas pelo valor do orçamento



Fonte: Elaborado pelos autores - Dados da Pesquisa (2024).

Esses dados revelam que, na visão dos servidores, as áreas relacionadas à construção, ampliação, manutenção da infraestrutura e à atualização das instalações e equipamentos são as mais afetadas pela limitação orçamentária nos institutos, evidenciando uma precarização significativa nessas atividades.

É importante notar que os participantes da pesquisa não indicaram as atividades de ensino, pesquisa e extensão como importantes dimensões negativamente impactadas pelo baixo valor do orçamento ou pelos cortes orçamentários.

Embora os participantes da pesquisa sejam servidores que integram áreas de atividades meio das instituições da RFEPC e, portanto, não estejam diretamente ligados às atividades fim, é relevante refletir porque eles não indicaram as atividades de ensino, pesquisa e extensão com prioridades para o planejamento do financiamento educacional. Por que os servidores não indicaram que as decisões de gestão nas áreas de orçamento/financiamento têm impactos diretos nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação?

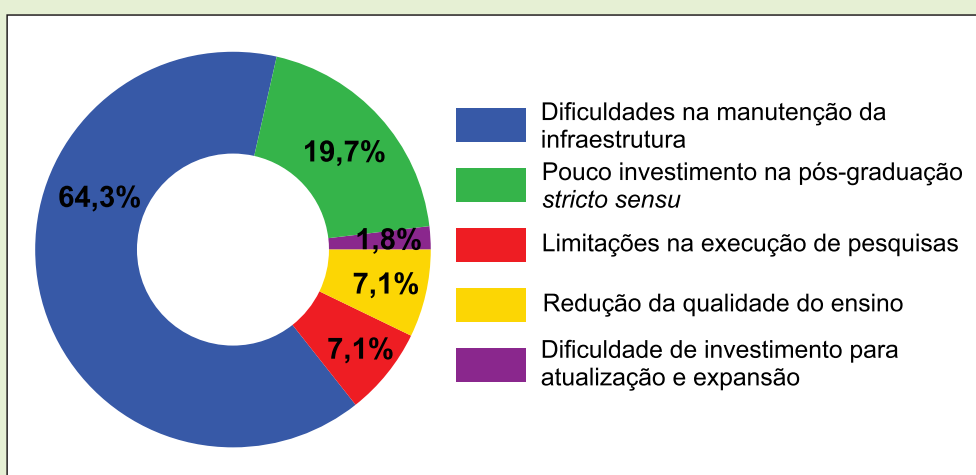
A realidade educacional nas instituições da RFEPC indica que são necessários investimentos condizentes para formação continuada e contratação de servidores que visam o atendimento da qualidade acadêmico-científica das

atividades de ensino, pesquisa e extensão, em cumprimento à função precípua dessas instituições.

Acrescenta-se a isso, a necessidade de que as instâncias responsáveis pelo financiamento da EPT levem em consideração que, por força de lei, os IFs devem atuar nos diferentes níveis e modalidades da educação. Isso implica em planejamento de carga horária específica para atendimento dessa especificidade.

Outra vez ao serem questionados sobre o principal impacto do baixo financiamento público no planejamento e desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração em suas instituições, a maioria dos participantes, representando 64,3%, destacou as dificuldades relacionadas à manutenção da infraestrutura, conforme apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Principais impactos do baixo financiamento público



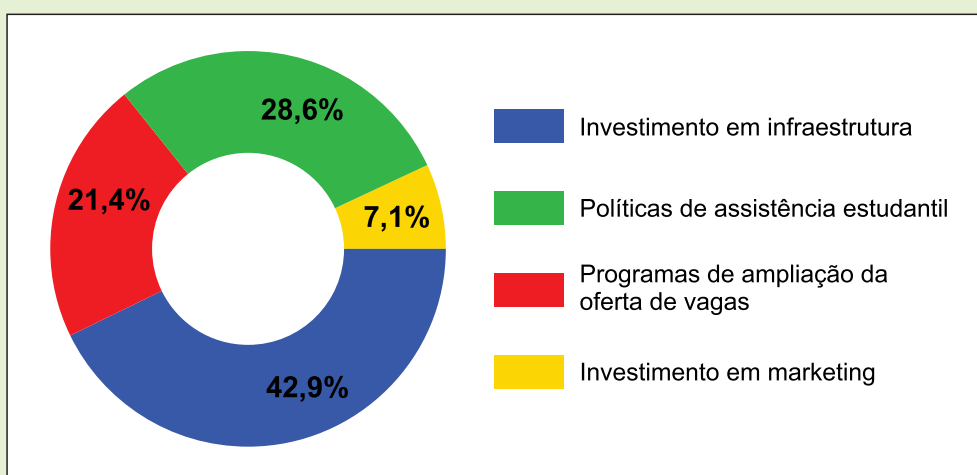
Fonte: Elaborado pelos autores - Dados da Pesquisa (2024).

Esses dados evidenciam uma preocupação central com as condições físicas e operacionais das instituições, demonstrando como a insuficiência de recursos para a manutenção de laboratórios, bibliotecas, salas de aula e outros espaços fundamentais pode comprometer diretamente a qualidade do ambiente educacional. Essa carência não apenas afeta as atividades acadêmicas e administrativas, mas também restringe o potencial de desenvolvimento e inovação, limitando a capacidade das instituições de atender adequadamente às demandas e de promover avanços na educação, pesquisa e extensão.

Novamente é importante notar que os participantes da pesquisa não indicaram as atividades de ensino, pesquisa e extensão como dimensões negativamente mais impactadas pelo baixo valor do orçamento ou pelos cortes orçamentários.

A respeito das ações realizadas pelas instituições, na distribuição do orçamento, que possibilitam o maior crescimento no número de matrículas na EPT, o Gráfico 4 demonstra que 42,9% dos participantes da pesquisa acreditam que o investimento em infraestrutura é a principal ação realizada por sua instituição para possibilitar o aumento no número de matrículas. Essa percepção é seguida pela importância atribuída às políticas de assistência estudantil, apontadas por 28,6% dos respondentes, e pelos programas de ampliação da oferta de vagas, destacados por 21,4% dos participantes.

Gráfico 4 - Ações que possibilitam o maior crescimento no número de matrículas



Fonte: Elaborado pelos autores - Dados da Pesquisa (2024).

Esse resultado destaca a relevância de ações voltadas para a criação, ampliação, reforma e manutenção das infraestruturas das unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPC), como fatores essenciais para a expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Laboratórios, salas de aula, bibliotecas e outros espaços de ensino são fundamentais para atender à crescente demanda por uma educação técnica e profissional de qualidade, permitindo que essas instituições possam oferecer condições adequadas de aprendizagem e formação para os estudantes.

É interessante destacar ainda que 7,1% dos participantes da pesquisa apontaram a necessidade de investimento em marketing a fim de possibilitar o maior crescimento no número de matrículas na EPT, entretanto a legislação impõe limites a ações dessa natureza, uma vez que estas devem seguir normas como o Decreto nº 6.555/2029, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e a Lei nº 12.232/2010, que regulamenta as contratações de publicidade por órgãos públicos.

Na prática, apesar dos Institutos Federais poderem investir em publicidade institucional, esta deve ser realizada para fins informativos e educativos, não sendo permitido o direcionamento de recursos para ações de marketing que visem a captação de alunos ou promoção institucional sem justificativa legal. Para investimentos nesse sentido, é necessário seguir rigorosamente as diretrizes da administração pública e os critérios estabelecidos pela legislação vigente.

4.2. Descompasso entre as prioridades de financiamento e as demandas acadêmicas e científicas

As respostas apresentadas a partir dos participantes da pesquisa acerca do financiamento e da alocação de recursos para as instituições da RFEPT, indicam priorização das demandas de infraestrutura e equipamentos, juntamente com a crescente ênfase na capacitação de servidores, em detrimento de investimentos diretos nas atividades precípuas de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

De acordo com estudos de gestão pública e financiamento educacional, uma das razões para o foco na priorização de infraestrutura e equipamentos está no caráter imediato e visível dessas demandas. A infraestrutura física das instituições, como modernização de laboratórios, construção de novos campus e aquisição de novos equipamentos, apresenta resultados tangíveis e perceptíveis para a sociedade e gestores. Esse tipo de investimento, além de ser mais facilmente quantificável e mensurável, também ajuda as instituições a atender às crescentes demandas por acesso à educação profissionalizante e tecnológica, que vêm sendo fomentadas pelo governo.

Contudo, essa priorização muitas vezes acaba por desviar os recursos de outras áreas essenciais, como o financiamento de projetos de ensino, pesquisa, inovação e programas de pós-graduação, áreas que possuem impactos mais longos e menos evidentes no curto prazo, mas fundamentais para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Segundo a pesquisa de Silva e Almeida (2019), a disparidade no orçamento destinado à infraestrutura e capacitação e ao orçamento destinado às atividades acadêmicas gera um descompasso no desenvolvimento institucional das instituições públicas de ensino superior.

De acordo com estudos de gestão pública e financiamento educacional, uma das razões para a priorização de infraestrutura e equipamentos pode estar no caráter imediato e visível dessas demandas. A infraestrutura física das instituições, como modernização de laboratórios, construção de novos campus e aquisição de novos equipamentos, apresenta resultados tangíveis e perceptíveis para gestores e para a comunidade externa. Além disso, esse tipo de investimento pode ser mais facilmente quantificável e mensurável para os servidores que atuam na gestão e no planejamento das instituições da RFEPECT.

De acordo com Lima (2020), a infraestrutura é frequentemente priorizada no orçamento devido à necessidade de atender rapidamente às demandas de expansão e possibilitar a modernização das instalações para acomodar o aumento da demanda por educação técnica e tecnológica.

Já Souza (2021) ressalta que investimentos em infraestrutura podem receber mais atenção para mostrar resultados rápidos e concretos, especialmente em períodos de cortes orçamentários, momentos em que as ações administrativas visam proporcionar visibilidade e eficiência na gestão dessas instituições.

4.3. Capacitação de Servidores e Cursos de Aperfeiçoamento

Outro ponto frequentemente mencionado em estudos sobre gestão orçamentária é a ênfase crescente em capacitação profissional, tanto para os servidores técnicos-administrativos quanto para os gestores. O financiamento

para capacitação contínua, incluindo cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, muitas vezes pode aparecer como prioridades, em comparação com as demandas acadêmicas diretas, como o ensino, a pesquisa científica ou o desenvolvimento de novos currículos, metodologias e tecnologias voltadas para o ensino.

Uma possível explicação para esse foco é que as capacitações estão frequentemente vinculadas à necessidade de ajustes na gestão e ao aperfeiçoamento da administração pública. Conforme observa Costa (2018):

A capacitação dos servidores, especialmente em tempos de contenção orçamentária, tem se tornado uma prioridade estratégica nas universidades federais, com o intuito de melhorar a gestão e a execução das políticas educacionais, porém, essa priorização pode comprometer o foco nas atividades acadêmicas e na pesquisa científica, uma vez que a alocação de recursos tende a se concentrar nas ações administrativas e operacionais (Costa, 2018, p. 112).

Ao mesmo tempo, os investimentos na capacitação de servidores são fortemente defendidos, pois essas ações impactam diretamente na progressão funcional e em suas carreiras profissionais.

Almeida (2020), por sua vez, aponta que:

A oferta de cursos de capacitação para servidores administrativos nas universidades e institutos federais tem se intensificado, com o objetivo de qualificar a gestão pública e campis maior eficiência nos processos. No entanto, esse foco tem levado à diminuição dos recursos disponíveis para atividades de ensino e pesquisa, essenciais para a consolidação de uma educação de qualidade, refletindo uma ineficiência nas alocações orçamentárias, que acaba desviando o objetivo central das instituições de ensino superior (Almeida, 2020, p. 156).

A crescente complexidade administrativa dos Institutos Federais, com a gestão de parques recursos exige que os servidores se atualizem constantemente para lidar com as novas exigências fiscais, burocráticas e de gestão de projetos. Esse movimento, contudo, frequentemente desvia a atenção dos gestores para a organização interna das instituições e não para o fomento direto às atividades fundamentais de ensino, pesquisa e inovação, conforme prevê a Lei 11.892/2008 (Brasil, 2008).

A disparidade entre o financiamento de infraestrutura e as necessidades acadêmicas (ensino, pesquisa, extensão e inovação) pode ter implicações

profundas para o desenvolvimento da qualidade acadêmica, técnica, tecnológica e científica. Pinheiro (2021) sugere que o subfinanciamento das atividades de ensino e pesquisa reduz a capacidade das instituições de inovar, de desenvolver novos conhecimentos e de preparar os alunos para os desafios do mercado de trabalho e da sociedade.

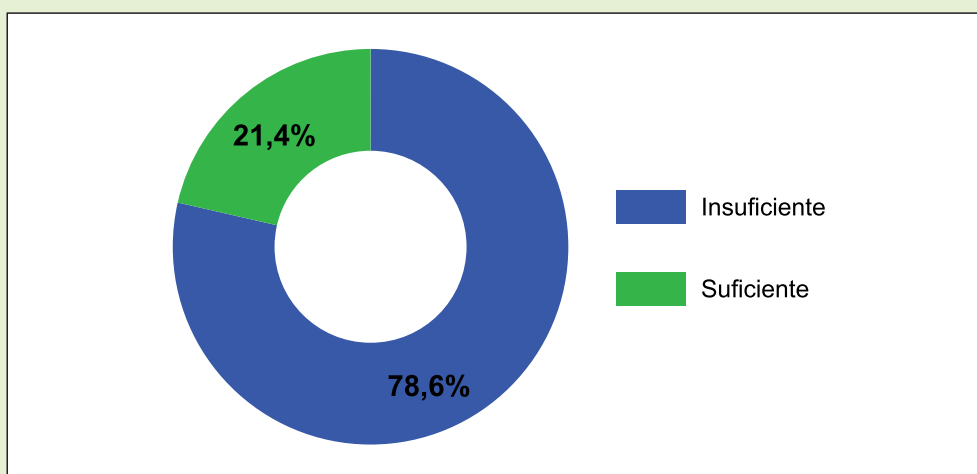
Isso impacta não apenas na formação dos estudantes, mas também na formação de profissionais, assim como na produção científica do país, que depende de uma infraestrutura laboratorial de ponta, mas, principalmente, de professores capacitados, recursos para pesquisa e programas de pós-graduação robustos.

Os recursos destinados ao desenvolvimento acadêmico, como pesquisa e inovação, frequentemente ficam em segundo plano em relação aos investimentos em infraestrutura e capacitação. Vargas (2020) argumenta que, embora o financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão seja central para cumprimento das funções precípuas das instituições de ensino superior, nem sempre elas recebem a mesma atenção dos gestores públicos, que têm suas prioridades voltadas para áreas administrativas e infraestruturais. O descompasso é especialmente claro em contextos de restrição orçamentária, onde o governo federal destina menos recursos para a manutenção de programas acadêmicos, enquanto prioriza investimentos de curto prazo.

4.4 Suficiência e nível de satisfação do financiamento público para a RFEPECT

Em relação à suficiência do financiamento público, 78,6% dos participantes afirmam que o financiamento público destinado aos Institutos Federais é insuficiente para sustentar com qualidade administrativa, acadêmica e científica necessária para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação em suas instituições, conforme ilustrado no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Suficiência do financiamento público

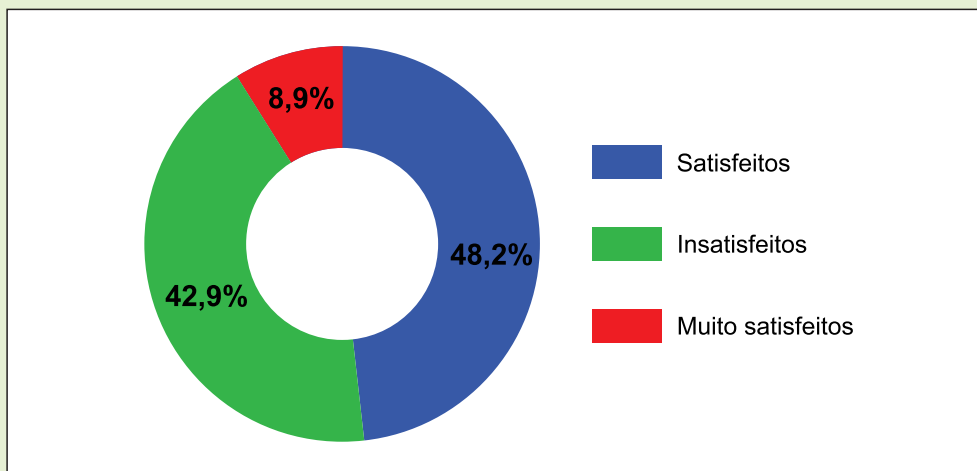


Fonte: Elaborado pelos autores - Dados da Pesquisa (2024).

Esses resultados destacam a percepção dos servidores de que o financiamento público atual não atende adequadamente às necessidades das atividades essenciais das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT). Essa realidade reflete um descompasso entre os objetivos estratégicos da RFEPECT e as limitações orçamentárias, comprometendo o potencial dessas instituições de promover a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional de forma plena e sustentável.

Quando questionados sobre o nível de satisfação em relação ao modelo de financiamento público vigente em sua instituição, conforme apresentado pelo Gráfico 6, surpreendentemente 48,2% dos servidores manifestaram estar satisfeitos com o modelo atual. Esse percentual sugere uma aprovação relativa dos servidores em relação ao modelo de financiamento em suas instituições.

Gráfico 6 - Nível de satisfação em relação ao modelo de financiamento público

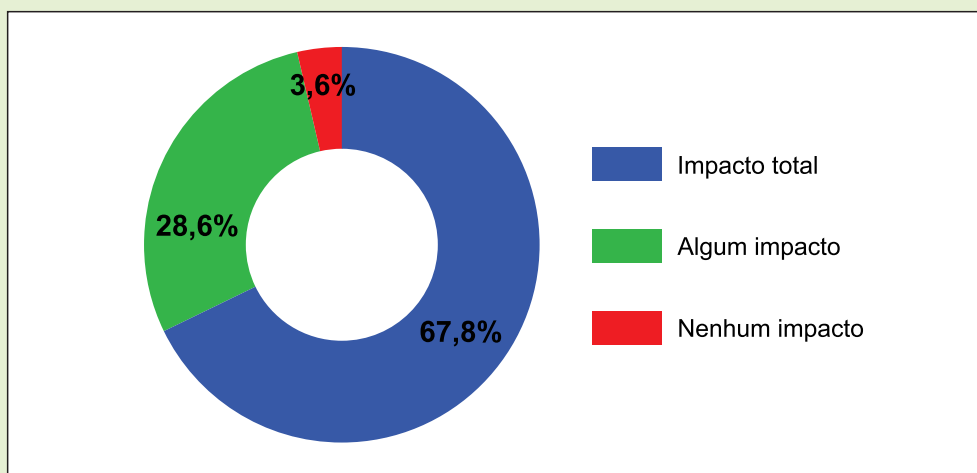


Fonte: Elaborado pelos autores - Dados da Pesquisa (2024).

Entretanto, é relevante observar que um percentual semelhante é registrado em relação à insatisfação, totalizando 42,9% das respostas. Isso indica um baixo nível de satisfação com o modelo de financiamento público, já que menos de 10% dos servidores expressaram estar muito satisfeitos com o modelo vigente. Esse cenário evidencia uma desconformidade entre as expectativas dos servidores e a realidade do financiamento, refletindo uma percepção generalizada de que os recursos disponíveis são insuficientes e/ou mal distribuídos para atender às demandas das instituições.

Como demonstrado pelo Gráfico 7, entre os servidores, 67,8% atribuem um impacto total do financiamento público na disponibilidade e qualidade dos recursos em sua instituição. Esses dados indicam que a maioria dos participantes da pesquisa reconhece a forte influência do financiamento público na disponibilidade e qualidade dos recursos, como por exemplo, para a construção e manutenção de laboratórios, aquisição de equipamentos e a disponibilização de materiais didáticos, fundamentais para o funcionamento adequado da instituição.

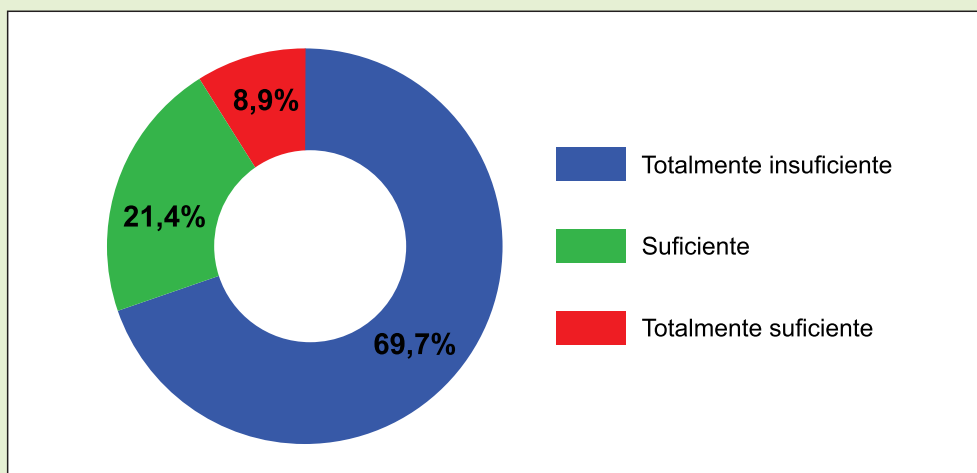
Gráfico 7 - Impacto do financiamento público na disponibilidade e qualidade dos recursos



Fonte: Elaborado pelos autores - Dados da Pesquisa (2024).

A pesquisa avaliou ainda o nível de suficiência do financiamento público para manter e atualizar a infraestrutura física e tecnológica necessária para o ensino, pesquisa e extensão nas instituições. O Gráfico 8 evidencia que mais de dois terços dos servidores (69,7%) consideram os recursos totalmente insuficientes. Em contraste, menos de 9% dos servidores indicaram que os recursos são totalmente suficientes para atender às necessidades das instituições.

Gráfico 8 - Nível de suficiência do financiamento público para manter e atualizar a infraestrutura



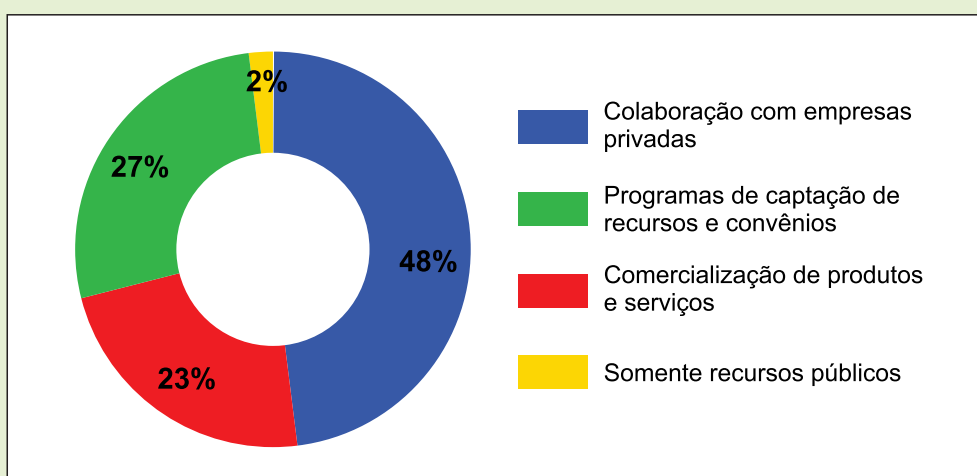
Fonte: Elaborado pelos autores - Dados da Pesquisa (2024).

O fato de a maioria dos servidores considerar os recursos insuficientes sugere uma lacuna específica entre as necessidades reais de infraestrutura e os recursos financeiros públicos disponíveis para atender aos objetivos institucionais. Esse descompasso impacta diretamente a manutenção e expansão das instalações físicas, a modernização dos equipamentos e a oferta de materiais didáticos e tecnológicos essenciais para ensino, pesquisa, extensão e inovação.

A insuficiência de recursos também compromete a qualidade dos serviços prestados pelas instituições, limitando a capacidade de atender à crescente demanda por educação profissional e tecnológica. Além disso, a precariedade no financiamento pode gerar prejuízos na implementação de políticas de assistência estudantil, na capacitação de servidores e na realização de projetos de inovação e desenvolvimento regional.

A pesquisa também explorou a percepção dos servidores sobre a possibilidade de diversificação das fontes de financiamento, considerando a insuficiência dos recursos públicos. Nesse sentido, 48% dos participantes sugeriram a colaboração com empresas privadas como alternativa para ampliar o financiamento dos institutos. Além disso, 23% indicaram a comercialização de produtos e serviços como uma possibilidade viável, enquanto 27% destacaram a captação de recursos por meio de programas específicos e o estabelecimento de convênios com outras instituições como estratégias para diversificação do financiamento, como pode ser observado no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Possíveis fontes de financiamento além dos recursos públicos



Fonte: Elaborado pelos autores - Dados da Pesquisa (2024).

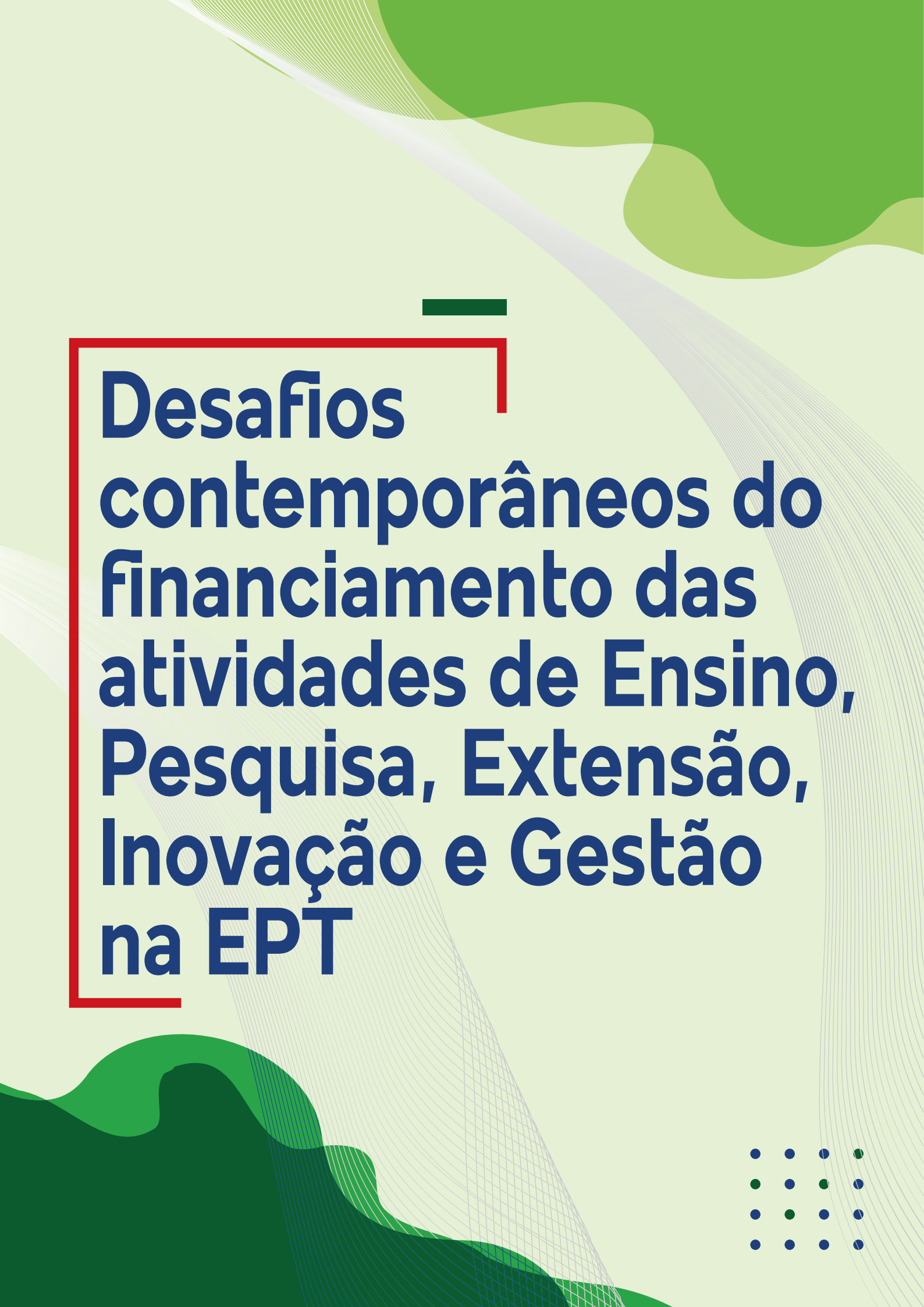


Os participantes da pesquisa apontam que essas estratégias podem contribuir significativamente para o fortalecimento do financiamento institucional, permitindo não apenas o acesso a novos recursos financeiros, mas também a concessão de suporte técnico especializado. Essas iniciativas são vistas como alternativas com potencial para ampliar as oportunidades de financiamento e colaboração acadêmica, viabilizando o intercâmbio, projetos conjuntos e a captação de recursos externos.

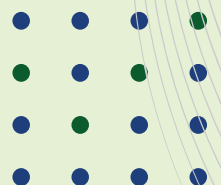
A diversificação das fontes de financiamento, seja por meio de parcerias com o setor privado, captação de recursos por editais, programas de responsabilidade social ou convênios internacionais, pode reduzir a dependência exclusiva dos orçamentos públicos e possibilitar uma maior estabilidade financeira para as instituições. Essa ampliação de recursos permite investimentos mais estratégicos, fortalecendo a infraestrutura, incentivando a inovação e melhorando a qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

As respostas dos servidores ressaltam a visão predominante entre os participantes da pesquisa de que um financiamento público adequado à realidade das instituições é essencial para proporcionar maior qualidade na execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Com um modelo de financiamento mais eficaz pode-se contribuir para a redução das desigualdades regionais, promovendo o desenvolvimento local e fortalecendo o papel dos Institutos Federais como agentes de transformação social.

Diante desse cenário, os participantes da pesquisa destacam a necessidade de revisão e aprimoramento das políticas de financiamento, com desenvolvimento de planejamento mais alinhado às demandas institucionais. Medidas como a ampliação do orçamento público, a otimização da gestão financeira e a busca por novas fontes de captação de recursos são apontadas como alternativas fundamentais para reduzir essa lacuna e proporcionar a sustentabilidade e o crescimento das instituições da Rede Federal.



Desafios contemporâneos do financiamento das atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Gestão na EPT



5. DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO, INOVAÇÃO E GESTÃO NA EPT

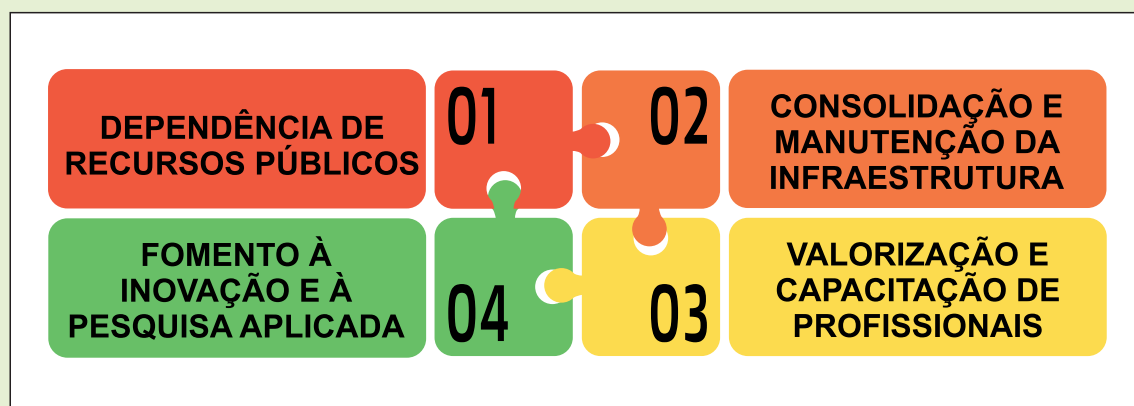
As instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) desempenham um papel crucial na formação de profissionais qualificados na área de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Contudo, como já analisado, tais instituições enfrentam desafios significativos relacionados ao financiamento adequado de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão.

A insuficiência de recursos financeiros provenientes do financiamento público federal compromete a qualidade administrativa, técnica, tecnológica e científica dessas atividades, conforme previsto na Lei nº 11.892/2008.

5.1. Principais Desafios da Insuficiência do Financiamento Público das atividades da RFEPCT

A partir dos dados obtidos da dissertação *“Financiamento Público no planejamento dos Institutos Federais: percepção dos Servidores quanto às condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão na EPT”*, integrada a esse relatório técnico, foi possível identificar os principais desafios ocasionados pela insuficiência do financiamento público para desenvolvimento das atividades da RFEPCT.

Figura 3 - Principais Desafios da Insuficiência do Financiamento Público



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Esses desafios refletem as limitações estruturais e operacionais enfrentadas pelos Institutos Federais, que impactam diretamente sua capacidade de cumprir sua missão institucional e a sua função social. Conforme pode ser observado na Figura 3, os desafios que se apresentam como os mais urgentes são: a dependência excessiva que a RFEPECT tem de recursos públicos; a dificuldade de consolidação e a manutenção de infraestrutura apropriada; a necessidade de valorização e capacitação de profissionais; e a dificuldade de fomento à Inovação e Pesquisa Aplicada.

01

DEPENDÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS

As instituições da RFEPECT dependem majoritariamente de recursos públicos para seu funcionamento. Essa dependência mantém essas instituições vulneráveis a cortes orçamentários e à instabilidade econômica, afetando diretamente a manutenção, a continuidade e a qualidade de suas atividades.

A falta de um financiamento público estável e adequado compromete a capacidade dos Institutos Federais em planejar e executar ações de médio e longo prazo, gerando incertezas que impactam desde a manutenção da infraestrutura física, até a oferta de cursos, além do desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão e inovação, com a qualidade científica necessária.

Infelizmente, a alta dependência de recursos provenientes do governo federal não é uma exclusividade das instituições da RFEPECT, sendo uma constante em todas as organizações que atuam na oferta da EPT, como salientam Machado e Ferreira (2019):

As informações/dados produzidos pelo INEP permitiram compreender a tendência apontada quanto à oferta de EPT, por mais de uma década, e revelaram a profunda dependência não só das redes pública de ensino da educação profissional, mas especialmente das redes privadas, com destaque para o Sistema S, de recursos do governo federal para os programas de formação técnico-profissional dos trabalhadores (Machado e Ferreira, 2019, p.109).

Essa situação evidencia a necessidade urgente de políticas públicas que proporcionem um financiamento robusto, previsível e alinhado às demandas da

EPT, bem como a busca por fontes alternativas de recursos que possam complementar o orçamento público e reduzir a vulnerabilidade das instituições.

02

CONSOLIDAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA

Em relação à necessidade de consolidação e a manutenção da infraestrutura, a expansão dos institutos federais, ocorrida nas últimas décadas, exige investimentos contínuos, seja para a finalização de obras, seja para a manutenção dos equipamentos e laboratórios existentes. A falta de recursos adequados dificulta a manutenção e a modernização das instalações, comprometendo os ambientes de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Essa situação gera um cenário paradoxal: enquanto a demanda por vagas e a complexidade das atividades desenvolvidas aumentam, a infraestrutura disponível muitas vezes se torna obsoleta ou insuficiente para atender às necessidades atuais dessas instituições. Laboratórios defasados, equipamentos desatualizados e espaços físicos inadequados limitam a qualidade acadêmica e científica da formação oferecida e restringem o potencial de inovação e pesquisa aplicada. Além disso, os poucos investimentos em manutenção predial e de equipamentos podem levar à deterioração acelerada do patrimônio, gerando custos ainda maiores no futuro.

Essa preocupação é evidenciada pelos participantes da pesquisa que apontaram as dificuldades na manutenção da infraestrutura como o maior impacto ocasionado pelo baixo financiamento público sobre o planejamento e o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração em suas instituições.

Os servidores ainda destacaram o investimento em infraestrutura como a ação institucional mais necessária na distribuição do orçamento, pois pode possibilitar ampliação no número de matrículas na EPT. Isso reforça a necessidade de investimentos que permitam não apenas a conclusão de obras inacabadas, mas também a expansão e a modernização da infraestrutura existente.



03

VALORIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS

Outro desafio a ser enfrentado se trata da valorização e da formação continuada dos profissionais que integram a RFEPCT. A escassez de recursos financeiros limita a contratação, a formação continuada e a valorização dos profissionais que atuam nessas instituições, impactando negativamente na qualidade das principais atividades desenvolvidas por elas.

A falta de investimentos em políticas de carreira, salários competitivos e programas de capacitação dificulta a atração e retenção de talentos, essenciais para o sucesso da EPT. Soares *et al.* (2019, p. 982) asseveram que “o empenho e investimento na capacitação dos servidores públicos é fundamental para fins de melhorar a qualidade do serviço público prestado, seja qual for o seguimento do mesmo”.

Para superar esse desafio, é fundamental que os Institutos Federais contem com recursos específicos para a implementação de políticas de valorização profissional, incluindo planos de carreira atrativos, programas de capacitação e incentivos à inovação e à excelência no trabalho. A valorização dos servidores não apenas melhora as condições de trabalho, mas também fortalece a capacidade das instituições de cumprir sua missão educacional e social.

04

FOMENTO À INOVAÇÃO E À PESQUISA APLICADA

A dificuldade de fomento à inovação e pesquisa aplicada é outro desafio a ser superado pelas instituições da RFEPCT. É sabido que essas são atividades importantes em que tais instituições podem contribuir para o desenvolvimento tecnológico, cultural e econômico local, regional e nacional. Entretanto, a falta de financiamento adequado ou o baixo financiamento, restringe a capacidade dessas instituições de investirem em projetos inovadores, em pesquisas aplicadas, além de parcerias estratégicas com os setores produtivos da sociedade.

Além da escassez de recursos, o fomento à inovação e a pesquisa aplicada, esbaram novamente no desafio de formação continuada dos servidores, a fim de captar os recursos disponíveis como apontam Vieira, Leite e Kuhn (2023):

Para haver desenvolvimento científico e tecnológico é indispensável a aplicação de recursos financeiros tanto pelas esferas públicas como pela iniciativa privada. Neste sentido, os IFs precisam se instrumentalizar para assegurar participação neste processo e para tanto, é preciso desencadear formação dos professores/pesquisadores para captação de recursos que ocorre normalmente por meio de editais que, muitas vezes, não são conhecidos (Vieira, Leite e Kuhn, 2023, p.9)

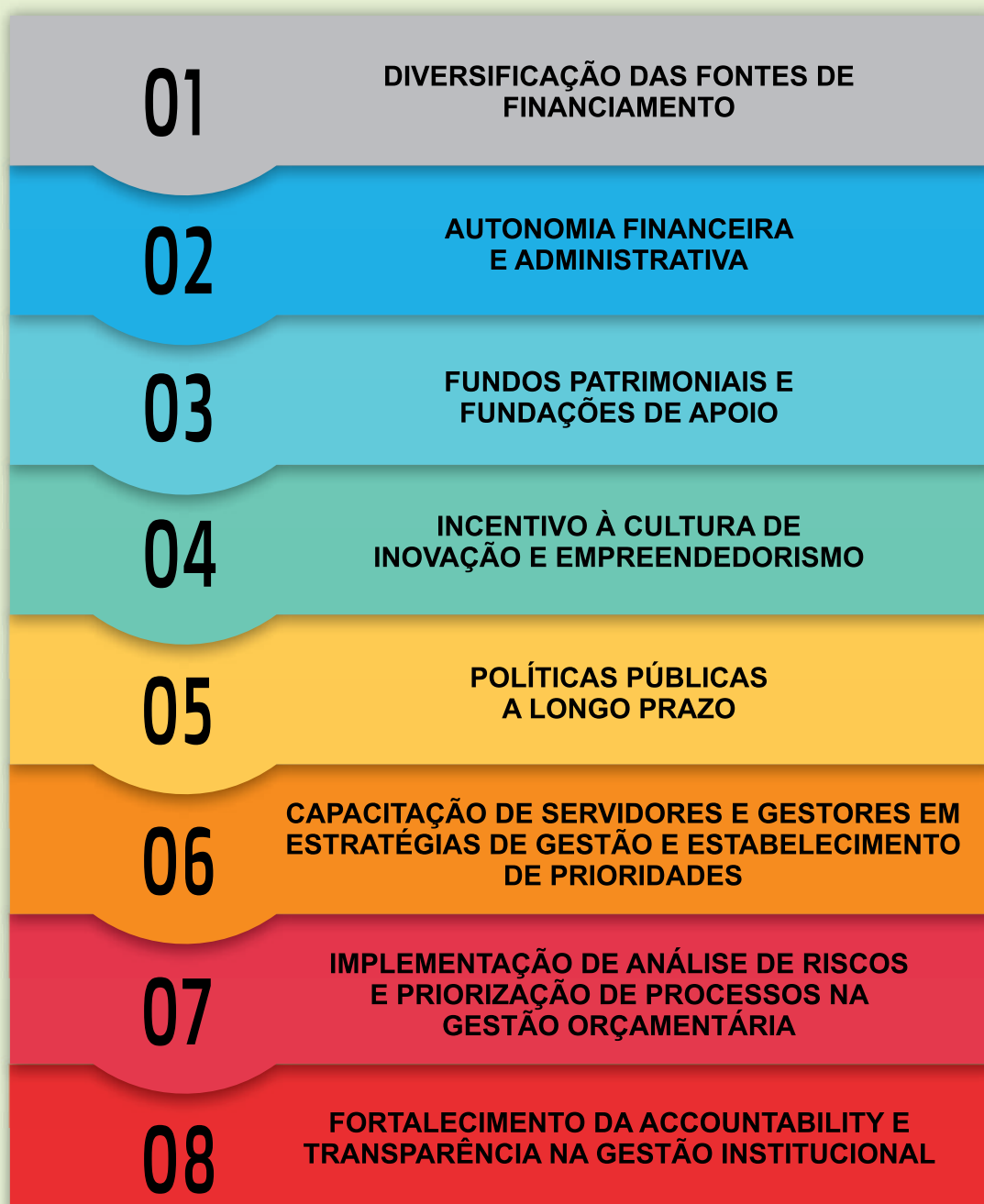
Para superar esse desafio, é essencial que sejam ampliados os recursos destinados à pesquisa aplicada e à inovação, bem como a criação de mecanismos que facilitem a formação de servidores das instituições da RFEPCT para a captação financeira. A ampliação do financiamento para essas áreas não apenas potencializa o fortalecimento do papel estratégico dos Institutos Federais no desenvolvimento tecnológico do país, como também pode estimular a integração entre educação, pesquisa, tecnologia e setor produtivo, gerando benefícios sociais e econômicos de longo prazo.

5.2. Reflexões sobre possíveis soluções para a insuficiência do Financiamento Público das atividades da RFEPCT

Para mitigar a insuficiência ou os baixos recursos financeiros e ampliar a possibilidade de assegurar a qualidade das atividades de gestão, ensino, pesquisa, extensão e inovação nas instituições da RFEPCT, algumas estratégias podem ser consideradas, dentre elas: a) a diversificação das fontes de financiamento; b) o aumento da autonomia financeira e administrativa das instituições da RFEPCT; c) a criação de fundos patrimoniais e fundações de apoio; d) o incentivo à cultura de inovação e empreendedorismo; e) o estabelecimento de políticas públicas educacionais de longo prazo; f) a formação continuada de servidores e gestores em estratégias de gestão e estabelecimento de prioridades no desenvolvimento institucional; g) a implementação de análise

de riscos e priorização de processos na gestão orçamentária e; h) o fortalecimento da *Accountability* e da Transparência na Gestão Institucional.

Figura 4 - Possíveis soluções para a Insuficiência do Financiamento Público



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

01 DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

É fundamental que as instituições busquem alternativas de financiamento além do orçamento público. Isso inclui parcerias com o setor privado, a captação de recursos por meio de projetos de pesquisa e inovação financiados por agências nacionais e internacionais, e a criação de fundações de apoio que facilitem a gestão de recursos extraordinários. Estas são algumas das estratégias apontadas pelos participantes da pesquisa que tem o potencial de incrementar o orçamento dos IFs.

A diversificação das fontes de financiamento não apenas reduz a dependência exclusiva dos recursos públicos, mas também abre novas oportunidades para o desenvolvimento de projetos estratégicos e a modernização da infraestrutura institucional. Parcerias com empresas e indústrias podem promover a transferência de tecnologia, a inovação e a aplicação prática do conhecimento gerado nas instituições, enquanto a captação de recursos por meio de editais e programas de fomento à pesquisa amplia a capacidade de investimento em ciência e tecnologia.

Além disso, a criação de fundações de apoio pode agilizar processos administrativos e facilitar a captação e gestão de recursos, possibilitando maior flexibilidade e eficácia na aplicação dos recursos. No entanto, é essencial que essas iniciativas sejam realizadas de forma alinhada à missão pública dos Institutos Federais, preservando sua autonomia e compromisso com a educação de qualidade e o desenvolvimento social.

02 AUTONOMIA FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA

A concessão de maior autonomia às instituições, por sua vez, é outra solução que pode permitir uma gestão mais eficaz dos recursos financeiros, possibilitando a implementação de iniciativas como a exploração de patentes, a oferta de serviços especializados, assim como a criação de *startups*. Essas

estratégias, já adotadas com sucesso por muitas universidades públicas brasileiras, demonstram o potencial de geração de receitas e de impacto social e econômico que pode ser alcançado quando as instituições têm flexibilidade para explorar suas capacidades técnicas e científicas.

Vale lembrar que a Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, também conferiu a estas instituições autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Entretanto, na prática, essa autonomia ainda enfrenta limitações significativas, principalmente em relação à gestão financeira e à capacidade de explorar plenamente suas potencialidades.

A efetivação plena da autonomia prevista em lei é essencial para que os Institutos Federais possam explorar novas fontes de financiamento, fortalecer suas atividades de ensino, pesquisa, extensão, e inovação, além de ampliar o seu impacto no desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do país.

03 FUNDOS PATRIMONIAIS E FUNDAÇÕES DE APOIO

Outra estratégia apontada é criação de fundos patrimoniais e fundações de apoio, que pode ser uma alternativa viável para a captação de recursos adicionais. Por exemplo, o edital para construção de um fundo patrimonial pode angariar recursos por meio de doações de empresas, ex-alunos, organizações não governamentais e até mesmo de cidadãos interessados em apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Os fundos patrimoniais, também conhecidos como *endowments*, são mecanismos de longo prazo em que o capital principal é mantido intacto, e apenas os rendimentos são utilizados para financiar atividades institucionais. Esse modelo possibilita uma fonte de recursos estável e sustentável, independente de oscilações orçamentárias governamentais.

Já as fundações de apoio podem atuar como facilitadoras na gestão de recursos extraorçamentários, agilizando processos administrativos e ampliando

as possibilidades de captação de recursos por meio de parcerias, projetos e editais.

Costa e Marques (2022) corroboram ao destacar que:

Neste contexto, [os fundos patrimoniais e as fundações de apoio] contribuem com as IFES através de seu modelo de gerenciamento flexível, livre de aspectos burocráticos característicos da administração pública, tanto na coordenação de projetos quanto na captação de recursos (Costa e Marques, 2022, p.3).

A implementação de fundos patrimoniais e fundações de apoio pode, portanto, representar um avanço significativo na busca por estratégias eficazes para complementar o financiamento público e fortalecer a autonomia financeira das instituições.

04 INCENTIVO À CULTURA DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

O fomento a cultura de inovação e empreendedorismo dentro das instituições é outra solução viável que pode atrair investimentos e parcerias, além de potencializar a transferência de tecnologia e o desenvolvimento de soluções para demandas da sociedade e do setor produtivo.

Ao incentivar a criação de ambientes inovadores, como parques tecnológicos, incubadoras de empresas, *startups* e *hubs* de empreendedorismo, os Institutos Federais podem se tornar polos de geração de conhecimento, tecnologia e inovação, conectando-se diretamente com as necessidades dos setores produtivos e da comunidade em geral.

Essa aproximação com o setor produtivo não apenas abre novas fontes de financiamento por meio de parcerias e projetos colaborativos, como também tem o potencial para fortalecer a aplicação prática das pesquisas desenvolvidas, transformando ideias em produtos, serviços e processos que beneficiam a sociedade. Além disso, a promoção de uma cultura empreendedora entre estudantes, professores, pesquisadores, técnicos administrativos e gestores estimula a criação de *startups* e *spin-offs*, que podem se tornar fontes de receita e de impacto socioeconômico para as instituições.

Ações tímidas nesse sentido têm sido desenvolvidas em alguns Institutos Federais, entretanto, ainda estão longe de alcançar todo o potencial que a inovação e o empreendedorismo podem oferecer para a RFEPCT. Embora existam iniciativas isoladas, como a criação de incubadoras, parques tecnológicos e programas de incentivo à inovação, a maioria desses projetos ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de recursos financeiros, a carência de infraestrutura adequada e a ausência de uma cultura institucional consolidada que valorize e incentive a inovação e o empreendedorismo.

Nessa direção, entretanto, é relevante destacar a importância de as instituições da RFEPCT vencerem as resistências internas que se erguem contra as iniciativas de inovação que podem impulsionar o desenvolvimento dessas instituições.

Rodrigues e Gava (2016), ao analisarem o potencial de suporte à inovação por parte dos Institutos Federais e das Universidades Federais no estado de Minas Gerais, concluíram que a capacidade de apoiar a inovação ainda é limitada em ambas as instituições, impactando diretamente os resultados obtidos em pesquisa e inovação. Ademais, Rodrigues e Gava (2016) asseveram que:

Tanto os IFs quanto as UFs estudadas ainda não conseguem cumprir plenamente seu papel no Sistema Nacional de Inovação, ou seja, não possuem preparo para apoiar o surgimento de inovações nesses ambientes, como também possuem muitas dificuldades no sentido de captar demandas de desenvolvimento tecnológico quanto de transferi-las (Rodrigues e Gava, 2016, p.45).

Esse cenário reforça a discussão de que é essencial que os Institutos Federais invistam em formação continuada, infraestrutura e políticas de incentivo à inovação, criando um ecossistema favorável à autonomia financeira dessas instituições e à transferência de tecnologias para a sociedade.

05 POLÍTICAS PÚBLICAS A LONGO PRAZO

É fundamental ainda, que o governo federal estabeleça políticas públicas consistentes e de longo prazo, que assegurem o financiamento adequado das instituições da RFEPCT, reconhecendo a sua importância estratégica para o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do país.

A RFEPCT desempenha um papel crucial na formação de profissionais qualificados, na geração de conhecimento científico e tecnológico e na promoção da inclusão social por meio da educação. No entanto, para que essas instituições possam cumprir plenamente a sua missão, é essencial que contem com capacidade de financiamento estável, previsível e compatível com as suas demandas ancoradas na realidade.

Para superar os desafios atuais e fortalecer o papel da RFEPCT como agente transformador da sociedade é imprescindível o fomento de políticas públicas que promovam um orçamento robusto e contínuo, aliadas a mecanismos de transparência e efetividade na gestão dos recursos.

Somente com um compromisso firme e duradouro, com o financiamento adequado e políticas públicas alinhadas às necessidades da EPT, será possível elevar a sustentabilidade e a excelência da RFEPCT, a fim de cumprir plenamente sua missão e papel social.

06 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E GESTORES EM ESTRATÉGIAS DE GESTÃO E ESTABELECIMENTO DE PRIORIDADES

A formação continuada dos servidores, especialmente dos gestores, em práticas atualizadas de gestão é essencial para a melhorar o manejo institucional dos recursos públicos. Essa capacitação permite o desenvolvimento de habilidades para identificar prioridades e aplicar os recursos públicos de maneira mais eficaz, estratégica e transparente. Souza (2002), destaca a importância da capacitação dos gestores públicos:

Investir na formação do gestor público, embora não resolva todos os problemas, é fundamental para reforma do Estado. [...] É necessário crer em uma formação de excelência associada à estratégia de mudança, à pesquisa de alto nível em matéria de políticas públicas e a novas experiências de preparação e avaliação das decisões públicas (Souza, 2002, p.87).

Ao aprimorar suas competências em áreas como planejamento financeiro, gestão de projetos, captação de recursos e inovação, os gestores podem alinhar as ações institucionais às necessidades reais da comunidade acadêmica e às demandas da sociedade. Isso possibilita que os investimentos sejam direcionados às áreas de maior impacto, como infraestrutura, pesquisa aplicada, extensão e inovação, maximizando os resultados alcançados com os recursos disponíveis.

07 IMPLEMENTAÇÃO DE ANÁLISE DE RISCOS E PRIORIZAÇÃO DE PROCESSOS NA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A adoção de metodologias de análise e gestão de riscos é fundamental para a utilização sustentável do orçamento público nas instituições da RFEPC. Ao identificar, avaliar e mitigar riscos potenciais, as instituições podem antecipar problemas, evitar desperdícios e possibilitar que os recursos sejam aplicados de forma mais assertiva e transparente.

A gestão de riscos permite uma visão proativa dos desafios financeiros, operacionais e estratégicos, possibilitando a criação de planos de contingência e a tomada de decisões mais informadas. Paulus, Schmidt e Salla (2022), apresentam que:

Entre os principais benefícios do gerenciamento de riscos estão o alinhamento da tendência dos riscos com as estratégias, o fortalecimento das decisões de resposta aos riscos, a redução dos imprevistos e perdas, a identificação e o gerenciamento integrados dos riscos com maior efetividade e o aproveitamento das oportunidades (Paulus, Schmidt e Salla, 2022, p. 6).

A priorização de processos críticos, com base em análises de impacto e probabilidade, assegura que os recursos limitados sejam alocados de forma estratégica, direcionando-os para as áreas que geram maior valor e impacto

institucional. Essa abordagem não apenas reduz os riscos associados à má gestão, mas também maximiza os resultados e a qualidade dos serviços oferecidos, fortalecendo a capacidade das instituições de cumprir sua missão educacional e social.

A implementação de práticas robustas de gestão de riscos, aliada à capacitação dos servidores e à modernização dos processos administrativos, é, portanto, um passo essencial o uso eficaz dos recursos públicos, contribuindo para o desenvolvimento contínuo e a excelência da RFEPECT.

08 FORTALECIMENTO DA ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO INSTITUCIONAL

Aumentar o grau de *accountability* dos gestores é vital para a transparência e confiança pública na gestão das instituições da RFEPECT. Práticas de prestação de contas e divulgação clara das ações e investimentos promovem um ambiente de confiança, permitindo que a sociedade acompanhe e compreenda como os recursos públicos estão sendo utilizados.

Essa transparência fortalece o controle social e a legitimidade das instituições, ao mesmo tempo em que reduz riscos de má gestão e desvios. Bergamini (2020) destaca que:

Dentro do processo de transparência e popularização do governo eletrônico há a utilização da *accountability* que se define como a transparência, o engajamento dos governantes com a prestação de contas, e também a responsabilização dos governantes pelos seus atos (Bergamini, 2020, p. 13).

A adoção de mecanismos de governança que incentivem a participação da comunidade acadêmica e da sociedade civil na fiscalização e tomada de decisões é igualmente importante. Conselhos gestores, comitês de acompanhamento e plataformas digitais de prestação de contas são exemplos de recursos que podem ampliar o engajamento e a colaboração de diferentes atores no processo decisório.

Essas práticas não apenas contribuem para a transparência e a integridade na gestão financeira, mas também fortalecem a responsabilidade



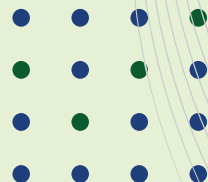
dos gestores em relação aos recursos públicos e às metas institucionais. Ao promover uma cultura de *accountability* e governança participativa, as instituições da RFEPCT podem promover uma gestão mais eficaz, ética e alinhada aos interesses da sociedade, reforçando seu papel como agentes de transformação social e econômica no país.

A sustentabilidade financeira das instituições da RFEPCT é essencial para que elas cumpram sua missão de promover a educação profissional e tecnológica de qualidade, integrada à pesquisa, à extensão e à inovação, em sintonia com as demandas sociais e produtivas do país. Os desafios apresentados pela insuficiência do orçamento público devem ser enfrentados com adoção de estratégias que ampliem as fontes de financiamento, levando em consideração as possíveis soluções propostas, a fim de mitigar a escassez do financiamento público federal.

A combinação dessas estratégias, aliada à adoção de práticas de gestão eficazes, transparentes e participativas, pode fortalecer a sustentabilidade financeira das instituições, permitindo que elas continuem a desempenhar seu papel estratégico no desenvolvimento socioeconômico do país.



Considerações Finais e Recomendações



CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Diante da relevância que a Educação Profissional e Tecnológica assumiu nas últimas décadas, os Institutos Federais enfrentam pressões para expandir suas redes e aumentar a inclusão educacional, enquanto lidam com um cenário de orçamentos frequentemente restritos. Essa contradição exige soluções inovadoras e colaborações interinstitucionais que promovam a otimização dos recursos disponíveis.

A pesquisa apontou a necessidade de melhorias no modelo de cálculo da Matriz CONIF de forma a contemplar aspectos mais alinhados com as demandas reais das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

Dentre os pontos destacados, os críticos ao modelo vigente sugerem que a matriz orçamentária deva considerar critérios que reflitam melhor a complexidade e diversidade das instituições, bem como a adoção de indicadores que possibilitem uma melhor distribuição dos recursos, permitindo que unidades com maior vulnerabilidade socioeconômica recebam financiamento proporcional às suas necessidades.

Nesse contexto, emerge como fundamental ao debate, o tema acerca das diferenças entre a natureza e as finalidades das instituições federais de educação, as universidades e os institutos federais. Enquanto as universidades têm a sua atuação restrita ao ensino na graduação e na pós-graduação, a legislação prevê que os institutos federais devem atuar na educação profissional e tecnológica, tanto na educação básica, quanto no ensino superior.

Acrescenta-se a essas diferenças, o fato de que as universidades desenvolvem pesquisa e possuem programas de pós-graduação *stricto sensu* como atividades já consolidadas. Os institutos federais, por sua vez, estão em fase inicial e, portanto, possuem poucos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Desenvolvimento de pesquisas e implantação de programas de pós-graduação exigem aportes financeiros robustos e de longo prazo para a criação de melhores condições na expansão e na consolidação dessas atividades na RFEPCT.

Outro ponto sensível a ser debatido é a importância de uma gestão eficaz e transparente, como pilares para o fortalecimento do financiamento público da EPT nos Institutos Federais. Isso inclui o aprimoramento dos mecanismos de prestação de contas e a implementação de práticas de governança que favoreçam a participação da comunidade acadêmica e da sociedade no monitoramento da aplicação dos recursos.

Tais elementos permitem a construção de indicadores de impacto com potencial para evidenciar a contribuição dos IFs para o desenvolvimento social, tecnológico, cultural e econômico do país, o que pode reforçar a legitimidade dessas instituições e atrair maior apoio político e sustentação financeira.

Diante do baixo orçamento destinado a investimentos, conforme demonstrado pelos Relatórios Anuais de gestão (RAGs), os participantes da pesquisa se manifestaram extremamente preocupados com as condições relacionadas à infraestrutura e à aquisição de equipamentos.

As respostas apresentadas a partir dos participantes da pesquisa acerca do financiamento e da alocação de recursos para as instituições da RFEPCT indicam a priorização das demandas de infraestrutura e equipamentos (manutenção, modernização e expansão das instalações), juntamente com a crescente ênfase na capacitação de servidores.

É importante destacar, todavia, que o foco dado ao orçamento na priorização de infraestrutura e equipamentos, possivelmente pode residir no caráter imediato e visível das demandas relacionadas à infraestrutura física das instituições, pois a construção, reforma ou ampliação de *campi* apresenta resultados tangíveis e perceptíveis para a sociedade e gestores.

Como também ficou evidenciado a partir das respostas dos participantes da pesquisa, a ênfase em capacitação profissional de servidores técnicos-administrativos e gestores. Eles destacaram que o financiamento para capacitação contínua impacta diretamente na progressão funcional e em suas carreiras profissionais.

A priorização do orçamento da RFEPCT para atendimento de demandas relacionadas a infraestrutura dos *campi* e capacitação dos servidores pode

deixar para segundo plano a importância de investimentos diretos nas atividades fim dos Institutos Federais, a saber: ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Assim, aponta-se a necessidade de um planejamento orçamentário que priorize a infraestrutura e possibilite uma alocação de recursos compatível com as necessidades institucionais, evitando a restrição das condições de ensino e promovendo um ambiente adequado para a formação profissional e tecnológica.

Na percepção dos servidores ainda, a discussão sobre o financiamento da EPT nos IFs precisa abordar além dos desafios impostos pela limitação dos recursos públicos e pelo crescente custo das atividades acadêmicas. É necessário discutir as oportunidades de captação de recursos externos, por meio de parcerias com o setor produtivo e de programas de financiamento internacionais, que possam ser explorados de forma mais sistemática, sem comprometer a autonomia das instituições.

Seja pela reformulação dos critérios de distribuição da Matriz CONIF, pela adoção de práticas de gestão mais eficazes ou pela possibilidade da diversificação das fontes de financiamento, o fato é que o atual modelo de financiamento dos Institutos Federais apresenta desafios significativos que impactam diretamente a sustentabilidade e a qualidade das atividades acadêmicas, científicas e administrativas.

Diante desse cenário, a pesquisa evidencia a importância de um debate contínuo e estruturado sobre o financiamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, buscando soluções que promovam não apenas a manutenção, mas também a expansão e o fortalecimento dessas instituições, assegurando a sua missão de promover a educação pública, gratuita e de qualidade.

Recomenda-se, portanto, revisão e aprimoramento do modelo de financiamento dos Institutos Federais, com medidas que permitam uma maior estabilidade orçamentária, equidade na distribuição de recursos e eficácia na gestão financeira. Entre as principais sugestões indicadas a partir da pesquisa, destaque-se a reformulação dos critérios da Matriz CONIF; a adoção de um planejamento financeiro de longo prazo; diversificação das fontes de

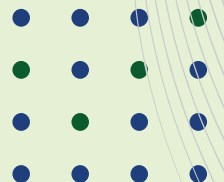


financiamento; o aprimoramento da gestão dos recursos e o investimento contínuo em infraestrutura e modernização tecnológica.

Essas iniciativas, alinhadas a uma visão de longo prazo para a Educação Profissional e Tecnológica, têm o potencial de transformar os desafios em oportunidades e assegurar a sustentabilidade dos Institutos Federais como agentes de inovação e inclusão social no Brasil.



Referências



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. **A gestão pública e a capacitação dos servidores nas universidades e institutos federais**: Análise da distribuição orçamentária e suas implicações para o ensino e a pesquisa. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/293157>. Acesso em 11 nov. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 10719**: informação e documentação - relatório técnico e/ou científico - apresentação. 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BERGAMINI, Leandro Curty. **A promoção da *accountability* pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.313**, de 22 de setembro de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7313.htm. Acesso: 30 ago. 2023.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso: 10 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 15 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 15 jun. 2023.

BRITO, Wanderley Azevedo. **Planejamento de Produtos, Tecnologias e Processos Educacionais**. In: Metodologia de Pesquisa: material didático. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica -

ProfEPT. Anápolis: IFG / ProfEPT, 2023. Disponível em:
<http://www.ifg.edu.br/profept>.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - CONIF. Fórum de Planejamento e Administração. **Metodologia da Matriz Orçamentária da Rede de Ensino Profissional e Tecnológico de 2022**. Disponível em:
<https://portal.conif.org.br/publicacoes>. Acesso em: 28 ago. 2023.

COSTA, L. M. **A capacitação de servidores administrativos nas universidades públicas federais**: Impactos na gestão e nas atividades acadêmicas. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/33262>. Acesso em 11 nov. 2024.

COSTA, Maria do Carmo de Jesus Ribeiro da; MARQUES, Maria Aparecida do Nascimento Cavalcanti. Fundos *Endowments* como Fonte de Financiamento para Instituições Federais de Ensino Superior: um olhar sobre as Fundações de Apoio. In: **XLVI Encontro da ANPAD**: Maringá – PR. ISSN Principal: 2177-2576 versão online, 2022. Disponível em:
<https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/aecad42329922dfc97eee948606e1f8e.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2025.

FONSECA, Alice Aleixo. **Método de alocação de recursos orçamentários em uma instituição federal de ensino**. 2019. 111 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2019. Disponível em:
<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/12365/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Alice%20Aleixo%20Fonseca.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 ago. 2024.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**: Elaboração e Formatação. Explicitação das Normas da ABNT. 14.ed. Porto Alegre: s.n., 2006.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em Prosa Moderna**. 26.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. In: **7º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa**. Fortaleza: Atas CIAIQ, 2018, p 330- 339. Disponível em:
<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656/1609>. Acesso em: 08 jul. 2023.

LIMA, F. R. **O financiamento da educação profissional e tecnológica no Brasil**: Desafios e impactos da infraestrutura. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2020. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/36516>. Acesso em 12 nov. 2024.

MACHADO, Celia Tanajura; FERREIRA, Liliana Soares Ferreira. Políticas de Gestão e Financiamento da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: uma análise das matrículas no Censo Escolar/INEP e a sua relação com os programas Brasil Profissionalizado e Pronatec. **PLURAIIS - Revista Multidisciplinar**, 2019, V. 4 (3), p. 93. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/7784/5061>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MEDEIROS, João. Bosco. **Redação Científica**. A prática de fichamentos, resumos, resenhas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MENEZES, Mauricio Ferreira *et al.* Matriz de distribuição do orçamento para a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: análise crítica e proposição de um novo modelo. In: **16º Congresso Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica**. Porto Alegre: ALTEC, 2015, p 110- 119. Disponível em: <https://repositorio.altecasociacion.org/bitstream/handle/20.500.13048/1342/223.754.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 ago. 2023.

MILIONI, Karoline Cristina; BEHR, Ariel; GOULARTE, Jeferson Luís Lopes. Análise do processo de elaboração da proposta de Lei Orçamentária Anual em uma instituição pública federal de ensino superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina** – GUAL: Florianópolis - SC. v.8. n.4. e. 573, p. 164-188. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=319343257011>. Acesso em: 22 nov. 2024.

NUINTIN, A. A. *et al.* Eficiência da Aplicação de Recursos Públicos nas Universidades Federais. **XXI Congresso Brasileiro de Custos**. Natal – RN. 2014. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/3783/3784/3877>. Acesso em: 23 nov. 2023.

OLIVEIRA, J. L. C. *et. al.* Matriz Orçamentária da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: uma ferramenta de análise entre a relação aluno matriculado versus aluno contabilizado. **Revista Foco**: Curitiba – PR. v.15. n.6. e. 573, p.01-18. 2022. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/573>. Acesso em: 22 nov. 2023.

PAULUS, Lauri; SCHMIDT, Douglas; SALLA, Neusa Maria Gonçalves. A gestão de riscos e a sua implementação nos Institutos Federais de Educação do Sul do Brasil. **Revista GESTO**: Revista de Gestão Estratégica de Organizações, v. 10, n. 2, p. 3-19, 13 maio 2022. Disponível em: <https://san.uri.br/revistas/index.php/gesto/article/view/549>. Acesso em: 08 mar. 2025.

PINHEIRO, S. M. **Os desafios da pesquisa e inovação no Brasil: um estudo sobre as universidades federais**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/293257>. Acesso em 12 nov. 2024.

RIZZATTI, Ivanise Maria *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. In: **Actio: Docência em Ciências**. v. 5, n. 2, 2020, p. 1-17. Disponível em <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em: 11 jul. 2023.

RODRIGUES, Flavia Couto Ruback; GAVA, Rodrigo. Capacidade de apoio à inovação dos Institutos Federais e das Universidades Federais no estado de Minas Gerais: um estudo comparativo. **Revista Eletrônica de Administração**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 26–51, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/54453>. Acesso em: 08 mar. 2025.

ROTA, Giovanna Montellato Storace. **Anulidade orçamentária e contratos administrativos**. 2018. 175 f. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico, Financeiro e Tributário) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-01102020-210350/publico/7214853_Dissertacao_Original.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

SILVA, M. C.; ALMEIDA, R. D. **O financiamento da educação superior no Brasil**: desafios e contradições em tempos de crise fiscal. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Gestão Educacional*, v. 25, n. 3, p. 143-160, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rbppge/article/view/42399>. Acesso em 13 nov. 2024.

SOARES, Maria Alinele Lucena *et. al.* Ações de Capacitação de Servidores em uma Instituição Pública de Ensino Superior: O Caso da Universidade Federal do Cariri. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**: Jaboatão dos Guararapes – PE. v.13, n. 47, p. 981-998. Outubro/2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2089>. Acesso em: 08 mar. 2025.

SOUZA, Eda Castro Lucas de. A capacitação administrativa e a formação de gestores governamentais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 73 a 88, 2002. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6428>. Acesso em: 08 mar. 2025.

VARGAS, L. L. **A gestão da educação superior no Brasil**: O papel das universidades públicas no desenvolvimento científico e tecnológico. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-25052020-103257/>. Acesso em 14 nov. 2024.

VIEIRA, Josimar de Aparecido; LEITE, Amanda Regina; KUHN, Adele Stein. Perspectivas da produção de pesquisa aplicada, inovação e desenvolvimento científico e tecnológico nos Institutos Federais. **Revista Valore**: Volta Redonda – RJ. v. 8, e 8024, 2023. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/1344>. Acesso em: 08 mar. 2025.